

**FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO**

**CARLOS MAGNO SILVA FONSECA**

**ENTRE A MILITÂNCIA E A GESTÃO PÚBLICA:**

**Contribuição dos movimentos sociais na construção das políticas públicas para LGBT na cidade  
de Belo Horizonte/MG**

**São Paulo**

**2020**

**Carlos Magno Silva Fonseca**

**ENTRE A MILITÂNCIA E A GESTÃO PÚBLICA:  
Contribuição dos movimentos sociais na construção das  
Políticas públicas para LGBT na cidade de Belo  
Horizonte (MG)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de  
Mestrado: Estado, Governo e Políticas Públicas,  
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais,  
Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos  
necessários à obtenção do título de Mestre em Estado,  
Governo e Políticas Públicas.

**Orientador/a: Prof. Dr. Bruno Puccinelli**

**São Paulo**

**2020**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Fonseca, Carlos Magno Silva. Entre a militância e a gestão pública: Contribuição dos movimentos sociais na construção das Políticas públicas para LGBT na cidade de Belo Horizonte (MG) /Carlos Magno. São Paulo: FLACSO/FPA, 2020. Quantidade de folhas: 127.

Dissertação (Mestrado em Estado, Governo e Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Mestre em Estado, Governo e Políticas Públicas, 2020.

Orientador: Bruno Puccinelli

**Carlos Magno Silva Fonseca**

**ENTRE A MILITÂNCIA E A GESTÃO PÚBLICA:**

**Contribuição dos movimentos sociais na construção das Políticas públicas para LGBT na cidade de Belo Horizonte/MG**

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado em Estado, Governo e Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Estado, Governo e Políticas Públicas.

Aprovada em \_\_\_/ \_\_\_ de 2020

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Bruno Puccineli (Orientador)

---

Prof. Dr. José Ronaldo Trindade  
Instituto Paulista de Sexualidade

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Andrea Moreira  
Centro Universitário UNA

## RESUMO

A presente pesquisa objetivou analisar a contribuição do movimento LGBT de Belo Horizonte na constituição da Política Pública para a população LGBT na capital mineira entre os anos de 2007 e 2017. Por meio de levantamento bibliográfico e documental, buscou-se situar o objeto da investigação conceitual e historicamente, dialogando com diversos estudos e pesquisas sobre Política Pública/Política LGBT, diversidade de gênero, direitos sexuais e o Movimento LGBT no Brasil. A dimensão empírica dessa pesquisa foi produzida através do diálogo com atores e atrizes que tiveram suas experiências diretamente relacionadas às lutas políticas que culminaram na tessitura de políticas públicas direcionadas para as populações LGBT, bem como o papel do movimento social LGBT de Belo Horizonte, fundamental na constituição de ações e políticas públicas para essa população. Como foi possível concluir, não se tratou de um processo simples ou linear, mas de uma trama complexa em que se viram enredados membros da sociedade civil, ativistas, parlamentares e governantes.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Movimentos Sociais; LGBT; Ativismo; Direitos Humanos.

## **ABSTRACT**

This research aimed to analyze the contribution of the LGBT movement in Belo Horizonte in the constitution of Public Policy for the LGBT population in the capital of Minas Gerais between the years 2007 and 2017. Through a bibliographic and documentary survey, we sought to situate the object of conceptual research and historically, dialoguing with several studies and research on Public Policy / LGBT Policy, gender diversity, sexual rights and the LGBT Movement in Brazil. The empirical dimension of this research was produced through dialogue with actors and actresses who had their experiences directly related to the political struggles that culminated in the weaving of public policies aimed at the LGBT populations, as well as the role of the LGBT social movement in Belo Horizonte, fundamental in constitution of actions and public policies for this population. As it was possible to conclude, it was not a simple or linear process, but a complex plot in which members of civil society, activists, parliamentarians and government officials were ensnared.

**Key words:** Public Policy; Social Movement; LGBT; Activism; Human Rights.

## RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo analizar la contribución del movimiento LGBT en Belo Horizonte en la constitución de políticas públicas para la población LGBT en la capital de Minas Gerais entre los años 2007 y 2017. A través de una encuesta bibliográfica y documental, buscamos situar el objeto de la investigación conceptual e históricamente, dialogando con varios estudios e investigaciones sobre Políticas Públicas / Políticas LGBT, diversidad de género, derechos sexuales y el Movimiento LGBT en Brasil. La dimensión empírica de esta investigación se produjo a través del diálogo con actores y actrices que tuvieron sus experiencias directamente relacionadas con las luchas políticas que culminaron en el tejido de políticas públicas dirigidas a las poblaciones LGBT, así como el papel del movimiento social LGBT en Belo Horizonte, fundamental en constitución de acciones y políticas públicas para esta población. Como fue posible concluir, no fue un proceso simple o lineal, sino una trama compleja en la que miembros de la sociedad civil, activistas, parlamentarios y funcionarios del gobierno quedaron atrapados.

Palabras clave: política pública; Movimiento social; LGBT Activismo; Derechos humanos.

## AGRADECIMENTOS

Nas duas décadas da minha militância LGBT (2000-2020), este trabalho vem coroar toda trajetória de dedicação, realizações e sonhos meus e de vários militantes LGBT que doaram parte de sua vida por um país, estado e uma cidade melhor, fundamentalmente, por uma Belo Horizonte sem preconceito, violência e discriminação à população LGBT e mais democrática pra todos e todas. Este trabalho não seria possível sem a contribuição de muitas pessoas, amigas e amigos, familiares, gestores e gestoras, acadêmicos/as e, principalmente, militantes, que se empenharam para que esta dissertação se tornasse realidade. E olha que foram muitos - muitos mesmo - que torceram e ajudaram de alguma forma, é possível que eu esqueça, mas não é por ingratidão, mas pelo cansaço e correria pra enviar este trabalho para banca. Então, vamos lá:

Em primeiro lugar, a todos e todas militantes LGBT de BH, por terem construído uma história de lutas e conquista. Agradeço especialmente às militantes Soraya Menezes, Sueli Martins Servilha, Anyky Lima e ao Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais – CELLOS/MG nas pessoas de Azilton Viana, Álvaro Biachat e Walkiria Gomes, pessoas e instituição que foram determinantes nas conquistas em BH.

Aos militantes que não estão mais com a gente, mas deixaram um legado para população LGBT (em memória de) Edson Nunes, Itamar Santos, Danilo Ramos, Vinicius, Fábio, Felipe etc.

Aos professores e professoras, especialmente ao Bruno Puccinelli, meu orientador, ao James N. Green, minha referência de militância, Luiz Morando, Marco Aurélio Prado, Luiz Mott, Frederico Machado, Andreia Moreira, Ronaldo Trindade, Analise Silva, Márcio Caetano e Hergos Couto por ter me fornecido suas publicações como material de pesquisa, sugestão de leitura e orientações sobre o desenvolvimento do trabalho.

Ao ex-presidente Lula por sua sensibilidade à luta por direitos da população LGBT e fundamentalmente, pelo seu grande respeito que tratou as lideranças e o movimento LGBT brasileiro nos seus oito anos de governo.

FLACSO - por me fazer acreditar que é possível fazer ciência, pesquisa e produzir conhecimento sem esquecer das utopias.

FPA - Fundação Perseu Abramo que proporcionou a realização de um mestrado para responder as questões centrais da população mais excluídas, dos movimentos sociais e da esquerda brasileira.

ABGLT – Na pessoa da Symmy Larrat, primeira presidenta da entidade, pela luta de mais duas décadas em defesa dos direitos e cidadania na população LGBT no país.

Aos amigos e amigas que compartilham sonhos, militâncias e afetos: Anderson Cunha, Gustavo Teixeira, Dalcira Ferrão, Silvana Pontel, Maicon Chaves, Rhany Lima, Tatiane, Érico Moura, Fátima Caldas, Adriana Simone, Bruna Benevides, Keila Simpson, Heliane Hemetério, Vinicius Alves, Victor de Wolf, Luiz Guilherme, João, Kikito Rodrigues, Beto Paes, Glayson, Buba, Renan Palmeira, Clovis Arante, Claudio Nascimento, Fernanda Bervenut, Janaina Oliveira, Jessé Saturnino, Micheli Guimarães, Sandra Carvalho, Carlinho Brasil, Penélope Fontana, Derliane Tapajós.

Aos meus familiares que souberam compreender o meu estresse, ausências e me ajudaram vencer essa fase, especialmente, as minhas irmãs Evonilce, Heloisa, Evoneide e Evonildes e os meus sobrinhos Diego, Mauricio, Luiz e Haamiah.

E finalmente ao Cartola, Nelson Cavaquinho, Amir Guineto, Beth Carvalho, Clara Nunes, Dona Ivone Lara, Jovelina Pérola Negra, Elza Soares e demais poetas e poetisas que interpretam os mais belos sambas, alegam e emocionam os dias da minha vida.

Dedico este trabalho à memória dos meus pais Élvio Fonseca e Eurídice Silva Fonseca, os quais foram os responsáveis pela minha indignação frente às injustiças e por uma vontade crescente pelo conhecimento e o saber.

## **Blues da Piedade**

### **Cazuza**

Agora eu vou cantar pros miseráveis  
Que vagam pelo mundo derrotados  
Pra essas sementes mal plantadas  
Que já nascem com cara de abortadas  
Pras pessoas de alma bem pequena  
Remoendo pequenos problemas  
Querendo sempre aquilo que não têm

Pra quem vê a luz  
Mas não ilumina suas mini certezas  
Vive contando dinheiro  
E não muda quando é lua cheia  
Pra quem não sabe amar  
Fica esperando  
Alguém que caiba no seu sonho  
Como varizes que vão aumentando  
Como insetos em volta da lâmpada

Vamos pedir piedade  
Senhor, piedade  
Pra essa gente careta e covarde  
Vamos pedir piedade  
Senhor, piedade  
Lhes dê grandeza e um pouco de coragem

Quero cantar só para as pessoas fracas  
Que tão no mundo e perderam a viagem  
Quero cantar o blues  
Com o pastor e o bumbo na praça  
Vamos pedir piedade  
Pois há um incêndio sob a chuva rala  
Somos iguais em desgraça  
Vamos cantar o blues da piedade

Vamos pedir piedade  
Senhor, piedade  
Pra essa gente careta e covarde  
Vamos pedir piedade  
Senhor, piedade  
Lhes dê grandeza e um pouco de coragem

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	18
I POLÍTICAS PÚBLICAS E SUJEITOS DE DIREITOS .....	25
1.1 O que são políticas públicas? .....	25
1.2 A Constituição do campo acadêmico das Políticas Públicas.....	26
1.3 Políticas públicas e os Novos Movimentos Sociais.....	28
1.4 Estado x sociedade: as lutas políticas LGBT.....	32
1.4.1 Políticas públicas para os LGBT .....	38
1.4.2 Políticas Públicas LGBT e os governos Lula .....	41
II POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LGBT EM MINAS GERAIS .....	47
2.1 Da lei à ação: percursos para a cidadania de LGBT em MG.....	47
2.1.1 Terceiro Ato – o primeiro grupo LGBT de MG .....	48
2.1.2 Edson Nunes, o pioneiro militante gay de Minas Gerais.....	56
2.2 Ação e ativismo .....	61
2.2.1 Soraya Menezes: Mulher, lésbica, negra e socialista! .....	61
2.2.2 Itamar Santos: a primeira lei anti-discriminação de BH.....	69
2.3 As travestis na luta pela cidadania em BH.....	71
2.4 Histórias de gestão, histórias de ação .....	73
2.4.1 Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais .....	74
2.5 Institucionalização das pautas LGBT .....	78
2.5.1 Anyky Lima: Uma senhora Travesti.....	79
2.5.2 Carlos Magno: o porta-voz do movimento LGBT de BH .....	81
III ESTADO E ATIVISMO: ESTRUTURANDO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LGBT .....	89
3.1 Breve história das políticas públicas LGBT .....	89
3.2 Da voz das ruas às secretarias estatais.....	97
3.2.1 A Parada histórica.....	104

3.2.2	Do CRLGBT à Coordenadoria de Políticas LGBT .....	112
	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	120
	BIBLIOGRAFIA .....	126

## SIGLAS

1. **ABGLT**- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS
2. **AIDS** - SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA (ACQUIRED IMMUNE DEFICIENCY SYNDROME)
3. **ALÉM**- ASSOCIAÇÃO LÉSBICA DE MINAS GERAIS
4. **AMGLS** - ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE GAYS, LÉSBICAS E SIMPATIZANTES
5. **ANTRA** - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
6. **ASSTRAV** – ASSOCIAÇÃO DE TRAVESTIS DE MINAS GERAIS
7. **CACO** - CENTRO ACADÊMICO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
8. **CELLOS/MG** – CENTRO DE LUTA PELA LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL DE MINAS GERAIS
9. **CUT** - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
10. **CNAIDS** - COMISSÃO NACIONAL DE DST E AIDS
11. **CNCD/LGBT** - CONSELHEIROS DO CONSELHO NACIONAL DE COMBATE A DISCRIMINAÇÃO
12. **CNCD/LGBT** - CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
13. **CONABGLT** - CONGRESSO NACIONAL DA ABGLT
14. **CRLGBT/BH** – CENTRO DE REFERENCIA PELOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBT DE BELO HORIZONTE
15. **CRDS**- CENTRO DE REFERÊNCIA DA DIVERSIDADE SEXUAL
16. **CRS** - CLUBE RAINBOW DE SERVIÇO
17. **EBHO** - ENCONTRO BRASILEIRO DE HOMOSSEXUAIS ().
18. **EGHO** - ENCONTRO DE GRUPO HOMOSSEXUAIS ORGANIZADOS
19. **FUR** – FRENTE ÚNICA REVOLUCIONÁRIA
20. **GAPA** – GRUPO DE APOIO E PREVENÇÃO À AIDS
21. **GGB** – GRUPO GAY DA BAHIA
22. **GLS** – GAYS, LÉSBICAS E SIMPATIZANTES
23. **GRAB** - GRUPO RESISTÊNCIA ASA BRANCA
24. **GRID** - GAY-RELATED IMMUNE DEFICIENCY
25. **GURI** - CONSCIENTIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO GAY
26. **LGBTQIA**- LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, QUEER, INTERSEXO E ASSEXUADO
27. **OSC** - MISSÃO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

28. **PHS** – PARTIDO JUMANISTA DA SOLIDARIEDADE
29. **PT** – PARTIDO DOS TRABALHADORES
30. **PV** – PARTIDO VERDE
31. **UNAIDS** – ORGÃO DAS NAÇÕES UNIDAS Á AIDS
32. **UNGASS HIV E AIDS** - ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O HIV E AIDS
33. **VHIVER** – GRUPO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE APOIO AO PORTADOR DO HIV/AIDS
34. **WAS** - WORLD ASSOCIATION FOR SEXOLOGY

## IMAGENS

- 01 - Passeata no final do VIII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis – Fundação da ABGLT
- 02 - Presidente Lula segura a bandeira do Movimento LGBT na abertura da I Conferência Nacional LGBT
- 03 - Edson Nunes é o primeiro candidato do país assumidamente gay
- 04 - Panfleto de campanha do Edson Nunes (PT)
- 05 – A militante lésbica Soraya na sede da Associação Lésbica de Minas Gerais
- 06 – O Casal Soraya e Suely (militantes da ALÉM/MG) estão realizando o primeiro casamento homoafetivo em Belo Horizonte
- 07 - Panfleto da campanha para senadora da eleição de 2002
- 08 - Itamar Santos do Grupo GURI entrega projeto de lei ao vereador Leonardo Matos (PV)
- 09 - Porcina D’Alessandro fala sobre sua luta no seminário em Belo Horizonte
- 10 - Ato de lançamento do CELLOS/MG
- 11 - Convite do Ato de Fundação do CELLOS/MG
- 12 - Fundadores do CELLOS/MG (Jessé, Jair, Darlan, Carlos e Humberto)
- 13 - A militante travesti Anyky Lima na 21ª Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte
- 14 - Carlos Magno, o porta-voz, na luta contra intolerância
- 15 - Diretores da ABGLT com ministro do STF Ayres Brito - Ação de Advocacy pela união entre pessoas do mesmo sexo
- 16 – Os militantes LGBT de BH (Soraya, Porcina, Danilo e Itamar) na entrevista coletiva para repudiar o veto do prefeito Célio de Castro
- 17 - A militância LGBT de BH apoiam o Programa Brasil sem Homofobia
- 18 - XX Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte - 2019
- 19 - O militante Carlos Magno no ato pela saída da 10ª Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte

- 20- A militante Soraya na luta para liberar a 10ª Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte
- 21 - Parada do Orgulho LGBT – a maior manifestação de visibilidade e afirmação de direitos de Minas Gerais
- 22- O prefeito Alexandre Kalil discursa para os milhares de presentes na 22ª Parada do Orgulho LGBT de BH/2007
- 23 - Inauguração do Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania LGBT de Belo Horizonte
- 24 - O prefeito Alexandre Kallil (PHS) recebe representantes do movimento LGBT de Belo Horizonte
- 25- Prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kallil (PHS) inaugura nova sede do Centro de Referência LGBT de Belo Horizonte em 19/12/2018

## INTRODUÇÃO

Era a última semana de mês de dezembro de 2014. Em determinado momento, a campanha da minha casa tocou, era o carteiro. Fui receber um envelope, assinei o comprovante de entrega e entrei para abri-lo. Minha surpresa foi imensa, era um convite para posse da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em Brasília, no dia 1/1/2015. O convite estava endereçado para o presidente da ABGLT, o Sr. Carlos Magno Fonseca, era um convite VIP, livre acesso, e ainda tinha outro para o coquetel de posse no Palácio do Itamaraty, inevitável a emoção. Um filme se passou pela minha cabeça. Um jovem gay que saiu do interior do Pará, Santarém, estudou em Belém e depois foi morar na capital mineira. Nas montanhas das alterosas se assumiu gay, fundou uma organização LGBT, militou intensamente, foi eleito presidente da maior associação LGBT do país e da América Latina. Algo especial estava acontecendo nesse momento. Aquele convite não era pessoal, era para ABGLT, uma organização que defende os direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais há mais de 20 anos de norte a sul do país. Eu estaria na posse da nossa Presidenta da República juntamente com autoridades e estadistas de várias partes do mundo, algo impensado há um tempo. Lembrei-me do militante João Antônio Mascarenhas, que no final dos anos 1980 no processo constituinte, foi o primeiro gay a falar no Congresso Nacional e que lutou, quase que solitário, para incluir o combate à discriminação por orientação sexual na Constituição Brasileira de 1988. Hoje já tinha se tornado comum a militância ser recebido por ministros, só a ABGLT foi recebida por 15 ministros nesses anos. E desde 2003, acontecem o Seminário Nacional LGBT no Congresso Nacional e ações e políticas públicas já são realidades em várias cidades do país. Avançamos e avançamos muito. E as cores do arco-íris estarão na cerimônia de posse. A luta por um Brasil sem homofobia entrará pelo tapete vermelho do Palácio da Alvorada. Agora é pensar na produção, escolher um lindo terno e ir bem elegante para viver esse momento histórico!<sup>1</sup>

A presente pesquisa promove uma análise da tessitura e implementação da política para a população LGBT de Belo Horizonte no período de 2007 a 2017. Tal período refere-se ao momento de implantação do Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania LGBT (CRLGBT/BH) e da Coordenadoria de Política da População LGBT. Neste sentido, nos importa compreender quais as principais ações e estratégias utilizadas pelo movimento social LGBT belorizontino, que pressionou o poder público local ao ponto de garantir acesso aos direitos sociais a essa parcela da sociedade,

---

<sup>1</sup>Entrevista concedida por mim ao Plano D Áudio Visual em 27/11/2018.

bem como o processo de reivindicação, elaboração e efetivação da política pública LGBT na cidade. No período em questão foram desenvolvidas experiências como a criação do Centro de Referência da População LGBT (CRLGBT/BH), que é um equipamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, orientada para contribuir na defesa e promoção dos direitos humanos e cidadania LGBT por meio de ações que visem ao enfrentamento da violência e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero em Belo Horizonte.

Outro marco importante foi o Decreto nº 16580 de 16/02/2017, do prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kallil (PHS)<sup>2</sup>, em que cria a Coordenadoria dos Direitos da População LGBT e regulariza o CRLGBT/BH. Tal decreto pode ser considerado a primeira institucionalização da política e do equipamento público voltado à população LGBT na cidade de Belo Horizonte. Apesar do CRLGBT/BH existir desde 2007, somente em 2017, através do Decreto 16580, é institucionalizado.

É preciso destacar, ainda, o papel e atuação do movimento social LGBT local, com destaque ao Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais - CELLOS/MG, principal grupo LGBT de BH, que tem 17 anos de existência e foi, certamente, o principal articulador para a criação do Centro de Referência e da Coordenadoria de Política LGBT. Além disso, teve uma notável participação nos espaços de controle social e mobilização comunitária como organizador da Parada do Orgulho LGBT de BH desde 2005. A Parada é o maior evento de visibilidade e afirmação de direitos da população LGBT de Minas Gerais e em 2020 completou 22 anos de existência.

Outra organização de destaque para a pesquisa é a Associação Lésbica de Minas – ALÉM, que tem importante contribuição para a constituição do movimento LGBT mineiro, especialmente o de Belo Horizonte, pois é uma das organizações pioneiras e a fundadora da primeira Parada do Orgulho LGBT do estado de Minas Gerais. A Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte teve grande importância na garantia dos direitos da população LGBT mineira, pois desde 1998 tem mobilizado pessoas, contribuindo para o fortalecimento local e conferindo legitimidade aos militantes interpelarem-no diálogo com o Estado.

Neste sentido, é importante perceber que a luta por direitos da população LGBT no Brasil é recente. Um marco originário do movimento social LGBT é o surgimento do jornal *Lampião da Esquina* e do

---

<sup>2</sup> Alexandre Kalil atuou como empresário da construção civil e dirigente esportivo antes de seu ingresso na carreira política. Eleito prefeito em 2016 pelo PHS – Partido Humanista da Solidariedade, de centro-direita. Entre 2014 e 2016 estava filiado ao PSB – Partido Socialista Brasileiro, de centro-esquerda, e desde 2019 encontra-se filiado ao PSD – Partido Social Democrático, de centro-direita, após a dissolução do PHS naquele ano.

Grupo Somos (1978). Nesse interim, com altos e baixos, tensões e diálogos, rachas e consensos, o movimento LGBT brasileiro tem sido um dos mais dinâmicos do mundo, pois tem conseguido tirar a questão da sexualidade do âmbito privado, politizou e colocou a discussão na arena pública. No entanto, ainda há muitos obstáculos para avançar na garantia de direitos e na contenção da violência extrema à população LGBT no Brasil.

Nesse quadro de violações e vulnerabilidades, o preconceito, discriminação, violências frequentes e os assassinatos das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais são problemas públicos no Brasil. Em 2018, foram 385 assassinatos e 58 suicídios, e apenas em 2020 já são 128 mortes<sup>3</sup>. O Estado de Minas Gerais é o quarto que mais mata LGBT com oito assassinatos, de acordo com o relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB) que realiza tal levantamento. É necessário, portanto, que o poder público crie diretrizes voltadas para o enfrentamento desse cenário. Nesse sentido, analisar o processo da política pública para a população LGBT na capital mineira no período de 2007 a 2017 é de extrema relevância.

Para tanto se faz necessário aprofundar o conhecimento sobre o processo das políticas públicas voltadas para a população LGBT, levando em conta a atuação do movimento social LGBT. O processo de constituição das políticas públicas no país teve avanços significativos nos governos do presidente Lula (2003-2006 e de 2007-2010) e no primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014). Procuro demonstrar, num primeiro momento, que o projeto político que estava sendo implementado no país naquele período tinha como uma das características a implementações de políticas que respondessem demandas históricas dos movimentos sociais e de grupos excluídos.

O que busco destacar em seguida é a riqueza política da trajetória da militância LGBT de Belo Horizonte a partir de organizações e personagens que utilizaram várias estratégias para interpelar o Estado e conseguir que suas reivindicações fossem atendidas. Ora como oposição e tensionado o governo, ora dialogando e ajudando a construir ações e fortalecendo para que as políticas públicas fossem implementadas, como foi possível depreender das entrevistas, documentos, panfletos, matérias de jornal que mostram a atuação do movimento local incidindo sobre o Estado e provocando-o a responder as questões centrais da população LGBT.

---

<sup>3</sup> Mortes contabilizadas até o mês de janeiro /2020.

Além disso, pretendo com este trabalho possa contribuir para a construção de uma narrativa histórica de um dos movimentos mais dinâmicos, politizados e efetivos do país, que por conta de um sufocamento hegemônico do eixo sudestino Rio-São Paulo tem pouco registro e, de certa forma, sofre alguma negligência no foco dedicado pelos estudos acadêmicos locais e nacionais nesse tema. Espero que este trabalho possa incentivar e contribuir para outras pesquisas e análises do fazer político a partir de outras localidades, como a mineira.

Tal estudo é um compromisso acadêmico e político com o movimento social LGBT mineiro e de Belo Horizonte. Em junho de 2020, completo duas décadas de militância LGBT ininterrupta nesta cidade, em que passei pela gestão pública, fui agente de direitos humanos na Coordenadoria de Direitos e Coordenador, a partir de seleção pública, do CRLGBT/BH (2007). Fui também um dos fundadores do CELLOS/MG (2002), eleito presidente da ABGLT, participei do I Fórum Municipal LGBT (2007) e das I e II Conferências Municipais LGBT de BH (2011, 2016), das I, II e III Conferências Estaduais LGBT de MG (2008, 2011, 2016) e das I, II e III Conferência Nacionais LGBT (2008, 2011, 2016). Além disso, fiz parte de espaços de participação como comissões de HIV/AIDS, comissão organizadora das conferências municipal, estadual e nacional e conselheiro dos Conselhos Nacionais LGBT e dos Direitos Humanos.

A relação de confiança com as principais lideranças do movimento LGBT local e nacional, construída ao longo dessas duas décadas, propiciou-me acessar informações privilegiadas para essa pesquisa. Um olhar e escuta de narrativas vindas dos homens e mulheres militantes que apresentam elementos que uma relação distanciada e formal talvez não conseguisse perceber.

Neste sentido, não sou um pesquisador neutro, imparcial e distante do meu campo de atuação. É possível que essas páginas evidenciem isso, mas pretendo que este trabalho acadêmico e político, científico e militante, seja também voz de uma história que a maioria dos estudos não conta, ou quando o faz, fala de uma perspectiva unicamente positiva da gestão. A contribuição dos movimentos Sociais na construção das políticas públicas para LGBT na cidade de Belo Horizonte/MG é o avesso do mesmo lugar, um registro dos principais militantes que eram, certamente, os mais interessados para que as conquistas acontecessem.

Ao investigar os movimentos sociais, atuação de atores e atrizes políticos e ações intervenientes na cena pública a participação em campo é fundamental para coleta de dados, bem com as entrevistas semiestruturadas e análise de documentos dos grupos. Neste sentido, a presente dissertação adotou

procedimentos metodológico variados tanto mais estruturados quanto menos estruturas para melhor compreender as informações do amplo e complexo campo do objeto. Os documentos produzidos pelos grupos LGBT e todo acervo documental, fotos e materiais publicitários e políticos foram analisados a partir da análise de discurso para que possibilitasse a captura de informações e produção de dados a partir do conteúdo, signos, meios e contexto (Bardin, 2011). Além disso, a análise de diferentes períodos possibilitou uma reconstrução da linha histórica da atuação do movimento LGBT de Belo Horizonte, para isso, utilizei a o método proposto por Minayo (2007), que não há consenso no processo de produção de conhecimento e que esse processo é provisório e aproximativo e que o produto final de uma pesquisa se constrói em uma relação dinâmica entre conhecimento do pesquisador e a experiência da realidade concreta (Moreira, 2017).

Primeiramente fiz um levantamento de referencial de pesquisa em políticas públicas, direitos humanos LGBT, sexualidade, gênero, diversidade sexual, identidade coletiva movimento social, movimento social LGBT brasileiro e de Belo Horizonte. Como recurso prioritário foram realizadas entrevistas semiestruturadas no total de 10 entrevistas entre os anos de 2018 a 2019. A prioridade foi entrevistar militantes do movimento LGBT, que ocuparam espaços estratégicos nas organizações LGBT de Belo Horizonte e foram peças centrais na interlocução com o poder público, e a outra categoria de entrevistado foi com gestores públicos da capital mineira.

Outro recurso utilizado foi a participação em eventos, seminários, conferências, reuniões do movimento social e do poder público nacional, estadual e municipal, nos quais foram produzidos diários de campo e relatórios. Por fim, foi realizada ampla pesquisa documental das principais ações políticas do movimento social LGBT, tais como fotos, material de divulgação dos grupos, matérias jornalísticas impressas, folderes, sítios de internet, atas, relatórios e e-mails. Ao analisar esse vasto material, foi possível fazer um mapeamento histórico das principais reivindicações e ações políticas do movimento LGBT nos diferentes períodos, bem como identificar atores e atrizes que ocuparam espaços de poder e emergiram na cena pública.

Este trabalho se norteou também nos conceitos de políticas públicas, principalmente os elaborados pelos Leonardo Secchi (2012) que fala do ciclo da política pública. No ciclo para a população LGBT de BH destaco as fases da formulação de alternativas, tomada de decisão e a implementação. No período de 2007, foi criado o Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania LGBT de Belo Horizonte - CRLGBT/BH, que foi o primeiro equipamento público voltado para população LGBT da capital mineira. Em 16/02/2017, o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kallil (PHS),

criou a Coordenadoria dos Direitos da População LGBT e regularizou o CRLGBT/BH, através do Decreto nº 16580, 16/02/2017.

Mas todas as conquistas em âmbito nacional e local não aconteceram de forma espontânea, foram resultados de um longo processo de lutas políticas. O movimento LGBT nacional constituiu um acúmulo de experiências na reivindicação, elaboração, implementação e avaliação da política pública LGBT em âmbito nacional, estadual e municipal. Destaco a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT, a maior e mais antiga organização LGBT da América Latina, que atuou fortemente durante os dois mandatos do presidente Lula (2003-2006 e de 2007-2010), realizando ações de *advocacy* no Congresso Nacional e junto aos Ministérios.

O presente trabalho está distribuído em três capítulos. O primeiro, “**Políticas Públicas e Sujeitos de Direito**”, aborda os conceitos de políticas públicas e a constituição do campo acadêmico, o conceito de novos movimentos sociais e a população como agente ativo e constituinte dessa nova forma de ação política coletiva. Além disso, argumento sobre os conceitos de direitos sexuais, Direitos Humanos e a população LGBT como protagonista desse campo de luta por direitos. E, por fim, apresento as principais conquistas políticas e institucionais pró-LGBT.

No segundo capítulo, “**Políticas Públicas para LGBT em Minas Gerais**”, foi elaborado um resgate histórico da trajetória do movimento social LGBT de Belo Horizonte, registro histórico das principais lideranças LGBT que protagonizaram a cena pública nas décadas de 1990 e 2000, como Edson Nunes, Soraya Menezes, Itamar Santos e Porcina D’Alessandro. Além disso, busquei registrar dois personagens, Anyky Lima e Carlos Magno, que de 2007 a 2017, período que há a construção e institucionalização das Políticas pública LGBT, foram fundamentais na articulação entre movimento e governo local.

No Capítulo final, “**Estado e Ativismo: Estruturando Políticas Públicas para LGBT**”, busco documentar as trajetórias da elaboração e efetivação da política pública LGBT em BH, que vai da luta pela Lei 8176/01, que penaliza discriminação em locais públicos, ou seja, uma incidência exitosa no legislativo e uma grande luta no executivo para que fosse sancionada. No executivo, foi apresentado como alternativa a criação de um equipamento público para atender às vítimas de preconceito e violência homofóbica, que inicialmente foi chamado de Centro da Diversidade Sexual-CRDS, depois Centro de Referência pelos Direitos e Cidadania LGBT de BH-CRLGBT/BH e

atualmente é Centro de Referência da População LGBT. No campo cultural e social, trato da importância da Parada do Orgulho LGBT de BH, realizada por mais por mais de 20 anos seguidamente, sendo a maior e mais tradicional manifestação de afirmação de direitos do estado mineiro e também o mais potente evento do movimento social LGBT belorizontino, pois a parada otimizou grande visibilidade da pauta LGBT, fortaleceu as entidades organizadoras e legitimou os militantes para realizar incidência e interlocução com o poder público local, o que resultou na construção de políticas públicas como a criação da Coordenadoria de Políticas LGBT em 2017, reivindicada desde 2007 pelo movimento local.

Ao pesquisar as disputas da política pública para população LGBT na cidade de Belo Horizonte, busco destacar a importância dos registros das principais ações políticas do movimento LGBT de BH, que de forma criativa, persistentes e consequentes conseguiram colocar na arena pública as condições de discriminação e de extrema violência que viviam a maioria das pessoas LGBT de Belo Horizonte como forma de dialogar com o Estado. Além disso, incluiu na agenda política a defesa da cidadania e a afirmação da identidade LGBT, o que obrigou o Estado a criar ações e políticas públicas para essa população.

# I POLÍTICAS PÚBLICAS E SUJEITOS DE DIREITOS

## 1.1 O que são políticas públicas?

Política pública, segundo Mead (1995), é um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Já Lynn (1980) a define como um conjunto de ações do governo visando efeitos específicos. Peters (1986) parece se inspirar nessa noção ao afirmar que a política pública nada mais é que a soma das atividades dos governos que, por meio de delegação, influenciam a vida dos cidadãos. Temos também a sintética definição de Dye (1984) para quem a política pública é “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Porém, a definição mais frequentemente acionada parece ser mesmo aquela de Laswell (1936/1958) para quem as decisões e análises sobre política pública devem necessariamente responder às questões: quem ganha o quê? Por quê? Que diferença faz?

(...) definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o *locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos. Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores (Souza, 2006, p. 13).

A política pública e a política social são campos evidentemente multidisciplinares cujos focos estão nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Uma teoria geral da política pública implicaria, portanto, na sintetização de teorias advindas dos campos da sociologia, ciência política e economia, uma vez que:

As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas –

partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos. (Souza, 2006, p. 14-15)

Ao menos nos limites desta dissertação, política pública será tomada como um campo do conhecimento que busca fomentar ações por parte dos governos, analisar essas ações, além de, se necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. Logo, entendemos que a formulação de políticas públicas seria um momento específico no qual os governos democráticos põem em prática seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações no mundo real.

Como campo holístico, a Política Pública tem duas importantes implicações:

A primeira é que, como referido acima, a área torna-se território de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos. Assim, apesar de possuir suas próprias modelagens, teorias e métodos, a política pública, embora seja formalmente um ramo da ciência política, a ela não se resume, podendo também ser objeto analítico de outras áreas do conhecimento, inclusive da econometria, já bastante influente em uma das subáreas da política pública, a da avaliação, que também vem recebendo influência de técnicas quantitativas. A segunda é que o caráter holístico da área não significa que ela careça de coerência teórica e metodológica, mas sim que ela comporta vários “olhares”. Por último, políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas (Souza, 2006, p. 15).

Uma vez postas em ação, as políticas públicas são implementadas e ficam, então, submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação. Neste sentido, a presente pesquisa apresenta centralmente a contribuição do movimento social LGBT no processo de reivindicação, elaboração, articulação e até a efetivação das políticas públicas na cidade de Belo Horizonte/MG.

## **1.2 A Constituição do campo acadêmico das Políticas Públicas**

Pode-se localizar a gênese da política pública, pelo menos enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica, nos Estados Unidos, que rompeu com certa tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, porém que se concentrava mais nas análises sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Nos EUA, as discussões sobre políticas públicas galgaram status acadêmico e passaram a desenvolver estudos sobre a ação dos governos.

O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes. A trajetória da disciplina, que nasce como subárea da ciência política, abre o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público. O primeiro, seguindo a tradição de Madison, céptico da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o “bom” governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações (Souza, 2006, p. 20).

Foi somente com o advento da Guerra Fria que se deu a introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo. O introdutor dessa ferramenta no governo dos EUA foi Robert McNamara que teria estimulado a criação da RAND Corporation, em 1948, uma organização não-governamental que articulava os conhecimentos de matemáticos, cientistas políticos, analistas de sistema, engenheiros, sociólogos, dentre outros profissionais. visando demonstrar como uma guerra poderia ser conduzida como um jogo racional. Não tardou para que essa proposta de aplicação de métodos científicos às formulações e decisões governamentais sobre questões públicas fosse aplicado também para outras áreas da produção governamental, inclusive para a política social.

Considera-se com frequência entre os profissionais da área que a Política Pública contou com quatro grandes “pais” fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos, e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

O conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos - *policy makers* – foi introduzido por Simon (1957), sob o argumento de que o conhecimento racional podia amenizar a limitação da racionalidade dos decisores públicos que seria, segundo ele, sempre limitada por entraves como informação incompleta, falta de tempo para a tomada de decisão, etc. A racionalidade, insiste Simon, poderia ser maximizada até um ponto satisfatório se procedesse à criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que formate o comportamento dos atores na busca por resultados desejados, coibindo, a ação em favor de interesses individuais.

Entre as décadas de 1960 e 1980, os trabalhos de Lindblom (1959; 1979) passaram a questionar e denunciar a ênfase de Laswell e Simon no racionalismo. Lindblom propôs outras variáveis à

formulação e à análise de políticas públicas, como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório. As políticas públicas precisariam considerar esses outros elementos - papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse - à sua formulação e à sua análise e não se resumir aos domínios da racionalidade.

Easton (1965) foi de grande importância para a constituição deste campo por ter definido a política pública como um sistema que resultava da relação entre formulação, resultados e o ambiente. Easton lembrava também que as políticas públicas são diretamente afetadas pelos partidos, pela mídia e pelos grupos de interesse, que interferem em seus resultados e na extensão de seus efeitos.

### **1.3 Políticas públicas e os Novos Movimentos Sociais**

A construção de políticas públicas para a população LGBT é uma experiência muito recente no Brasil e no mundo e, portanto, há grande questionamento por parte da militância se há, realmente, uma política pública para a população LGBT no país. Neste trabalho, procurei registrar e analisar as ações governamentais na cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, no período de 2007 a 2017. A pesquisa realizada me forneceu subsídios para afirmar que toda ação governamental como aprovação de leis, criação de equipamentos e serviços públicos voltados para atender às necessidades da população LGBT, resultaram de intensas mobilizações de uma força social que é denomino de movimento social LGBT.

Neste sentido utilizo os conceitos de movimento sociais e, fundamentalmente, novos movimentos sociais que serão fundamentais para melhor compreender as experiências das ações públicas e políticas do movimento LGBT na cidade de Belo Horizonte. Os novos movimentos sociais reivindicam direitos para além das questões econômicas e apresentam a necessidade de formação de uma cultura que se manifestam por meio de novas organizações sociais e ações políticas, possuem três características centrais: a primeira é a identidade coletiva, que pode ser econômica, social e cultural; a segunda é um opositor, ou adversário, material ou simbólico; a terceira é um projeto de mudança social, cultural ou sistêmica (Gohn, 1997).

Uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Por isso, para analisar esses saberes, deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos

estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo (Gohn, 2011, p. 335).

A pesquisadora Marida da Glória Gohn, no livro “Teoria do Movimento Social: paradigma clássico e contemporâneo” (1997), conceitua o movimento social como sendo ações coletivas sócio-políticas culturais construídas por atores de diferentes classes e camadas sociais. As ações se organizam a partir de camadas sociais. As ações se organizam a partir de preparatório e demandas que produzem uma identidade de seus participantes. Além disso, pontua as principais ações políticas dos movimentos sociais que adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações) até as pressões indiretas, tais como campanhas contra o preconceito e por direitos, divulgação de relatórios de violência, eventos de visibilidades para cita exemplos do movimento LGBT.

As teorias dos *novos movimentos sociais* foram importantes na medida em que promoveram um descentramento das lutas sociais forçando-as a incorporar as múltiplas demandas e a contingência das identidades. É nessa perspectiva que pessoas LGBT se associaram, conformaram grupos, forjaram relações múltiplas, estabeleceram redes e realizaram ações políticas diversas para exigir e garantir do Estado ações governamentais e políticas públicas.

Na política governamental em âmbito nacional, desde 1996, as temáticas como direitos homossexuais, diversidade sexual, orientação sexual têm aparecido nos documentos públicos, principalmente, nos Programa Nacionais de Direitos Humanos -PNDH I e II ( 1996, 2002), os quais foram lançados durante os governos do presidente Fernando Henrique Cardoso-FHC ( 1995-2003). No entanto, nos planos de 1996 e 2002, os temas voltados para população LGBT estavam juntos com os de outros grupos sociais minoritário (Lima, 2017).

A implantação de políticas com fins à igualdade de gênero e raça viria a ocorrer efetivamente no Brasil somente no início dos anos 2000, somada a um conjunto de diretrizes que orientariam, então, as práticas de gestão, com destaque para as noções de transversalidade e intersetorialidade, que apareciam no PNDH I, II, III (1996, 2003, 2009) como cruciais para se “alcançar condicionantes “multidimensionais” de situações de desigualdade e estão ancoradas na “perspectiva da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos” (Aguião, 2017).

O surgimento de grupos LGBT institucionalizados, com registro e diretoria formalizada, tais como CELLOS/MG e ALÉM, a constituição de redes de organizações em âmbito nacional, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT fundada na cidade de Curitiba/PR com 31 organizações e que conta atualmente com mais de 300 Organizações de diferentes cidades do país - a maior rede LGBT da América Latina e Caribe – e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que é uma rede nacional que articula em todo o Brasil 127 instituições que desenvolvem ações para promoção da cidadania da população de Travestis e Transexuais, fundada no ano de 2000, na cidade de Porto Alegre e as realizações de Paradas do Orgulho LGBT em praticamente todo o território nacional, são, certamente, ações, articulações e estratégias do movimento social LGBT brasileiro.

O movimento LGBT é diverso e se utiliza diferentes formas de ação política, ora pressionando o Estado, ora dialogando. Além disso, há formas coletivas variadas na área da cultura, acadêmica, religiosa que não se restringem à construção de políticas públicas. Neste sentido a definição de *Movimento Homossexual Brasileiro* (Facchini, 2005) corrobora com atual denominação de movimento social LGBT.

(...) o conjunto das associações e entidades, mais ou menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados à livre orientação sexual e/ou reunir, com finalidades não exclusivamente, mas necessariamente, políticas, indivíduos que se reconheçam a partir de quaisquer identidades sexuais tomadas como sujeito desse movimento (Facchini, 2005, p. 20).

Outra questão teórica que ajuda a entender o movimento social LGBT é o conceito de identidade coletiva.

A construção de identidades coletivas se dá quando antagonismos sociais passam a ser questionados a partir do princípio de equivalência dos direitos (Mouffe, 1988). Na medida em que essa construção é um processo, ao mesmo tempo, individual e coletivo, diversas questões identitárias podem ser suscitadas (Machado, 2007, p. 30).

O conceito de identidade coletiva ajuda a perceber que a relação dos grupos LGBT com o Estado foi sempre conflituosa e todas as conquistas resultaram de embates, contradições e lutas. Os movimentos sociais que utilizam as ações coletivas pra promoverem transformações e denunciar as injustiças, neste sentido esta pesquisa utilizou essa perspectivas para registrar e analisar as ações coletivas dos grupos e atores políticos que conseguiram romper a invisibilidade e se apresentar na arena pública e apresentar as demandas, bem como sua relação com outras ações do movimento em âmbito nacional.

As identidades coletivas não estão dadas, são processos de construção social que se apresenta publicamente como uma unidade parcial e provisória (Machado, 2007). Além disso, uma análise do movimento social LGBT de Belo Horizonte, os atores e atrizes políticos exigem que além do olhar estrutural do processo, produzam-se registros e análises dos sujeitos e sujeitas invisibilizados/as e que, num dado momento, passaram a povoar as arenas políticas e a cena pública.

Segundo atesta Prado (2002), a identidade coletiva precisa de cinco elementos básicos: Sentimentos de pertença; Definição de práticas sociais grupais (cultura política); Valores, crenças e interesses compartilhados; Estabelecimento de redes sociais; Relações intra e entre grupos.

Como aponta Melucci (1996), o estudo da identidade coletiva deve se centrar exatamente nos conflitos que permanecem submersos na aparente unidade na qual se apresenta um determinado ator político. As formas de participação política menos institucionalizadas e que buscam a formação de identidades coletivas se interessam, entre outras coisas, por romper a invisibilidade social e abrir o debate público em torno de demandas sociais específicas (Machado, 2007, p.34).

Neste sentido, busquei, em minha análise, apontar a centralidade do CELLOS/MG e do ALÉM, registrar a trajetória dos principais militantes LGBT de Belo Horizonte e a história da Parada do Orgulho LGBT, potentes instrumentos de ação política que têm denunciado as injustiças causadas pelo preconceito contra orientação sexual e, ao mesmo tempo, um instrumento político de interpelação de política institucional.

Destaco que os movimentos sociais são produtores de saber. As experiências das ações políticas utilizadas pelos grupos, coletivos e atores e atrizes políticos criam um saber que gera uma capacidade de fazer diagnósticos e proposições, isto ao longo de um processo e não em evento isolado (Gohn, 1997). Neste sentido, o processo de constituição da política pública LGBT em Belo Horizonte foi resultado de acúmulo de saberes, diagnósticos e proposições dos movimentos sociais a partir das ações políticas consequentes durante anos.

#### **1.4 Estado x sociedade: as lutas políticas LGBT**

O movimento social LGBT tem feito um grande esforço para, de forma criativa, denunciar à sociedade as injustiças, desigualdade e formas múltiplas de violências que a população LGBT tem sofrido por causa do preconceito social ligado à orientação sexual e identidade de gênero diferenciada em relação às normas hegemônicas.

Neste sentido, o preconceito social é peça central na manutenção de desigualdades e, em uma sociedade extremamente hierarquizada, legitima a superioridade uns sobre outros. No caso da população LGBT, o preconceito social, por causa orientação sexual e identidade de gênero, além de gerar opressão, subalternização de alguns direitos sociais e, por sua vez, legitima práticas inferiorização e violência como a LGBTFOBIA (Machado, Prado, 2008)

No caso da população LGBT brasileira, o preconceito tem se manifestado de variadas formas no cotidiano e vem produzindo inúmeros casos de violência de ordem psicológica, simbólica e física que, nos casos mais extremos, leva também a bárbaros assassinatos.

No Brasil, essa situação é ainda mais complexa e extrema, pois é o país que lidera o número de assassinatos de LGBT. De acordo com os dados levantados pelo Grupo Gay da Bahia - GGB, mesmo com a subnotificação, em 2018, foram registrados 420 assassinatos. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) notificou em 2018 um total de 163 casos de assassinatos de pessoas, em 2019 foram 127 assassinatos, sendo 121 travestis e transexuais e três homens trans.

No dia 20 de novembro de 2019, a organização internacional *Trans Respect versus Transphobia Worldwide/TVT* publicou os resultados do observatório de pessoas trans assassinadas que revelou o total de 331 casos entre 01 de outubro de 2018 e 30 de setembro de 2019. O Brasil segue como o país que mais assassinou pessoas trans do mundo neste período, com 132 mortes, seguido pelo México

(65) e Estados Unidos (31), somando um total de 331 homicídios reportados de pessoas trans em 74 países em todo mundo.<sup>4</sup>

A dificuldade de percepção dos casos de violência extrema que atinge os LGBT no Brasil é ocasionada, além das ausências de políticas públicas e omissão do Estado, pelo mito da não-violência (Chauí, 2012), o fazendo crer no imaginário social que o povo brasileiro é alegre, pacífico e tolerante com as diversidade.

Há no Brasil um mito poderoso, o da não-violência brasileira, isto é, a imagem de um povo generoso, alegre, sensual, solidário que desconhece o racismo, o machismo e a homofobia, que respeita a diferença ética, religiosa e política, não discrimina as pessoas por sua classe social, ética, religiosa ou escolha sexual, etc. (Chauí, 2012, p. 7).

Para Marilena Chauí as cinco características do mito são: é uma narrativa de origem sem que haja uma narrativa originária; nega e justifica a realidade negada por ele; substitui a realidade pela crença na realidade narrada por ele e torna invisível a realidade existente; não é simples pensamento, mas formas de ação.

A ideologia é a expressão temporal de um mito fundado que a sociedade narra a si mesma. Neste sentido que o movimento LGBT tem apresentado para a sociedade e para o Estado a situação de injustiça, desigualdade e de violência extrema que atinge boa parte da população LGBT brasileira. Violência, para Chauí, seria então “(...) toda prática e toda ideia que reduz um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais profundas de desigualdade econômica, social e cultural”. (Chauí, 2012, p.10)

O preconceito e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero não é um fenômeno social simples, mas um fenômeno perverso de exclusão, inferiorização e subalternização, que neste caso é chamado homofobia. Mais recentemente, parte dos movimentos sociais, governos e judiciário têm adotado o termo LGBTFOBIA, pois as manifestações de preconceito, discriminação e violência causados pela orientação sexual e/ou por identidade de gênero diferenciados para cada segmento.

Para Daniel Borrillo (2009) , há uma virada epistemológica nos estudos sobre LGBT quando se desloca o debate das questões sobre o comportamento sexual das pessoas não heterossexuais para a reação hostil às sexualidade desviantes da norma heterossexual. A homofobia não se limita a constatar diferença: ela interpreta comportamentos e tem consequências materiais, transformando os atos sexuais e afetivos das pessoas em crime que devem ser

---

<sup>4</sup> Ver: <https://antrabrazil.org/2019/11/13/2019-brasil-segue-na-lideranca-dos-assassinatos-contra-pessoas-trans-no-mundo/>, Consultado em 12/01/2020.

punidos. A homofobia, para ele, tem dois aspectos centrais: o afetivo, que se manifesta pela rejeição às pessoas não heterossexuais; e o cognitivo, que é a rejeição as não heterossexualidades como fenômeno social, e não apenas ao sujeito (Froemming; Bacci, 2014, p. 123).

O conceito de homofobia tem sofrido constantes ampliações semânticas e políticas e, certamente, não dá conta de toda complexidade que envolve a exclusão, violência e até os assassinatos. Neste sentido, adoto o termo LGBTFOBIA, para todo tipo de manifestação de preconceito, discriminação e violência (física, psicológica, simbólica) aos membros da população LGBT, bem como a tipificação dos assassinatos motivados pelo ódio à essa população. A utilização da LGBTFOBIA neste trabalho estabelece conexão não só com o movimento social, mas também com as políticas públicas pró- LGBT.

A LGBTIfobia pode ser definida como o medo, a aversão, ou o ódio irracional a todas as pessoas que manifestem orientação sexual ou identidade/expressão de gênero diferente dos padrões heteronormativos, mesmo pessoas que não são LGBTI+, mas são percebidas como tais. A LGBTIfobia portanto, transcende a hostilidade e a violência contra LGBTI+ e associa-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e identitários de gênero, a um só tempo sexistas e heteronormativos (adaptado de JUNQUEIRA, 2007). Consiste em um problema social e político dos mais graves, mas que varia de intensidade e frequência, de sociedade para sociedade. Tem sido um conceito guarda-chuva, utilizado para descrever um variado leque de fenômenos sociais relacionados ao preconceito, à discriminação e à violência contra pessoas LGBTI+. Na maior parte das vezes, os fenômenos da intolerância, do preconceito e da discriminação em relação a gays (homofobia), lésbicas (lesbofobia), bissexuais (bifobia) e travestis e transexuais (transfobia) devem ser tratados não com terapia e antidepressivos, como no caso das demais fobias, mas sim com a punição legal e a educação (ABGLT, 2010). A LGBTIfobia também é responsável pelo preconceito e pela discriminação, por exemplo, no local de trabalho, na escola, na igreja, na rua, no posto de saúde e na falta de políticas públicas afirmativas que contemplem a comunidade (GÊNERO,2009). É importante observar, que além da LGBTIfobia, o fenômeno da Misoginia também se manifesta neste contexto, podendo ser definida como discriminação e violência contra mulheres (cis ou trans) ou pessoas designadas como mulher. (MONSANTO, p. 12) REIS, T., org. Manual de Comunicação LGBTI+. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018 p. 35)

Além disso, o discurso contra a população LGBT tem se baseado fundamentalmente em argumentações religiosa e moral, o que tem contribuído para a despolitização das reivindicações

dessa população. Tal situação tem contribuído para que grande parte das pessoas LGBT se encontre numa situação de subcidadania:

No âmbito do processo social fica evidente que a atribuição social negativa, como uma maneira de simplificação de algumas práticas sexuais, se sustenta em meio a outras formas de desigualdade social e política. Pode-se dizer que os mecanismos de subalternização, neste caso, formam delineados a partir da moralização da sexualidade, despolitizando e relegando para o espaço privado e individual relações de opressão instalada na hierarquia social, liberando, dessa forma, o Estado democrático de sua tarefa principal: o alargamento do campo do político (Prado; Machado, 2008, p. 78).

Com objetivo de conter a LGBTFOBIA, que se manifesta cotidianamente, em diferentes formas e em várias partes, o movimento LGBT, nesses mais de 40 anos de existência no Brasil, tem realizado ações de politização constante para que as injustiças e desigualdades motivadas por orientação sexual e por identidades de gênero dissonantes possam, finalmente, ser denunciadas para a sociedade e ganhar a arena pública. Dessa forma é que se pretende pressionar o Estado para que responda às questões centrais do movimento como o enfrentamento à violência e por reconhecimento de direitos dessa população.

Neste sentido, a LGBTFOBIA e subcidadania da população LGBT são problemas públicos, portanto necessitando do Estado uma intervenção para solucionar ou amenizar esses problemas. Para Leonardo Secchi (2012) toda definição de políticas públicas é arbitrária, pois tem várias definições. Para ele, de forma reduzida, as políticas públicas são uma diretriz voltada para a resolução de algum problema público, neste sentido o Problema Público que é uma carência e ou excesso na sociedade:

O processo de elaboração de políticas públicas (policy-making process) também conhecido como ciclo de políticas públicas (policy cycle). O ciclo de políticas Públicas é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes. Apesar de várias versões já desenvolvidas para visualização do ciclo de políticas públicas, restringimos o modelo às sete fases principais: 1) identificação do problema, 2) formação de agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação, 7) extinção (Secchi, 2012, p.33).

No caso da construção da política pública da população LGBT o ciclo da política pública que foi adotada em Belo Horizonte seguia este caminho: 1) o problema público era a violência extrema por causa da orientação sexual e identidade de gênero que atinge a população LGBT; 2) Após identificar

o problema público, formular uma agenda política para sociedade e para os governos, através de campanhas, relatórios, pesquisas, mobilização comunitária; 3) Em seguida a formulação de alternativa foi criar um Centro de Referência/CR, um equipamento público para atender às vítimas; 4) o tomador de decisão decidir que vai implementar o CR; 5) a criação do CR como a política para responder o problema pública; 6) uma avaliação da política pública CR/LGBT e por último, caso o problema público tenha sido resolvido ou a política ineficaz a política pode ser extinta.

Arendt (1996), quando fala sobre direito, apresenta a expressão “direito a ter direito”, vem ao encontro das reivindicações dos novos movimentos sociais, compostos por diversos atores que se apresentam na arena pública, especialmente, o movimento LGBT, pois este apresenta um conjunto de reivindicações que remete à exigência de uma cidadania e não aceitam a exclusão pelo que são, ou seja, pela raça, classe ou/e gênero e que todos e todas têm o direito à dignidade humana.

Nessa linha, os conceitos de redistribuição e reconhecimento de Nancy Fraser (2006) me são úteis para entender o processo de constituição da pauta política e de reivindicação e elaboração da política pública para essa população.

Para ajudar a esclarecer esta situação e as perspectivas políticas que ela apresenta, proponho distinguir analiticamente duas maneiras, muito genéricas, de compreender a injustiça. A primeira delas é a injustiça econômica, que se radica na estrutura econômico-política da sociedade. Seus exemplos incluem a exploração (ser expropriado do fruto do próprio trabalho em benefício de outros); a marginalização econômica (ser obrigado a um trabalho indesejável e mal pago, como também não ter acesso a trabalho remunerado); e a privação (não ter acesso a um padrão de vida material adequado) (Fraser, 2006, p. 232).

No caso da população LGBT é preciso utilizar tanto as políticas de reconhecimento, ou seja, cultural e simbólica, como políticas de redistribuição. As campanhas contra a discriminação de base homofóbica, as paradas do orgulho LGBT, que acontece em várias partes do país e realização de eventos de visibilidade e afirmação de direitos. Neste sentido, o movimento social LGBT tem realizado de forma criativa e permanente ações para inserir as questões centrais dessa população no campo político e, assim, fazer o enfrentamento às injustiças no âmbito cultural e simbólico.

E quando a gestão petista da presidência, na política de habitação “Minha Casa Minha Vida”, reconheceu os casais homossexuais, nos cadastros para obtenção de imóvel, como um dos grupos prioritários - uma política de redistribuição importante para a população LGBT. Assim, em meio a

contextos de tensões, contradições e luta que o movimento LGBT, em várias partes do país, tem avançado na garantia de direitos e constituição de políticas públicas.

Neste sentido, a Declaração dos Direitos Humanos, proclamada em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas foi fundamental para que movimento social a utilizasse e justificasse que os cidadãos e cidadãs são merecedores de direitos. Pelo menos dois Artigos justificam a luta por direitos dos LGBT, por exemplo:

Artigo I

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Artigo II

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

(Declaração Universal dos Direitos Humanos)

O principal fundamento dos direitos humanos é a garantia da dignidade. Todos os seres humanos devem ter reconhecido seu direito a ter direitos. Isso significa que todas as pessoas devem ter a garantia de viver dignamente. As principais características doutrinárias atribuídas aos Direitos Humanos fundamentais são:

- (1) Historicidade. São históricos como qualquer direito. Nascem, modificam-se e desaparecem. Eles apareceram com a revolução burguesa e evoluem, ampliam-se, com o correr dos tempos;
- (2) Inalienabilidade. São direitos intransferíveis, inegociáveis, porque não são de conteúdo econômico-patrimonial. Se a ordem constitucional os confere a todos, deles não se pode desfazer, porque são indisponíveis;
- (3) Imprescritibilidade. O exercício de boa parte dos direitos fundamentais ocorre só no fato de existirem reconhecidos na ordem jurídica (...). Se são sempre exercíveis e exercidos, não há intercorrência temporal de não exercício que fundamente a perda da exigibilidade pela prescrição;
- (4) Irrenunciabilidade. Não se renunciam direitos fundamentais. Alguns deles podem até não ser exercidos, pode-se deixar de exercê-los, mas não se admite sejam renunciados.

( <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/br/sc/scdh/parte1/c4.html> )

Além disso, outro documento que foi fundamental para a luta por garantia de direitos da população LGBT foi a Declaração de Direitos Sexuais, um marco importante fora às movimentações políticas e intelectuais promovidas pelo movimento feminista em âmbito internacional. A Declaração dos Direitos Sexuais foi definida em 1997, na cidade de Valência (Espanha), durante o XIII Congresso Mundial de Sexologia. E, foi aprovada pela WAS (World Association for Sexology) em 1999 em Hong Kong (China), durante o XV Congresso Mundial de Sexologia. A Declaração dos Direitos Sexuais que afirmava que Direitos Sexuais são Direitos Humanos Universais, baseados na liberdade inerente, dignidade e igualdades para todos os seres humanos. Para assegurarmos que os seres humanos e a sociedade desenvolvam uma sexualidade saudável, os direitos sexuais devem ser reconhecidos, promovidos, respeitados e defendidos por todas as sociedades, de todas as maneiras: “direito sexual é o resultado de um ambiente que reconhece, respeita e exercita estes direitos sexuais” (Declaração dos Direitos Sexuais).

#### **1.4.1 Políticas públicas para LGBT**

O Movimento LGBT brasileiro tem sua gênese no jornal *Lampião da Esquina*, que começou a ser editado em 1978, e no Grupo *Somos*, primeiro grupo de ativismo homossexual brasileiro que foi fundado em São Paulo, em 1979 (Trevisan, 2000, Green, 2000; Fry e MacRae, 1983; Facchini, 2005; Trindade, 2018). A partir daí surgiram várias iniciativas de constituição dos grupos LGBT no país para, principalmente, responder ao preconceito e a violência aos LGBT.

Na década de 1980, com o surgimento e disseminação do HIV/AIDS, que se tornou uma epidemia em pouco tempo, os homossexuais foram acometidos de imediato pela doença (Trindade, 2018). A partir daí, foram formados diversos grupos no interior da sociedade civil voltados para responder à epidemia, prevenção e apoio aos doentes. Voltados quase exclusivamente para a população LGBT, essas organizações de cunho ainda artesanal foram constituídas em várias partes do país para responder à epidemia com ações de prevenção, principalmente, para gays e travestis, como foi o caso do Grupo Gay Bahia – GGB (Salvador – BA), Grupo Dignidade (Curitiba - PR), Grupo Resistência Asa Branca – GRAB (Fortaleza – CE), a Rede de Grupo de Apoio a Prevenção à AIDS - GAPA, o Grupo pela Vida (Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids e o Grupo Arco-íris (RJ), dentre outros.

Para responder à epidemia, no âmbito governamental, em 1985 foi criado o programa estadual de São Paulo, o primeiro programa do país. No ano seguinte, em 1986, o Ministério da Saúde lançou as bases para o Programa Nacional de Controle da AIDS - que se tornou uma das primeiras ações governamentais para o enfrentamento da epidemia - colocado sob a égide da Comissão Nacional de Controle da AIDS, um grupo composto por cientistas e membros de organizações da sociedade civil, em 1987, antes mesmo que a Assembleia Geral das Nações Unidas para o HIV e AIDS (UNGASS HIV e AIDS) recomendasse que o enfrentamento da epidemia da AIDS fosse abrangente e inclusivo, com equilíbrio entre atividades de prevenção, assistência, promoção dos direitos humanos e com a participação ativa das pessoas vivendo com a doença nos processos de decisão.



Imagem 01 (Arquivo da ABGLT). Passeata no final do VIII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis – Fundação da ABGLT.

A participação da sociedade civil foi formalizada em 1986, com a instituição da Comissão Nacional de DST e AIDS (CNAIDS). Desde então, as organizações da sociedade civil tiveram sua

representatividade garantida por portarias ministeriais. A partir de 1994, a Portaria 1.028/GM assegurou a participação de cinco representantes de organizações não governamentais na composição da Comissão, possibilitando que a sociedade civil colaborasse com as discussões e atividades relativas à CNAIDS.

Na década de 1990, com a *expertise* do movimento LGBT sobre o enfrentamento da epidemia do HIV/AIDS, a ABGLT, desenvolveu o projeto SOMOS em parceria com o Programa Nacional. Começando como um projeto piloto com 4 grupos capacitando outros nos temas de desenvolvimento organizacional e prevenção, chegou a abranger 270 grupos em 220 municípios em todas as regiões do país, colaborando e muito, para a organização do movimento e houve um crescimento das organizações do movimento LGBT, na sua maioria filiadas à ABGLT, e uma prática de parceria com os governos, tanto no âmbito municipal, estadual e federal. Nesse período, consolida-se a parceria entre a maioria das organizações LGBT do país e o Estado.<sup>5</sup>

Um marco importante na luta pelos direitos da população LGBT em âmbito internacional foi aprovação dos “Princípios de Yogyakarta”, em 26 de março de 2007, durante o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em Genebra. O documento contém uma série de princípios relacionados à orientação sexual e identidade de gênero, com o objetivo de orientar a interpretação e aplicação das normas do direito internacional dos direitos humanos, estabelecendo padrões básicos, para evitar abusos e proteger os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros.

Na referência da Declaração dos Direitos Sexuais, o movimento LGBT em várias partes do mundo, em especial na América Latina, começou a expandir seu campo de atuação e ampliar a sua pauta de reivindicação para além da saúde e da AIDS. Durante os governos neoliberais de FHC (1995 a 2003), a população LGBT se viu resumida à citação nos documentos juntamente aos outros movimento sociais e, fundamentalmente, às pautas da AIDS e, mesmo que o Programa Nacional de Prevenção à AIDS tenha se tornado uma referência internacional, não houve políticas públicas para a

---

<sup>5</sup> A ABGLT foi fundada em 31 de janeiro de 1995, com 31 entidades LGBT de várias partes do país e se tornou a maior rede LGBT da América Latina e representou um marco importante na história do movimento LGBT brasileiro uma vez que possibilitou a criação de uma rede nacional de representação, com capacidade e legitimidade para levar as reivindicações do segmento até o Governo Federal e pautar a sociedade como um todo. Além disso, a ABGLT também contribuiu para a organização das entidades de base país afora, capilarizando o movimento por todos os estados da federação.

<https://www.abglt.org/quem-somos>

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/projeto\\_somos.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/projeto_somos.pdf)

população LGBT em outras áreas. Foi somente no primeiro governo Lula que se começou a transversalização da temática LGBT em vários ministérios.

### **1.4.2 Políticas Públicas LGBT e os governos Lula**

Em 2003, durante o primeiro governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, deu-se a criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, cuja coordenação foi entregue ao ministro Nilmário Miranda que convocou expertise do movimento social LGBT para elaborar o primeiro programa governamental, interdisciplinar em várias áreas ministeriais. Houve a elevação da Secretaria de Direitos Humanos à categoria de ministério.

Em 2004, o Governo Federal lançou o "Programa Brasil Sem Homofobia", desenvolvido com o objetivo de promover a cidadania e os Direitos Humanos à população LGBT a partir de equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação e teve atuação em âmbito federal, realizando ações no Congresso Nacional e junto aos Ministérios. Essa atuação contribuiu para vários avanços com as políticas públicas afirmativas para LGBT. Desde então, potencializaram-se a elaboração, implementação e consolidação das políticas públicas para LGBT no país.

Foi então que no I Congresso Nacional da ABGLT – CONABGLT -, realizado em 2004, em Curitiba, que as reivindicações prioritárias estariam centralizadas em três eixos fundamentais: Coordenadoria de Políticas LGBT, Conselho LGBT e Plano de Políticas Públicas LGBT. A partir de tais políticas públicas foi cunhado o tripé da cidadania LGBT. Tal resolução norteou o conjunto das organizações afiliadas da ABGLT e a maioria delas atuou junto aos governos estaduais e municipais para que o referido tripé da cidadania LGBT fosse implementado no processo de consolidação da política LGBT em várias partes do país<sup>6</sup>.

Em 2005 houve a iniciativa de fortalecimento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT – CNCD/LGBT. A sua estrutura foi modificada e passou a contar, obrigatoriamente, com a participação de membros da população LGBT, órgão colegiado composto por trinta membros, sendo quinze representantes da Sociedade Civil e quinze do Governo Federal,

---

<sup>6</sup> A tese do 1º Congresso da ABGLT fala da construção de políticas públicas para a população LGBT, e as três prioridades de políticas públicas foram denominadas de tripé da cidadania LGBT: coordenadoria, conselho e plano de políticas LGBT (<https://www.abglt.org/documentos>).

tem por finalidade formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT.

Em 2006, houve um marco histórico para o movimento feminista brasileiro que foi a sanção da Lei Nº 11.340, que foi batizada de Lei Maria da Penha, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006, a lei entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006. No parágrafo único do artigo 5º da Lei Maria da Penha fala que as relações apresentadas na lei, independe das orientações sexuais, ou seja, as relações de casais lésbicas foram contempladas na legislação contra violência doméstica.

Na esteira da participação popular para elaborar as políticas públicas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou a 1ª Conferência Nacional GLBT pelo Decreto de 28.11.2007, com tema foi “Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT)”, e o objetivo desse certame foi a proposição de políticas públicas e a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de GLBT, ao mesmo tempo em que pretendeu avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa Brasil sem Homofobia.<sup>7</sup>

É importante explicitar que a sigla utilizada pelo governo e maioria das organizações LGBT em âmbito nacional era GLBT (Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e na plenária geral da I Conferência Nacional LGBT foi aprovado a sigla LGBT para ser utilizada nos documentos oficiais e no movimento social. A proposta de mudança da sigla foi apresentada, principalmente, pelo movimento de mulheres lésbicas e bissexuais, pois elas argumentavam que as lésbicas sofrem discriminação e violência por de gênero e orientação sexual. Além disso, as lésbicas denunciaram as constantes tentativas de apagamento e invisibilidade dentro do movimento, principalmente pelos gays.

Entre 05 e 08 de junho de 2008, em Brasília, aconteceu a I Conferência Nacional LGBT, que foi resultado de 26 Conferências estaduais em todos os estados da federação e uma do Distrito Federal. Na abertura do encontro estavam presentes o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a primeira dama

---

<sup>7</sup> Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual.

A sigla GLBT era a utilizada até então, a partir da primeira conferência os documentos governamentais começam utilizar a sigla LGBT

Marisa Letícia, além de 15 ministros, a conferência que contou com maior presença de autoridades governamentais. A Conferência foi um marco histórico para Movimento LGBT Brasileiro, alcançando, inclusive, uma dimensão internacional.



Imagem 02 (Ricardo Stuckert/PR): Presidente Lula segura a bandeira do Movimento LGBT na abertura da I Conferência Nacional LGBT

O período que vai de 2003 a 2010, quando o Brasil esteve sob a gestão do presidente Lula, tem sido considerado por alguns autores como o momento de maior aprofundamento das políticas de participação social. Somente neste período, foram realizadas 74 destas conferências, o que levou Avritzer a afirmar que “(...) de fato, existe hoje uma política participativa no nível federal de governo centrada nas conferências nacionais.” (Avritzer, 2012, p. 8).

Em 2009, como resultado da primeira Conferência LGBT, foi criada a Coordenação Geral de Promoção dos Direitos LGBT com a responsabilidade de coordenar a elaboração e implementação dos planos, programas e projetos relacionados aos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em âmbito nacional. Com o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e

Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), em dezembro de 2010 o Governo Federal instituiu nova competência e estrutura ao CNCD/LGBT, por meio do Decreto nº 7388, de 09 de dezembro de 2010. Para atender uma demanda histórica do movimento LGBT brasileiro com a finalidade de potencializar as políticas públicas para a população LGBT.

Em 2010 foi o ano da criação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT. O Plano Nacional inseriu diversas ações de valorização LGBT, seja por renda, escolarização, educação, acesso à saúde, e prevenção à violência LGBTFOBICA. Houve a elaboração do 1º Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil e ainda a realização da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, nos moldes da conferência realizada em 2008, discutiu-se nacionalmente e com diversas entidades governamentais e da sociedade civil os avanços políticos e sociais sobre o tema.

Mesmo com algumas contradições, como a suspensão do kit anti-homofobia, material produzido por uma ONG com financiamento do Ministério da Educação, que era composto por uma pesquisa que identificava as manifestações de LGBTFOBIA em ambiente escola, um caderno de textos para subsidiar os professores ao discutir o tema da diversidade sexual e três vídeos que abordavam a discriminação por causa da orientação sexual e identidade de gênero. A suspensão desses materiais foi o maior desagravo de um governo brasileiro à população LGBT no período democrático e que nos últimos períodos eleitorais é utilizado o episódio para polarizar o debate eleitoral. Além disso, a campanha de carnaval de prevenção à AIDS voltado para gays e prostitutas que foi impedida de ser vinculada, a declaração da presidenta à imprensa que não iria fazer propaganda de orientação sexual, mesmo com várias contradições, recuos, vetos e tensões, nos governos Lula e o primeiro da Dilma, nunca se avançou tanto nas políticas LGBT.

Em 2013, o governo brasileiro lançou o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento a Violência contra a população LGBT (Sistema Nacional LGBT) e do Decreto 8727 que dispõe sobre nome social. Este Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Em 2015 houve a posse de Symmy Larrat como coordenadora-geral de Promoção dos Direitos LGBT da SDH, a primeira travesti a ocupar um cargo de direção na gestão federal.

Pode-se afirmar que no período dos governos Lula houve uma política desenvolvimentista com maior participação do Estado, baseado no crescimento para economia nacional, aumento do salário, implementação de políticas sociais, maior participação da população através das conferências e uma incidência importante para a diminuição das desigualdades. Lula fez uma opção por incluir sem abdicar do crescimento e da estabilidade (Singer, 2012).

O *lulismo*, que bebeu na fonte do modelo de Estado de Bem-Estar Social, é uma política híbrida, há, portanto, uma dificuldade de sua conceituação e tal condição abre brechas para vários questionamentos sobre a sua natureza, eficiência e possíveis contradições. Por exemplo, seria o Estado Social uma resposta eficiente para os trabalhadores ou mais para o capital? É possível melhorar a vida dos trabalhadores no sistema capitalista? A base do modelo é a cidadania sem mexer na estrutura do capital? E como ficará a luta de classe? Neste sentido, o autor Esping-Andersen buscar conceituar o *welfarestate* na tentativa de responder alguns desses questionamentos.

“Uma definição comum nos manuais é a de que ele envolve responsabilidade estatal no sentido de garantir o bem-estar básico dos cidadãos”. Esta definição passa ao largo da questão de saber se as políticas sociais são emancipadoras ou não; se ajudam a legitimação do sistema ou não; se contradizem ou ajudam o mercado; e o que realmente significa “básico”? Não seria mais apropriado exigir de um *welfarestate* que satisfaça mais que nossas necessidades básicas ou mínimas? (Esping & Andersen, 1991, p. 14)

No entanto, é no contexto do Estado de Bem-Estar Social que se começa a incorporar novas demandas e o Estado a responder por ações e políticas direcionadas, como gênero, raça, imigrantes, Direitos Humanos e da população LGBT, entre outros. “No âmbito da sexualidade, o preconceito social produziu a invisibilidade de certas identidades sexuais, garantido a subalternidade de alguns direitos sociais, por sua vez, legitimando prática de inferiorizações sociais, como a Homofobia”. (Prado & Machado, 2008, p. 70).

O Governo Dilma Rousseff, mesmo já no processo de impeachment, apostou no processo de participação democrática com a realização da 12ª Conferência de Direitos Humanos, a maior de todos os tempos, que contou com mais de dois mil delegados: 1,2 mil escolhidos nas etapas estaduais e distrital, e, visando a efetiva transversalidade dos temas, 400 eleitos nas etapas estaduais e distrital das conferências da Criança e do Adolescente, Pessoa Idosa, Pessoa com Deficiência e LGBT; além de 400 delegados membros titulares dos conselhos, comissões, comitês e fóruns oficiais das temáticas relacionadas às pautas da Secretaria de Direitos Humanos.

Os últimos dois anos do governo Dilma Rousseff foram marcados por um congelamento da pauta LGBT. Após o golpe em 2016, houve uma imediata desestruturação das principais políticas sociais dos governos petistas. Uma das primeiras medidas do governo Temer foi a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e a Secretaria Especial de Direitos Humanos que ficaram subordinados ao Ministério da Justiça e da Cidadania. Uma decisão na contramão de reivindicações históricas desses segmentos, pois direitos humanos estariam sob a visão policialesca de justiça sob o comando de Alexandre de Moraes, ex-secretário de segurança do estado de São Paulo.

O Judiciário Federal também tem contribuído extraordinariamente para a garantia da igualdade dos direitos da população LGBT. Exemplos significativos incluem a votação unânime do Supremo Tribunal Federal, em 5 de maio de 2011, a favor da equiparação da união estável homoafetiva à união estável entre casais heterossexuais, bem como a Resolução 175 do Conselho Nacional de Justiça (2013), estabelecendo o direito do casamento civil em todo o Brasil para casais do mesmo sexo. Em 2015, o STF reconheceu a adoção por casal do mesmo sexo e gênero. Em primeiro de março de 2018, decidiram ser possível a alteração de nome e gênero no assento de registro civil mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo. Em 2019, o STF decide que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passe a ser considerado um crime, considerada a maior conquista dos últimos anos da população LGBT brasileira.

A trajetória das políticas públicas e aprovação de leis pró-LGBT potencializaram a constituição de políticas pública no país. As capitais dos estados da federação já têm algumas políticas e/ou equipamento público ou serviços voltados para a população LGBT, resultado de uma ampla mobilização e fortalecimento do movimento social que tem construído ações de visibilidade massiva como as paradas, participado de espaço de controle social, como os conselhos, e espaço de participação democrática, como as conferências, fóruns e grupos de trabalho. Além disso, o movimento social LGBT tem apresentando ações no judiciário para que o Estado responda às suas necessidades que foram negligenciadas por anos pelos governos.

## II POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LGBT EM MINAS GERAIS

### 2.1 Da lei à ação: percursos para a cidadania de LGBT em MG

A história do movimento LGBT mineiro ainda se encontra obliterada pela narrativa oficial contada nos livros, mas também pelos pesquisadores ligados às questões de gênero e sexualidade, que não raro priorizaram em suas análises apenas as ações do eixo Rio/São Paulo/Curitiba. Essa concentração das pesquisas nesse reduzido sul-sudeste acaba por nublar a trajetória do Movimento LGBT que se desenrola em outras regiões do país. Neste sentido, o processo de lutas e conquistas do movimento LGBT mineiro, especialmente, o belo-horizontino ainda precisa ser devidamente contada, analisada e documentada.

O professor e pesquisador Luiz Morando, no texto “Vestígios de uma proto-história do movimento LGBTQIA em Belo Horizonte (1950-1996)”, já apontava essa dificuldade:

Uma história organizada sobre o conjunto de retalhos simbolizados pelos registros documentais legais, registros de diversas mídias, acervos pessoais, relatos orais, materiais de divulgação dos espaços de sociabilidade daquele segmento ainda está por ser constituída. Uma narrativa que ainda se debruce sobre as notícias de periódicos da imprensa (jornais, revistas, boletins), as ocorrências policiais, os autos judiciais de eventos criminais e a produção artística focados nesse segmento ainda está por ser organizada. (Morando, 2017, p. 1)

É nesse sentido que essa dissertação busca também registrar a trajetória das organizações e de alguns militantes-chaves para a afirmação das políticas sexuais em solo mineiro, com destaque para o Movimento LGBT de Belo Horizonte, um dos mais dinâmicos do país.

Na trilha do Jornal Lampião da Esquina e do Grupo Somos, surgiu o Grupo Terceiro Ato na cidade de Belo Horizonte. Infelizmente, não há registro de ações desse grupo, mas sabe-se, ao menos, que seus integrantes participaram em eventos promovidos pelo Lampião e também pelo Somos. Como bem relatam Simões e Fachinni:

Em dezembro de 1979, o Lampião promoveu no Rio de Janeiro, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), um Encontro de Homossexuais Militantes, reunindo representantes dos seguintes grupos organizados: Somos-SP, Eros-SP, Somos/Sorocaba-SP, Libertos/Guarulhos-SP, Somos-RJ, Auê-RJ, Beijo Livre/Brasília-DF, Grupo de Afirmação Gay/Caxias –RJ, 3º Ato /Belo Horizonte-MG. O encontro tomou a resolução de reivindicar a

inclusão na Constituição Federal do respeito à “opção sexual” e de lutar para retirar a homossexualidade da lista das doenças mentais. (Simões & Fachinni, 2009, p. 104)

Em abril de 1980, ocorreu o I Encontro de Grupo Homossexuais Organizados (EGHO), restrito a grupos homossexuais e seus convidados, e o I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO). Cerca de duzentas pessoas compareceram à parte fechada do encontro, o I EGHO, integrantes e convidados dos grupos Somos-SP, Eros-SP, Libertos/Guarulhos-SP, Somos/Sorocaba-SP, Somos-RJ, Auê-RJ, Beijo Livre /Brasilia-DF, além de representantes de Belo Horizonte, Vitória, Goiânia, Curitiba e uma comissão de representantes do Jornal Lampião (Simões & Fachinni, 2009, p.104).

O único documento encontrado do Grupo Terceiro Ato é a carta pública que lançava oficialmente o grupo, divulgada nos espaços de sociabilidade voltados para gays e lésbicas de Belo Horizonte. Mesmo com uma curta duração, o Terceiro Ato deve ser lembrado aqui como a primeira tentativa concreta de constituir um grupo em defesa dos homossexuais.

### **2.1.1 Terceiro Ato – o primeiro grupo LGBT de MG**

Em junho de 1980, num período de intensa movimentação e mobilização social (MacRae, 2005[1983]), o Grupo Terceiro Ato noticiava publicamente, nas páginas do jornal Lampião da Esquina a sua fundação por meio de uma carta pública que a baixo transcrevo na íntegra:

Carta Pública do Grupo Terceiro ATO de MG. Caros Amigos. Por meio desta comunicamos a formação de mais um grupo Homo, situado em Belo Horizonte – MG. Após um longo período de opressão, de cativo – neofascista – a sociedade brasileira está vivendo o momento de “redemocratização”, não vamos discutir o significado ou realidade desse fato; vamos sim aproveitar o momento, o espaço conquistado, para contestar a ideologia vigente, independente de suas origens e bases sobre as quais se assentam. O sistema é anti-humano, antinatural e queremos contribuir para a mudança. Reivindicamos o direito de crítica sobre toda a estrutura social vigente, seja sobre a problemática econômica relacionada às formas de produção – exploradores x explorados -, seja ao nosso condicionamento comportamental. Nos organizamos para lutar contra todo o tipo de segregação, em particular pelo nosso direito de “ser”, nós que somos chamados de homossexuais, “doentes”, “bichas”, “sapatões”, etc., vítimas das ditaduras da direita ou da esquerda. Não nos colocamos contra as “ideologias progressistas”, nosso movimento faz parte delas, mas contestamos a moral burguesa das esquerdas, assunto que discutiremos posteriormente. Nosso grupo é o TERCEIRO ATO. Está relacionado ao ato do questionamento, enquanto o primeiro ato está relacionado ao ato instintivo e o segundo ao ato

condicionado. Somos o Terceiro Ato e é o questionamento dos valores que nos levou a apoiar os movimentos reivindicatórios dos direitos humanos das mulheres, negros, pessoas com problemas físicos, índios, a massa de trabalhadores e outros explorados e marginalizados deste nosso país. Acreditamos que a verdadeira democracia está relacionada com a melhoria das condições de vida do trabalhador, garantindo-lhe o fim da marginalidade. Nos posicionamos contra qualquer forma de machismo, chamamos a atenção dos trabalhadores, sindicatos, intelectuais, estudantes e todos os militantes progressistas para os preconceitos que fazem com que mulheres, negros, homossexuais, índios etc. fiquem alijados ou vistos de forma paternalista pelos “Homens Brancos”. Não basta modificar a ordem econômica de uma sociedade se não é realizado paralelamente um trabalho de questionamento da ordem moral vigente. Se até o momento o homem foi levado a se adaptar a “normas e Leis” preestabelecidas e a situação não melhorou nada, acreditamos que estas “normas e leis” podem ser mudadas e adaptadas às realidades imanentes do homem. Nos posicionamos contra a separação entre homossexuais masculinos e femininos. Acreditamos que este antagonismo é o resultado de uma sociedade onde predomina o individualismo e, que por sua vez, serve para garantir a desunião e o enfraquecimento dos grupos marginais. Somos uma força, devemos estar unidos e conscientes. Alertas contra o falso liberalismo que nos mantém como doentes ou segregados em guetos. Em Belo Horizonte é grande o número de homo conscientes, é grande o número de heteros que nos estão apoiando e sabemos que os Hitlers ou Stalins terão mais trabalho para nos desunir. Aos nossos amigos do Lampião comunicamos que nossa caixa postal é n. 1.720. Gostaríamos que o Jornal transasse uma coluna onde os vários grupos de todo o Brasil pudessem manter uma correspondência. Ainda estamos nos organizando, mas para o futuro pretendemos garantir a representação do “lampa” em B.H., por aqui temos muito trabalho, mas também muita gente disposta. Grupo Terceiro Ato BH<sup>8</sup>.

O nome Terceiro Ato faz alusão ao ato de questionar: “Nosso grupo é o TERCEIRO ATO”. Está relacionado ao ato de questionamento, enquanto o primeiro ato está relacionado ao ato instintivo, e o segundo ao ato condicionado”. Percebe-se na carta que o questionamento é central nos objetivos do grupo, pois questionam a ordem vigente, não somente relacionado ao preconceito e exclusão dos homossexuais, e também sobre a estrutura social: “Reivindicamos o direito de crítica sobre toda a estrutura social vigente, seja sobre a problemática econômica relacionada às formas de produção – exploradores x explorados -, seja ao nosso condicionamento comportamental”. Além disso, questionam as normas e leis vigentes e as adaptações de alguns homossexuais a elas e polemizam com a moral da esquerda que não assume a luta dos homossexuais, pois a considera uma luta menor.

---

<sup>8</sup> Jornal Lampião da Esquina, Junho de 1980.

O grupo apresenta, ainda, a necessidade de uma ampla aliança entre os novos atores políticos e movimentos sociais que emergiam nesse período: “Somos o Terceiro Ato e é o questionamento dos valores que nos levou a apoiar os movimentos reivindicatórios dos direitos humanos das mulheres, negros, pessoas com problemas físicos, índios, a massa de trabalhadores e outros explorados e marginalizados deste nosso país”. Várias polêmicas internas do movimento social LGBT daquela época, e que ainda na atualidade persiste, são apresentadas na carta, como a separação entre homossexuais masculinos e femininos, brancos e negros, direita e esquerda, exploradores e explorados e intersecção com outras demandas sociais, dos ‘direitos humanos e a relação com o gueto.’ (Machado, 2007)

Nessa carta pública percebe-se, ainda, o contexto da abertura democrática, os surgimentos de novos atores e atrizes na arena política, a constituição dos novos movimentos sociais no país. É neste contexto que ganham visibilidade demandas do movimento negro, feministas, ecologia e da população LGBT. MacRae, (1990) também contextualiza esse momento que potencializou o surgimento de organizações e movimentos com pautas direcionadas por e a certos nichos da população:

No final da década de 70 o Brasil começava a respirar ares mais otimistas. Para muitos, estávamos no limiar de novos tempos, mais justos e mais humanos. Grandes transformações se anunciavam como a indicação do encerramento da vigência de uma ditadura férrea e sanguinária, e a sociedade civil ressurgia politicamente com as importantes manifestações de protestos de trabalhadores, empresários, intelectuais e estudantes. Em maio de 1978, a greve dos metalúrgicos do ABC dava início a uma vigorosa demonstração de força do movimento operário que logo se estenderia a numerosas outras categorias e levaria dois anos para ser controlado. (...) Na busca de soluções para suas próprias contradições, estudantes e intelectuais voltavam suas preocupações para questões como o corpo, o erotismo, a subversão de valores e comportamentos. Foram buscar inspirações nos movimentos, já antigos, da contracultura, vindos da Inglaterra e dos EUA. E as discussões passaram a ser feitas em torno de assuntos como o uso de drogas, a psicanálise, o corpo, o rock, os circuitos alternativos, jornais *underground*, discos piratas, etc. Entre esses setores começava a se tomar cada vez mais nítido um desinteresse pela política como ela vinha sendo entendida até então. A teoria e a prática das esquerdas eram questionadas, sendo apontado seu conservadorismo cultural, refletido na sua dificuldade em inovar nas áreas das artes e dos costumes. (MacRae, 1990, p. 19-20)

É perceptível que o Grupo Terceiro Ato de MG foi influenciado pela efervescência política que vivia o Brasil nos anos 70 e 80, período em que a ditadura militar começava o seu fim, bem como compartilhava dos debates instados pelo Jornal Lampião da Esquina (1978) e sobre a concepção

política de grupos como o Somos, pois a Carta de Lançamento do grupo mineiro, o Editorial Zero do jornal e carta pública de lançamento do Somos possuem vários pontos de conexão:

Saindo do gueto. Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional: em ano eleitoral, a imprensa noticia promessas de um Executivo menos rígido, fala-se na criação de novos partidos, de anistia, uma investigação das alternativas propostas faz até com que se fareje uma "abertura" do discurso brasileiro. Mas um jornal homossexual, para quê? A resposta mais fácil é aquela que nos mostrará empunhando uma bandeira exótica ou "compreensível", cavando mais fundo as muralhas do gueto, endossando - ao "assumir" - a posição isolada que a Grande Consciência Homossexual reservou aos que não rezam pela sua cartilha, e que convém à sua perpetuação e ao seu funcionamento. Nossa resposta, no entanto, é esta: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual, como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanos e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter. Para acabar com essa imagem - padrão, Lampião não pretende soluçar a opressão nossa de cada dia, nem pressionar válvulas de escape. Apenas lembrará que uma parte estatisticamente definível da população brasileira por carregar nas costas o estigma da não-produtividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico-cristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida. E uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz. A essa minoria não interessam posições como as dos que, aderindo ao sistema - do qual se tornam apenas "bobos da corte" -, declaram se por ledos engano, livres de toda a discriminação e com acesso a amplas oportunidades; o que Lampião reivindica em nome dessa minoria é não apenas se assumir e ser aceito - o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal. Para isso, estaremos mensalmente em todas as bancas do País, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana. Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados - dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias. Falando da discriminação, do medo, dos interditos ou do silêncio, vamos também soltar a fala da sexualidade no que ela tem de positivo e criador, tentar apontá-la para questões que desembocam toda nesta realidade muito concreta: a vida de (possivelmente) milhões de pessoas. Mostrando que o homossexual recusa para si e para as demais minorias a pecha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais; que ele não quer viver em guetos, nem erguer bandeiras que o estigmatizem; que ele não é um eleito nem um maldito; e que sua preferência sexual deve ser vista dentro do contexto psicossocial da humanidade como um dos muitos traços que um caráter pode ter, Lampião deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos

querem impor - que nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos.

Ainda na carta do Terceiro Ato aparecem pontos que nortearam o debate entre os militantes do período, principalmente no Grupo Somos. A desconfiança com a direita que via a homossexualidade como um atentado à moralidade e à família, mas também com a esquerda que os viam como decadência burguesa, desvio pequeno-burguês e uma luta menor. A unidade das lutas, principalmente do movimento negro e das feministas, combater o preconceito interno da comunidade homossexual, principalmente a inferiorização das “bichas fechativas”, ou seja, gays afeminados e, demonstra uma orientação política próxima ao Jornal e pelo Grupo Somos.

Além disso, já aparece uma crítica sutil ao Jornal Lampião da Esquina sobre sua linha editorial que priorizava o eixo SP-Rio. Esta questão foi motivo de muitas críticas e polêmica, como a priorização das notícias do Rio de Janeiro, gerando conflitos internos que motivaram o encerramento do periódico (MacRae, 1990; Green, 2000; Trindade, 2018; Facchini, 2005, Simões & Facchini, 2009).

A década de 1980 foi marcada pelo surgimento de várias organizações no campo da esquerda, como a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983. Além disso, houve a grande mobilização nacional das “Diretas Já”, de 1983 a 1984, reivindicando eleições diretas presidenciais. Este período pavimenta o fim da ditadura civil-militar, em que o então presidente do Brasil, o general João Figueiredo, foi o último a ocupar o Executivo federal durante a ditadura com um mandato de 1979 a 1985. O antropólogo Ronaldo Trindade apresenta um desenho interessante desse momento pelo que passou o país:

Em agosto de 1981, a Primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras reuniu lideranças sindicais do país inteiro na tentativa de organizar o movimento sindical em âmbito nacional. Dois anos depois, era criada a CUT, que mesmo não tendo sido reconhecida oficialmente no início, representava um número considerável de trabalhadores. Essa organização só foi possível pelo clima de abertura política que se disseminava no país. Dois anos antes foi assinada a Lei da Anistia, que suspendia as penalidades impostas a todos que se opunham às arbitrariedades do período de ditadura. Nesse mesmo ano chegou ao fim o bipartidarismo e, no início da década de oitenta, vários grupos que reivindicavam direitos sociais e visibilidade tinham, mais do que nos últimos 20 anos, a possibilidade de se fazer ver e ouvir por um número maior de pessoas. Entre a multidão estavam os homossexuais ativistas, protestando contra a violência e o preconceito de que eram vítimas as pessoas que se envolviam sexualmente com outras do mesmo sexo. O Movimento das Diretas levou um número muito grande de pessoas às

ruas e as palavras de ordem falavam da necessidade de democracia, de liberdade e de justiça. O clima político e social era muito oportuno para os movimentos populares. O fortalecimento do Partido dos Trabalhadores foi um bom exemplo disso. Nascido das greves do ABC em 1979, esse partido foi crescendo e se constituindo na esperança de mudanças sociais profundas nas estruturas da sociedade. (Trindade, 2018, p.48-49)

Esses ares democráticos e o desejo de mudança a que Trindade se refere também se insinuaram entre os gays e lésbicas de Belo Horizonte. Na carta pública do Grupo Terceiro Ato percebe-se o contexto de mobilização social que vivia o país e que anunciava o processo de a democratização. Neste contexto, o grupo mineiro se colocava como um espaço de organização dos homossexuais e, fundamentalmente, apresentava as reivindicações dos homossexuais como uma necessidade também de luta política.

Não há registro de ações públicas do Grupo Terceiro Ato, o que se sabe que teve uma curta duração (Machado, 2007). Alguns integrantes participaram de encontros nacionais LGBT promovidos pelo Grupo Somos, de São Paulo (MacRae, 1990, Fachini, 2005, Simões e Fachini, 2009). Além disso, o Grupo Terceiro Ato ganhou importância por ser o primeiro registro de um coletivo que divulgou publicamente sua concepção de organização voltada para luta dos direitos homossexuais e que apresentou à sociedade mineira suas reivindicações.

Apesar de existência breve, o Terceiro Ato conseguiu mobilizar alguns gays que participaram de encontros nacionais e se inseriram no centro dos grandes debates do recém-criado Movimento Homossexual Brasileiro. Nos poucos registros do grupo, não há evidência de participação de lésbicas ou travestis, é possível que era formado somente por gays, ou ainda que travestis e lésbicas tenham sido invisibilizadas no processo de divulgação do grupo.

A década de 1980 foi indelévelmente marcado pelo surgimento e proliferação da AIDS:

O Center of Disease Control and prevention (CDC), dos EUA, publicou em junho de 1981 no “Morbidity and Mortality Weekly Report” um artigo relatando cinco casos de *pneumocystiscarini* entre jovens identificados como homossexuais na cidade de L. A. [Los Angeles], dos quais, dois já haviam falecido. O mito do Paciente Zero, o primeiro caso identificado, orientou as primeiras investigações sobre a etiologia da doença que se transmitia por meio de relações sexuais entre homens. (Trindade, 2018, p. 49).

O Paciente Zero se tornou um emblema da doença, que assumiu suas características. Tratava-se de um homossexual, portanto, “(...) não tardou para que uma íntima associação entre essa nova moléstia

e a homossexualidade fosse estabelecida” (Trindade, 2018, p. 49). Desde os seus primeiros casos, portanto, a AIDS foi tomada como uma espécie de peste gay. Por esse motivo, os primeiros estudos realizados em grandes centros médicos dos países de primeiro mundo foram realizados primeiramente entre os homens gays (Singer, 1994). Trindade (2018), a esse respeito, lembra ainda que, antes que fosse cunhada a sigla AIDS – Acquired Immune Deficiency Syndrome - foi proposta a sigla GRID - Gay-Related Immune Deficiency:

Isso causou conflitos sociais sérios para os homossexuais urbanos já que as informações, muitas vezes distorcidas, sobre essa nova síndrome, foram difundidas largamente por uma mídia muitas vezes pouco informada e algumas vezes sensacionalista. Ao sugerir uma ligação umbilical entre a homossexualidade e uma doença, tão mortal quanto desconhecida, os jornais, revistas e noticiários de TV impulsionaram julgamentos morais e religiosos, além de ressuscitar caducos argumentos patológicos. Em certas cidades americanas, alguns órgãos públicos chegaram a intervir no cotidiano da vida gay, adotando medidas como o fechamento de saunas, boates e bares, que passam a ser vistos como potenciais espaços de transmissão da doença. (Trindade, 2018, p. 49).

A era AIDS, como definida por Trindade (2018) foi uma época de refluxo para o Movimento Homossexual Brasileiro (Fachini, 2005). Mas este momento, por mais catastrófico que tenha sido, contribuiu diretamente para a institucionalização do movimento LGBT, uma vez que foram multiplicando-se e tornando-se visíveis na sociedade várias ONG voltadas para a prevenção ao HIV/AIDS e assistência à pessoa vivendo com o vírus. Segundo Trindade (2018), esse momento familiarizou os militantes com a burocracia estatal, já que membros da sociedade civil se viram diante da urgente tarefa de aumentar números de leitos, conseguir verbas para programas de prevenção, e dentre outras ações que demandavam uma articulação com o Estado.

É importante destacar o surgimento do Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS (GAPA/SP) em 1985 como a primeira resposta governamental do governo de São Paulo. Quem estava diretamente envolvido com as ações promovidas pelo GAPA/SP eram militantes LGBT que começaram a priorizar a pauta da AIDS. Em junho de 1987 foi fundado o GAPA/MG (Grupo de Apoio e Prevenção contra à AIDS), que tinha como objetivo promover o enfrentamento comunitário da epidemia por meio de formulação de políticas públicas capazes de reduzir os impactos biopsicosociais do HIV/AIDS no Estado de Minas Gerais (Machado, 2007).

O GAPA foi a primeira ONG a trabalhar com a questão do HIV/AIDS em Minas Gerais e, na década de 1990, contribuiu para o avanço das discussões públicas sobre a homossexualidade no estado mineiro e na cidade de Belo Horizonte. A organização foi fundada em Belo Horizonte por Eduardo Carvalho, que no início dos anos 80 era gerente de uma casa noturna gay chamada *Freedom*. Vale a pena destacar que essa casa noturna foi, certamente, uma referência de sociabilidade para população LGBT local, e potencializou a formação de grupos e ativismo homossexual (Machado, 2007).

Em 1992 foi criado o Grupo VHIVER, também voltado para o apoio aos soropositivos e doentes de AIDS. Tanto o GAPA quanto o VHIVER tiveram grande importância no movimento de luta contra AIDS em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais e no âmbito nacional. Apesar de não mais existirem, os dois grupos deixaram importantes contribuições, pois suas atividades e ações políticas tinham impactos no poder público local e mobilizavam importante parcela da população LGBT da capital e do estado mineiro.

Apesar de não haver ainda nenhum grupo especificamente LGBT constituído na década de 80 na capital mineira, Edson Nunes, um militante gay, ganhou destaque ao se candidatar ao cargo político de deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores em 1982. Edson Nunes, nascido em 12 de novembro de 1944, era ativista gay, de esquerda, jornalista e psicólogo. Seu primeiro feito público relacionado à homossexualidade se deu ainda em 1972, quando organizou o I Simpósio de Estudos da Homossexualidade no Colégio Estadual Central, colégio tradicional da capital mineira. Segundo sua declaração em entrevista que concedeu ao pesquisador Frederico Viana em 2006, esse encontro contou com a presença com 200 participantes, no entanto não teve uma repercussão positiva na imprensa.

No final dos 70, Edson Nunes mudou-se para São Paulo e afirma que entrou em contato com o Grupo Somos de São Paulo, mas resolveu não se integrar, pois não teve uma boa recepção. Além disso, afirmou ter participado da passeata contra as ações de repressão do delegado José Wilson Richetti contra os guetos de frequência homossexuais, que ficou conhecida como operação Rondão ou Operação Limpeza.<sup>9</sup> Num ato de protesto, cerca de mil manifestantes - mobilizados pelo movimento homossexuais, grupos feministas e pelo Movimento Negro Unificado - fizeram a maior passeata, considerada uma das importantes manifestações homossexuais no período final da ditadura. (Simões; Facchini, 2009).

---

<sup>9</sup> Sobre as perseguições promovidas pelo delegado Richetti, nas ruas do centro de São Paulo ver Green (2000), Trevisan (2000), Fry e MacRae (2000), Trindade (2000).

### 2.1.2 Edson Nunes, o pioneiro militante gay de Minas Gerais

Em 12 de novembro de 1944, nasceu Edson Batista Nunes, certamente, o militante de maior atuação nos anos 1980, início do movimento social LGBT em Minas Gerais. Ele foi jornalista por direito adquirido, atuou também como psicanalista mesmo sem formação acadêmica.

**PT**  
**PARTIDO DOS TRABALHADORES**

**303**  
**DEP. FEDERAL**  
**EDSON NUNES**

Edson Nunes é jornalista e um dos pioneiros da Parapsicologia Clínica no Brasil. No jornalismo em Minas, começou como repórter de setor nos Diários Associados e chegou a secretário de redação para o setor gráfico e redator. Ocupou o cargo de Chefe de Imprensa da Federação das Indústrias, SESI, SENAI e IEL. Em São Paulo foi redator no “Jornal da Tarde” e “O Estado de S. Paulo” e Chefe de Imprensa da Federação do Comércio do Estado de S. Paulo, SESC e SENAC. Na área psíquica, foi membro do Corpo Docente do IMPAR - Instituto Mineiro de Parapsicologia e do Departamento de Parapsicologia do INFORMAC. Fundou o IBIP - Instituto Brasileiro de Integração Psíquica. Membro Fundador da Associação Brasileira de Parapsicologia. Presidiu a 1ª e 2ª Prévias do I Congresso Internacional de Parapsicologia e Psicotrônica no Brasil. Representou o Brasil no VIII Congresso Internacional de Parapsicologia e Ciências Psíquicas da Itália, apresentando trabalho pioneiro sobre a interação Medicina-Psicoterapia-Parapsicologia. Elaborou processos terapêuticos voltados para o campo da psicopatologia e que chegaram a merecer visita de estudos de psicoterapeutas de diversos países, inclusive do grupo de Carl Rogers, dos EUA. Ministra cursos de Controle da Mente em todo o país. Iniciou o Movimento de Conscientização Homossexual no Brasil, há 10 anos. Em 69/70 foi dos poucos jornalistas a assinar artigos contra a tortura nas prisões.

COMITÉ - Av. Afonso Pena, 774, 7º andar - Ed. Cruzeiro.

Imagem 03(Arquivo pessoal): Edson Nunes é o primeiro candidato do país assumidamente gay-.

Em 1972, Edson Nunes realizou um importante evento voltado aos homossexuais na capital mineira, I Simpósio de Estudos da Homossexualidade que aconteceu no Colégio Estadual Central. No final desse ano, muda-se para São Paulo para desenvolver atividades na área da psicanálise e funda o Instituto Brasileiro de Integração Psíquica ( IBIP), segundo Edson, o instituto proporcionou um sucesso financeiro e de visibilidade de seu trabalho, sendo o mais o mais conhecido instituto de parapsicologia do país. Em entrevista fornecida a Frederico Machado (2006), afirmou ter realizado dois simpósios em São Paulo, ou seja, II Simpósio no teatro Ipiranga e o II no teatro João Caetano na Vila Mariana em 1974.

Nos anos 1980 retornou a Belo Horizonte, Edson Nunes foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores em Belo Horizonte e criou o Núcleo Gay do PT de Minas Gerais, que foi aderido por ex-integrantes do então extinto Grupo Terceiro Ato. Neste período, por iniciativa do Edson Nunes, foi criado um grupo intitulado Movimento Mineiro de Defesa dos Direitos Homossexuais/MMDDH, que contou com dez membros e teve pouca duração (Machado, 2007).

Em 1982, no primeiro processo eleitoral que o PT participou, Edson Nunes se tornou o primeiro candidato assumidamente homossexual a concorrer a cargo político no Brasil. Sua candidatura a Deputado Federal foi inovadora e importante para denunciar o preconceito, discriminação e a violência aos homossexuais. A campanha do Edson Nunes teve apoio dos candidatos Américo Antunes, liderança estudantil, que concorria para deputado estadual, e de Helena Greco, emblemática liderança dos Direitos Humanos que se tornou a primeira vereadora do PT de Belo Horizonte. Edson Nunes se candidatou em mais duas eleições, sem sucesso. Após a derrota em 1982, tanto o Núcleo Gay do PT, quanto o Movimento Mineiro de Defesa dos Direitos Homossexuais se desmobilizaram (Machado, 2007).

A candidatura do Edson Nunes se reveste de grande importância histórica para o movimento LGBT, pois foi a primeira vez que um ativista abertamente homossexual se candidatava e apresentava, no processo eleitoral, um programa em defesa dos direitos homossexuais. Definitivamente era algo inédito no país.

É importante destacar que a entrada na cena política eleitoral de 1982 de candidatos gays, mulheres, negros, jovens e defensores dos Direitos Humanos se deveram aos partidos de esquerda, principalmente ao Partido dos Trabalhadores (PT). No caso da questão LGBT, desde sua fundação o

PT trata ao combate ao preconceito contra os homossexuais, entre outros grupos sociais excluídos. Além disso, um grupo interno do PT intitulado de Convergência Socialista, desde a fundação do partido já tinha setorial conformado em defesa dos homossexuais, que, em certa medida, foi responsável para que o PT se apresentasse como espaço para emergir as vozes de setores que estavam silenciados.

Em abril de 1978, no momento em que vinha à luz o número zero do *Lampião*, o jornal *Versus*, já então ligados à organização trotskista Convergência Socialista (atual PSTU), promoveu uma semana de debates políticos que incluiu um dia de discussão sobre a imprensa alternativa



(Simões e Facchini, 2009, p. 96).

Imagem 04 (Arquivo pessoal): panfleto da campanha do Edson Nunes (PT).

Edson Nunes<sup>10</sup>: protagonizou e vivenciou vários momentos importantes da luta por direitos dos homossexuais, principalmente na década de 80. Em entrevista ao pesquisador Frederico Viana em 24/07/2007, Nunes faz um breve balanço de sua militância e das principais conquistas.

Frederico Machado quais foram os momentos mais marcantes desses 35 anos de ativismo?

Aquela noite foi a mais expressiva, até hoje, da minha vida militante, a terceira noite do simpósio, quando falamos os representantes religiosos. Foi a positivação de que valia a pena lutar e que era preciso lutar. Já o dia seguinte foi de frustração. A Arquidiocese de Belo Horizonte e os militares promoveram censura dupla e a divulgação dos resultados do seminário sofreu interferências. Depois, o simpósio foi levado para São Paulo e a primeira tentativa resultou em fracasso, porque a censura impediu sua divulgação. Apenas o "Notícias Populares" ficou a salvo, e deu até na primeira página e com destaque, mas de uma forma sensacionalista e que afastou o público. Foram três pessoas, com as quais conversei um bom tempo, só isso.

O sucesso voltou no terceiro simpósio, também em SP, mas divulgado com matéria paga. Quase lotou o Teatro João Caetano. Foi outro grande momento. E entre 1972 e 1978 fui o militante solitário, em todo o país, falando da naturalidade da homossexualidade para o público que participava de meus cursos sobre Parapsicologia e Auto-conhecimento, posteriormente passados para cursos de Relaxamento e Auto-conhecimento, ministrados em quase todas as capitais e grandes e médias cidades nas diversas regiões do país.

Já com o movimento organizado dando seus primeiros passos, uma grande emoção foi a primeira passeata gay do país, que ajudei a convocar e da qual participei com muito entusiasmo, no centro de São Paulo. Foi um sucesso, e nisto teve papel fundamental a valorosa Ruth Escobar.<sup>11</sup>, que cedeu seu teatro como ponto de encontro da luta contra a ação homofóbica do governo malufista. Gays eram abordados, presos e submetidos a humilhações em plena via pública, simplesmente para ficar a marca da repressão. A passeata colocou um fim na barbaridade.

A candidatura a deputado federal pelo PT, em 82, foi outro momento expressivo da história militante. Cara, nome e sobrenome, toda tarde e toda noite em toda a extensão do alcance da televisão em Minas Gerais, durante dois meses. Foi a maior exposição continuada da dignidade gay nos meios de comunicação, de todos os tempos, lembrando que havia também o programa radiofônico.

---

<sup>10</sup> Edson Nunes. Entrevistado por Frederico Viana em 24/07/2007.

<sup>11</sup> Maria Ruth dos Santos Escobar foi uma atriz de destaque e uma das mais importantes produtoras culturais do Brasil. Em 1964, Ruth inaugurou seu próprio teatro, que recebeu o seu nome, situado no bairro da Bela Vista, na cidade de São Paulo.

<sup>12</sup> Toni Reis é um militante LGBTI de grande expressão em âmbito nacional, é fundador do Grupo Dignidade em Curitiba/PR (1992) e da ABGLT (1995). Em 27 de março de 2007, então na presidência da ABGLT, reconhece em carta pública o pioneirismo do Edson Nunes na militância LGBT brasileira.

Mais recentemente foi uma felicidade o reconhecimento de meus 35 anos de ativismo, que se deu em reunião nacional da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais), sob a direção desta pessoa consciente e maravilhosa que é o Toni Reis<sup>12</sup>

O que se percebe nesse fragmento da entrevista é uma necessidade de reconhecimento do seu pioneirismo militante e das ações realizadas sobre a temática homossexual, especialmente voltada ao público gay. Em 2004, Edson Nunes escreveu uma extensa carta aberta endereçada ao Presidente Lula reivindicando a criação da Secretaria Nacional de Políticas para Diversidade Sexual. A carta teve uma ampla divulgação, pois foi divulgada na internet e enviada para várias organizações LGBT do país. Edson fez um resgate de sua vida política pessoal, partidária, pois um dos fundadores do PT e nunca trocou de partido e, fundamentalmente, faz um resgate histórico sua trajetória de militância.

É mais que oportuno que o Presidente Lula cumpra seus compromissos com a nossa causa. Aliás, de todos os militantes na ativa, talvez seja o único que ouvi uma promessa dele, ainda em 1982, quando de um jantar em plena madrugada, aqui em Belo Horizonte. Lula olhou-me nos olhos, firmemente, e afirmou: “A sua luta é a nossa luta. O PT veio para igualar”. À mesa também estavam Sandra Starling (primeira mulher candidata a um Governo Estadual no Brasil) e “Seu” Joaquim (primeiro candidato negro ao Senado brasileiro). Completando o trio pioneiro: eu como o primeiro candidato assumidamente gay à Câmara Federal. Lula já cumpriu a palavra em relação aos outros segmentos que estavam ali ao seu lado. Falta o nosso. Então, quando cobro do Presidente a sua promessa, esta é uma decisão minha, primeiramente, como fundador e militante histórico do PT. Por isto mesmo, em mensagem à ABGLT, esclareço que se a entidade resolver seguir o cronograma de lutas anteriormente delineado, que vote uma moção de apoio à minha iniciativa, ou pelo menos decida pela não objeção. (Machado, 2007)

Na carta à ABGLT e ao presidente Lula, Edson Nunes reivindicava o reconhecimento ao pioneirismo do movimento LGBT brasileiro. Na entrevista ao Machado (2007), reafirma a necessidade de tal conhecimento. Mesmo sem organização coletiva e sua importância política secundarizada no movimento social LGBT, Edson Nunes ousou se posicionar publicamente para garantir políticas públicas para a população LGBT, utilizando a carta direcionada ao presidente Lula e a divulgando amplamente, uma ferramenta muito utilizada pelos movimentos sociais nos 80 e 90. Sem reconhecimento do governo e do Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais e do movimento social local, em 2009 Nunes iniciou uma greve de fome contra a prefeitura de Belo Horizonte e denunciou

o assédio moral que sofreu por parte de gestores e dirigentes do PT. A greve de fome mobilizou vários militantes LGBT do país.

Em 2007, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, a maior associação LGBT da América Latina, reconheceu Edson Nunes como um dos pioneiros militante gays do Brasil. Em 2007, Edson Nunes recebe o Prêmio Direitos Humanos e Cidadania LGBT na ocasião da realização da 10ª Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte, foi a primeiro reconhecimento das organizações LGBT locais pela sua militância e pioneirismo no movimento LGBT mineiro.

No entanto, o militante pioneiro não conseguiu conformar mais grupos LGBT em Belo Horizonte. Edson Nunes faleceu em 04 de dezembro de 2010, enquanto época atuava como assessor de comunicação na Secretaria Municipal Adjunta de Direitos e Cidadania. A trajetória de militância de Nunes é importante por pavimentar a trilha dos movimentos social LGBT mineiro e não tinha ganhado espaço nos registros da história do movimento nacional.

## **2.2 Ação e ativismo**

Nos anos 1990 se deu o surgimento de vários grupos LGBT no Brasil. Em Belo Horizonte não foi diferente. Surgiram em terras mineiras várias iniciativas de organização do LGBT, com destaque para a agência política de três militantes que se destacaram pelo pioneirismo na construção de um coletivo que respondia, efetivamente, às necessidades dessa população. Soraya Menezes, Itamar Santos e Porcina D’Alessandro foram as pioneiras lideranças que conduziram as principais organizações e foram protagonistas do movimento. Suas várias ações demarcam o início das conquistas de direitos e podem ser percebidas como os embriões das futuras políticas públicas voltadas para a população LGBT.

### **2.2.1 Soraya Menezes: Mulher, lésbica, negra e socialista!**

O movimento LGBT de Belo Horizonte, que se diferencia dos outros estados do país, pois, principalmente, na década de 90, a maioria dos militantes de visibilidade pública eram gays, em BH a militante de maior visibilidade da história do movimento LGBT mineiro foi uma lésbica, negra, sindicalista, classe popular e socialista Soraya Menezes. Ela protagonizou várias lutas pelos direitos LGBT, fundou a primeira organização lésbica de Minas Gerais, a primeira Parada do Orgulho

LGBT, na época chamada de Macha do Orgulho Homossexual, a primeira Caminhada de Visibilidade Lésbica e o primeiro casamento entre pessoas do mesmo sexo em Minas Gerais.



Imagem 05 (Arquivo da Soraya Menezes): A militante lésbica Soraya Menezes na sede da Associação Lésbica de MG.

Soraya Menezes nasceu em 25/08/1962 em Belo Horizonte, assumiu sua homossexualidade desde aos 12 anos e aos 15 anos já tinha se assumido para amigos e seu círculo social. Aos 18 anos se assumiu para a família encontrando muita dificuldade e falta de apoio nos primeiros anos da vida adulta. Menezes desde muito cedo participou de grupo e de militância social, motivo para as lutas e sua atuação política serem mais amplas que a luta pelos direitos LGBT.

Conheci Soraya Menezes em 1999, no 46º Congresso da União Nacional dos Estudantes/UNE em Belo Horizonte, na ocasião o PSTU realizou uma palestra sobre a luta dos homossexuais e ela era uma das palestrantes, após o evento fomos apresentados, a partir daí mantivemos contatos. Em 2000, quando mudei para capital mineira, Soraya Menezes foi peça fundamental para minha permanência e

inclusão na militância LGBT local. Nesses vinte anos de amizade, compartilhamos muitos momentos juntos de lutas e conquistas em Minas Gerais,

A entrevista para essa dissertação aconteceu na sua residência em Belo Horizonte, onde mora com sua esposa Suely e a filha Sara, no dia 21 de julho de 2019, por volta das 10h, teve a duração de cerca de duas horas. Soraya prontamente aceitou de imediato o convite quando fiz o contato no dia preferiu conversar sozinha comigo. Ela se emocionou em alguns momentos da entrevista e, ao final, manifestou agradecimento por ter relembrando de momentos importantes de sua vida e de sua militância:

Minha militância se iniciou em um grupo de jovens da igreja católica nos anos 80. Nos anos 90 a minha militância já era no campo Sindical e político, fazia parte da convergência socialista uma corrente política dentro do PT. Em 1994 quando a convergência socialista fundou o PSTU, sai do PT e fui com a minha corrente de origem para o PSTU. Em 2002 fui candidata a Senadora pelo PSTU, uma candidatura assumidamente lésbica e feminista. Fiz parte da Secretaria de Mulheres e de Negros e negras do PSTU e da CUT. Além disso, fui diretora e presidenta do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde de BH e Região – SINDESS. O Sindicato e o partido foram fundamentais para que pudesse me dedicar à pauta LGBT, especialmente a das lésbicas. Tive apoio para a fundação da Associação Lésbica de Minas, Parada do Orgulho LGBT de BH, bem como apoiar a construção de vários grupos e eventos LGBT em Minas Gerais. Além disso, ser uma dirigente sindical lésbica era um desafio diário. Eu tinha que me afirmar o tempo todo. O ambiente sindicalista é muito machista e homofóbico, mas enfrentávamos e garantimos as coisas para nossa comunidade

Soraya apresenta neste fragmento de entrevista os espaços de sua formação política, no campo da esquerda e no sindicalismo mineiro, além disso, é evidente a sua dificuldade para ocupar espaço de liderança política no partido de esquerda, sindicatos e também no movimento LGBT. Neste sentido, sua trajetória de militância é um diferencial diante da hegemonia de homens heterossexuais e, na maioria, brancos nos partidos e sindicatos, e dos gays no caso do movimento LGBT. A hegemonia dos gays e a invisibilidade das lésbicas já era um problema interno causador de dissidência nas organizações LGBT desde a época do grupo Somos, quando as mulheres saíram e fundaram o Grupo de Ação Lésbica Feminista/GALF ( MacRae 1990; Facchini, 2005; Simões&Fachini, 2009).

Em 1996, Soraya Menezes participou do I Seminário Nacional de Lésbicas–SENALE, no Rio de Janeiro, quando sentiu a necessidade de organizar um grupo que respondesse às demandas específicas das mulheres lésbicas. Nesta viagem, Soraya participou da primeira Parada do Orgulho

---

<sup>13</sup> Entrevista com Soraya Menezes realizada em 21/07/2019.

LGBT do Rio de Janeiro e ficou impressionada com a manifestação. Retornou à Belo Horizonte com duas tarefas: organizar um grupo de mulheres lésbicas e bissexuais e a primeira Parada do Orgulho LGBT de BH:

Em todos os movimentos que participei, senti falta da pauta sobre homossexualidade. Eu realizei várias tentativas de colocar o tema na pauta do dia, mas o tema na ocasião somente era colocado como subtemas de outros como setor oprimido da sociedade. Mesmo no partido que militava que dizia defender os LGBT, mas na hora a gente só contava com o apoio das mulheres, os homens nunca tinham tempo para as nossas ações e nossos debates. Conversei com algumas mulheres sindicalistas das seguintes categorias: metalúrgicas, bancárias, da saúde e professoras e aprofundamos na temática sobre lesbianidade e a invisibilidade das lésbicas nos espaços de poder mesmo sendo assumidas. Neste contexto sentimos a necessidade de uma organização de mulheres lésbicas e bissexuais para aprofundarmos no assunto e levarmos este debate para o conjunto dos movimentos sociais que eu e algumas lésbicas participávamos e para a sociedade em geral. A ideia era criar um grupo LGBT em Belo Horizonte. Na década de 90 já era difícil e causava maior comentário, inclusive na comunidade e na esquerda, imagine um grupo especificamente para mulheres lésbicas e bissexuais.<sup>14</sup>

Observa-se ainda machismo e a lesbofobia latentes nas organizações da classe trabalhadora que Soraya atuava. Neste sentido, a afirmação de mulher, negra, trabalhadora e socialista era a forma de unificar as lutas e também de denunciar a interseccionalidade das opressões. Mesmo com dificuldade, Soraya teve uma longa trajetória na esquerda brasileira, foi dirigente sindical do Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos da Saúde de Belo Horizonte (SINDESS), na época era filiada ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), um partido que surge a partir da dissidência do PT, secretária de mulheres da CUT e tinha relação com o movimento negro da cidade.

Soraya Menezes e Itamar Santo, fundador do Grupo Guri e o principal articulador da lei 8.170 (Lei Rosa de BH), criaram a Associação Mineira GLS (AMGLS), que contou com apoio do PSTU e do SINDESS, ambas as organizações que a Soraya era diretora. É importante destacar que o movimento LGBT de Belo Horizonte, neste período, é marcado pela influência da esquerda e da extrema esquerda. No entanto, em determinado momento o vínculo forte ao partido político e as divergências das prioridades das pautas e reivindicações entre gays e lésbicas ocasionaram conflitos e dissidências.

---

<sup>14</sup>Entrevista com Soraya Menezes realizada em 21/07/2019.

A priorização da pauta dos gays e a invisibilidade das lésbicas nos grupos mistos foram os principais motivos das saídas das mulheres e formarem grupos específicos de lésbicas (MacRae, 1990). Em Belo Horizonte não foi diferente, o racha da AMGLS gerou dois grupos – Associação Lésbica de Minas Gerais (ALÉM), especificamente por mulheres lésbicas e bissexuais tendo à frente Soraya Menezes, e o Grupo Guri, voltado a homens gays, tendo à frente Itamar Santos.

Em 1996, Soraya participa do I Seminário Nacional de Lésbicas no Rio de Janeiro (I SENALE) e tem o primeiro contato com a Neusa das Dores, presidente do Coletivo Lésbica do Rio de Janeiro (COLERJ) e organizadora do seminário. Em 1997, Soraya Menezes foi convidada para palestrar no segundo II SENALE sobre o espaço das lésbicas na política e no movimento sindical e retornou com a tarefa de realizar em Belo Horizonte o terceiro SENALE. A partir daí, começou a mobilizar as mulheres lésbicas para ajudar na construção do evento e também na perspectiva de fundar um grupo especificamente para mulheres lésbicas e bissexuais.

Em 28 de junho de 1998, o ALEM, junto aos demais integrantes da AMGLS, conseguiram organizar a primeira Parada do Orgulho LGBT de Minas Gerais, que tinha o nome de Marcha do Orgulho Homossexual de Minas Gerais, com apoio de alguns sindicalistas e de integrantes do PSTU. O evento contou com a presença de cerca de 50 manifestantes e foi comandada por Soraya com um pequeno carro de som fornecido pela CUT. Alguns militantes gays foram fantasiados de personagens de Walt Disney, pois muitos temiam a reação negativa da população e avaliavam que Belo Horizonte era uma cidade conservadora e preconceituosa.



Imagem 06 (Arquivo da Soraya Menezes): O casal Soraya e Suely (militantes da ALÉM) realizam o primeiro casamento homoafetivo em BH.

Em 1999, Soraya Menezes e Suely Servilha, psicóloga e bancária, protagonizaram o primeiro casamento entre pessoas do mesmo gênero no estado de Minas Gerais. Na época, a união não era

reconhecida, mas na tentativa de criar um fato político em torno do casamento homossexual, o movimento LGBT de Belo Horizonte realizou uma cerimônia no Sindicato dos Jornalistas de MG – SINJOR/MG. O casal assinou um contrato de união, fato que teve grande repercussão local e nacional. Elas foram convidadas para serem entrevistadas em vários programas de televisão de abrangência nacional.

A combinação da militância partidária, sindical e LGBT deu uma diferencial a Soraya Menezes que em pouco se tornou uma referência nacional. Em 2002, o PSTU a apresentou como candidata para concorrer a uma das duas vagas mineiras no senado, sendo a primeira mulher, assumidamente lésbica, a ser candidata a senadora no país. Sua candidatura teve grande impacto, principalmente pelo slogan: “Mulher, Lésbica, Negra, Trabalhadora e Socialista”. Soraya obteve 157 mil votos, até hoje um fenômeno de votação com uma campanha que contou com grande adesão da comunidade LGBT, pois era a única candidata do movimento LGBT na época, tinha a possibilidade de divulgar as principais reivindicações no período eleitoral. Além disso, o PT apresentou somente um candidato ao senado nesse ano, e apoiou candidato de outro partido que fazia parte da coligação, o que possibilitou a liberação dos seus filiados a votarem na Soraya.

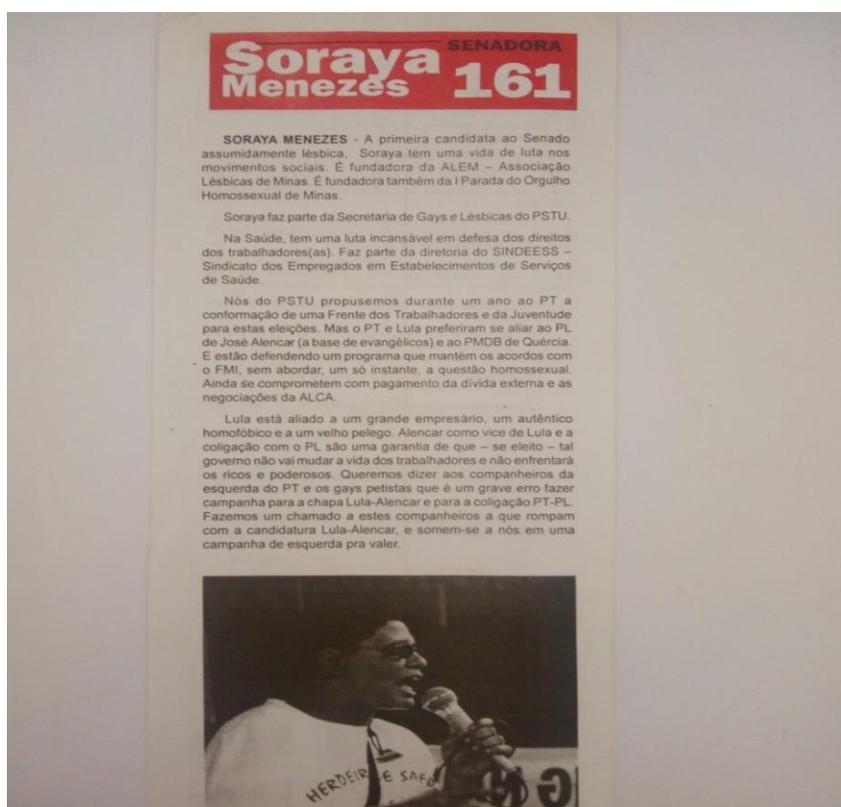


Imagem 07 (Arquivo pessoal): panfleto da Campanha para senadora da eleição de 2002.

Em 2014, a ALÉM encerrou as atividades públicas e dissolveu sua diretoria, devido os conflitos entre as integrantes, gerados, fundamentalmente, após a execução do projeto “Olhares Diversos” em 2010, o qual foi financiado pelo Ministério das mulheres do governo federal e com o apoio de várias entidades feministas locais. O projeto foi executado, mas a prestação de conta teve pendências e tal situação agravou a disputa interna. O quadro de tensão e constantes ataques públicos e na internet à Soraya Menezes<sup>15</sup>, o que provocou seu adoecimento, a maioria das militantes então decidiram encerrar as atividade e fechar a entidade.

O projeto tinha três metas:

- 1) Realização de oficinas e rodas de conversas com mulheres sobre variados temas. Foram realizadas todas as oficinas propostas;
- 2) Realização do Seminário. O Seminário foi realizado com a participação de várias mulheres representando seus estados, os grupos feministas e de lésbicas indicaram suas representantes, estiveram presentes vários estados do Brasil de outros países como de Nova York, Argentina, Porto Rico, Uruguai, Índia, entre outros.
- 3) O resultado dessas ações seria registrado em um livro, neste sentido a etapa final seria o lançamento de um livro.

Foram divididas as tarefas e contratamos duas mulheres para ficarem responsáveis com a parte financeira do projeto, visto que eu ficaria responsável pela articulação política das atividades, que eram enormes, e envolvia articular com grupos de todo Brasil e a nível internacional.

As duas etapas foram organizadas e executadas com grande êxito, a terceira etapa que ficou de responsabilidade das duas responsáveis do financeiro na tomada de preços para que o livro fosse impresso e eu fiquei responsável da organização do livro, entrar em contato com as escritoras enfim a parte política do livro. Infelizmente apesar da realização de todos pagamentos a editora não entregou o livro no tempo hábil e as responsáveis não colocaram a prestação de contas no sistema do governo federal. A partir da prestação de contas, eu tive que ficar responsável pela parte financeira, pois as responsáveis não apareceram mais na entidade para prestar contas do projeto. Como eu estava acostumada somente com a parte política e não tinha experiência com a parte financeira tive que contratar advogado e contador com meu próprio dinheiro, pois o projeto não tinha rubrica para este tipo de pagamento. Tive que lidar com vários problemas a prestação de contas e uma avalanche de calúnias, ao ponto de escreverem em redes sociais que tinham me visto dirigindo um carro importado na região da Savassi, detalhe eu não sei dirigir. Esta situação me fragilizou, entrei em depressão, cheguei a ficar internada em uma clínica tomando vários remédios para depressão, depressão que durou três anos. Abandonei a militância durante este período e não quis mais militar.

Durante este período tive ajuda de várias mulheres, que estiveram ao meu lado, e sou eternamente agradecida, primeiramente a minha companheira Suely Martins, diferente de rupturas de outros grupos de lésbicas que coincidem com a ruptura com suas companheiras na ALEM foi diferente, seguimos em frente juntas. A Rogéria Cássia, minha amiga, irmã de longa data, a Camila Valadares, que hoje tem uma militância linda em Ipatinga,

Jozeli Rosa e sua Companheira Mari, que foram verdadeiros anjos em minha vida. Não posso esquecer do meu amigo e irmão Carlos Magno que não me abandonou.

Soraya Menezes é a militante LGBT com maior tempo de atuação no estado mineiro. Atualmente, ela participa pontualmente do grupo “Brejo da Sapa”, organização voltada pra mulheres lésbicas prioriza as palestras de formação do projeto “BH de Mãos Dadas contra AIDS” nas escolas municipais de Belo Horizonte e tem participação em alguns eventos pontuais.

### **2.2.2 Itamar Santos: a primeira lei anti-discriminação de BH**

A Associação Mineira de Gays Lésbicas e Simpatizantes (AMGLS) deu origem também ao Grupo Guri e/ou Associação Gay de Minas, que teve à frente o militante Itamar Santos, partícipe das manifestações do movimento estudantil na adolescência e militante do PT. Itamar Santos nasceu em Coronel Fabriciano/MG e, como muitos homossexuais, deixou o interior para viver a sua sexualidade na capital mineira. Em 1996, teve ideia de reunir amigos para discutir sexualidade. Em 1997, as reuniões de amigos começaram a acontecer nos bares GLS do bairro de Lourdes em BH (Machado, 2007).

Numa dessas reuniões, Nilton (editor da revista Expressão GLS<sup>16</sup>) fez o convite para a turma entrar e participar na AMGLS e, a partir dessa experiência, Itamar e um grupo de pessoas saíram da Associação e fundaram o GURI - Conscientização e Emancipação Gay -, a princípio voltado mais para as demandas da esfera privada, depois assumindo questões da esfera pública e incidindo nas instituições locais. Tal postura é apontada como um dos motivos da saída de militantes que se negavam a deixar o gueto e tomar proporções públicas, o que dificultou o trabalho do Grupo GURI.

O grupo foi o primeiro da cidade a se filiar à ABGLT, em 1999, e nos primeiros anos de sua fundação se envolveu com o projeto SOMOS, que era um projeto executado pela ABGLT e tinha os

---

<sup>15</sup> Entrevista da Soraya Menezes em 21/07/2019.

<sup>16</sup> GLS é uma sigla que se popularizou por designar, em uma única sigla, não só os “gays” e as “lésbicas”, mas também as pessoas que, independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero, são solidárias, abertas e “simpatizantes” em relação à diversidade LGBTI+. GLS também é utilizada para descrever as atividades culturais e mercadológicas comuns a este grupo de pessoas. A sigla GLS é excludente porque não identifica as pessoas bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais. Dessa forma, não deve ser empregada como referência à esfera política das diversas vertentes dos movimentos LGBTI+ (ABGLT, 2010).

seguintes objetivos: capacitar novos ativistas, desenvolvimento organizacional, mobilização comunitária, incidência política e prevenção ao HIV/AIDS.

O GURI, com apoio e orientação da ABGLT, tendo à frente Itamar Santos, apresentou o Projeto da Lei 8.176 de 29/01/2019, ao Vereador Leonardo Matos (PV), que propunha penalizar a discriminação a atos discriminatório contra LGBT em locais públicos (Machado, 2007). A Lei Rosa de BH, assim ficou que conhecida, foi a primeira legislação pró-LGBT em Belo Horizonte.



Imagem 08 (Arquivo do Jornal O Tempo): Itamar Santos do Grupo GURI entrega projeto de lei ao vereador Leonardo Matos (PV).

Ao longo de sua história, o GURI sofreu várias dissidências de seus membros. Uma parte dos seus ativistas fundou o Grupo Gay de Belo Horizonte, que teve uma vida muito curta e sem sucesso, e alguns dos ex-militantes, fundaram o Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (CELLOS/MG) em 2002 atuando até hoje. Em 2004, o GURI ajudou na Parada do Orgulho LGBT de BH, mas aos poucos foi diminuindo a intensidade de suas atividades. Itamar dos Santos faleceu

em 18/06/2007 na cidade de Ipatinga, em decorrência da AIDS. Os militantes Itamar Santos e Soraya Menezes foram peças fundamentais na articulação da Lei 14.170, que penaliza a discriminação homofóbica em locais públicos em âmbito estadual.

### **2.3 As travestis na luta pela cidadania em BH**

O engajamento político das travestis e transexuais tem importante contribuição para os movimentos LGBT e de luta contra o HIV/AIDS, tanto em âmbito nacional quanto local. Apesar de várias organizações estarem filiadas à ABGLT, a maioria das ONGs de travestis e transexuais optaram por ter movimento específicos. Desde 1993, o segmento T se organiza nacionalmente no Encontro Nacional de Travestis e Liberados/ ENTLAIDS, que tinha como centro a atuação na prevenção às IST e ao HIV/AIDS e atuava também como um fórum de articulação política do movimento social de travestis e transexuais. É a partir do ENTLAIDS que é fundada a Associação Brasileira de Travestis e Transexuais/ANTRA em 1995.



Imagem 09 (Arquivo da Porcina): A militante Porcina D'Alessandro, fundadora da ASTRAV, fala sobre sua luta no Seminário em BH.

O GAPA/MG enviou a ativista Porcina D'Alessandro para participar no IV ENTLAIDS em 1996, que travou contato com militantes trans mais experientes, tais Geovana Baby, fundadora do Movimento de Travesti no país e organizadora do I ENTRAIDS, Brenda Lee, que fundou a primeira casa de acolhimento de travestis doente de AIDS em São Paulo, Janaina Dutra, a primeira travesti advogada de carteira da OAB, do Ceará e Keila Simpson, fundadora Associação de Travesti da Bahia e muitas outras militantes de várias partes do país. É através desses contatos que a Porcina retorna à Belo Horizonte entusiasmada em formar uma organização voltada para a luta de travestis e transexuais.

Porcina não tinha uma compreensão política da luta por direitos dos movimentos sociais e nem engajamento político, no entanto, ela começou a desenvolver um estilo próprio de luta contra as mazelas que atingiam as travestis e transexuais (Machado, 2007). Aos poucos foi se tornando uma referência para as travestis e transexuais, para as organizações LGBT e para poder público. Em 12/12/1999, Porcina e Walkiria La Roche, que era uma artista famosa da noite GLS de BH, fundaram a Associação de Travestis de Minas Gerais (ASTRAV) após capacitação pelo Projeto Somos da ABGLT, entidade a que se filia.

A ASTRAV aprovou um projeto de prevenção de DST/AIDS no Ministério da Saúde e Walkiria La Roche se tornou responsável oficial pelo projeto. A associação também conseguiu aprovar em Belo Horizonte uma proposta de intervenção com travestis e transexuais profissionais do sexo intitulada "Travesti, Saúde e Cidadania". Este projeto obteve resultados importantes, mas provocou conflitos internos que levaram à saída de Porcina da Associação. Posteriormente as atividades públicas da ASTRAV foram suspensas.

Em 2002, a artista Walkiria La Roche, que era vice-presidente da associação, assumiu a presidência da ASTRAV e a coordenação do Centro de Referência da Diversidade Sexual (CRDS), fazendo uma gestão compartilhada deste serviço com CELLOS-MG. Em 2006, foi eleita pelas principais organizações LGBT mineiras para ser a coordenadora do Centro de Referência Estadual de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero – CR/GLBTTT<sup>15</sup>.

Pode-se destacar a I, II Conferência Estadual GLBTTT de MG, ala específica para travestis e transexuais no presídio de Bicas, capacitação aos Policiais Militares e apoio na articulação pela criação do Núcleo de Atendimento ao Cidadão LGBT-NAC/LGBT da Polícia Civil. Walkiria La

---

<sup>15</sup> Apesar de um longo período na gestão, cerca de oito anos, Walkiria La Roche teve dificuldade de realizar ações concretas e elaborar políticas públicas efetivas para a população LGBT

Roche não atua ou participa do movimento LGBT atualmente. Sua gestão no Centro de Referência estadual foi marcada por muitos conflitos com os principais grupos LGBT de MG, o que chegou a processar militantes do estado; como Carlos Bem do Movimento Gay da Região das Vertentes-MGRV/São João Del Rei e Osmar Rezende do Grupo Libertos de BH.

Na abertura da II Conferência Estadual LGBT, La Roche foi alvo de protesto e vaias durante sua fala, manifestação feita por militantes do interior insatisfeitos pela falta de ações e políticas públicas para a população LGBT do interior de Minas e, fundamentalmente, repudiando a atitude de ter processado os militantes. Uma passeata percorreu o espaço e se localizou em frente ao palco em que estavam os membros que compunham a mesa de abertura.

Outro militante que desenvolveu ações nos anos 2000 foi Danilo Ramos, fundador do Clube Rainbow de Serviço (CRS), uma ONG voltado para venda de serviços ao público LGBT. A visão da instituição era majoritariamente mercadológica, apesar de ações de prevenção às DST/AIDS e de lutar por Direitos Humanos. O CRS buscava ser uma prestadora de serviços para a população LGBT e sua concepção capitalista encontrou resistência e gerou muitos conflitos com as outras organizações LGBT da época.

Em 2002, o Clube Rainbow ajudou na Parada do Orgulho LGBT de BH, mas gerou muitos conflitos com os outros membros da organização. Na época a Parada não aceitava apoio comercial e era contra a introdução do empresariado e a centralidade comercial. O CRS criou o Jornal Rainbow, a partir de financiamento do Ministério da Saúde. Em formato tabloide, o jornal era colorido, boa qualidade e tinha uma sessão voltada para a divulgação das casas noturnas, saunas e cinemas GLS. Além disso, Danilo abriu o “Bar Só Pra Nós”, que chamou de Centro de Convivência. Tratava-se, porém, de um espaço comercial, com música ao vivo e venda de bebidas alcoólicas. O bar foi fechado por determinação judicial e o proprietário foi alvo de várias ações trabalhista por não pagar todos os direitos dos funcionários gays e lésbicas.

Em 2002, Danilo Ramos foi candidato a vereador (PV), mas, sem o apoio das principais organizações LGBT de BH, não teve votação expressiva. Além disso, em 2007, lançou um livro “Éramos Dois” pela Mazza Edições, que fala de sua vida, saída do armário e trajetória de militância. Em 2008, aos 55 anos, morreu em decorrência de um tumor no cérebro.

#### **2.4 Histórias de gestão, histórias de ação**

Em Belo Horizonte, foram basicamente três organizações voltadas para a população LGBT que tiveram papel de destaque pela sua atuação mais consequente e de relevância na construção de ações e políticas públicas em Belo Horizonte no período de 2007 a 2017. O Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (CELLOS/ MG), Associação Lésbica de Minas Gerais (ALEM) e Associação de Travestis e Transexuais de Minas Gerais (ASTRAV/MG), duas última hoje formalmente destituídas.

Optei por retratar a trajetória de dois militantes do CELLOS/MG, Anyky Lima e Carlos Magno, pois eles, juntamente com vários atores e atrizes, tiveram papel central na condução do movimento LGBT mineiro, construção de políticas públicas e ações de visibilidade no período de 2007-2017.

#### **2.4.1 O CELLOS - Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais**

O CELLOS-MG foi fundação em 09 de março de 2002, por um grupo de jovens estudantes e militantes de outras organizações LGBT. Composto na sua origem por Darlan Pereira, Jessé Saturnino, Humberto Bellilo, Jair, que foram militantes do Grupo Guri, neste período já estava praticamente desarticulado, o coletivo contou com a contribuição de Felipe Fernandes, que era militante do movimento estudantil, estudante de biologia na PUC e filiado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados - PSTU.



Imagem 10 (Arquivo Pessoal): ato de Lançamento do CELLOS/MG em BH.



Imagem 11 (Arquivo Pessoal): Convite do Ato de Fundação do CELLOS/MG



Imagem 12 (Arquivo pessoal): fundadores do CELLOS/MG (Jessé, Jair, Darlan, Carlos e Humberto).

Considero ter sido uma peça fundamental para criação do CELLOS-MG quando na época era recém-formado em jornalismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA), com experiência no movimento de igreja e estudantil. Jovem gay vindo Pará, em março de 2000 me mudei para Belo Horizonte e logo teve contato com a militância LGBT através da Soraya Menezes da ALÉM. Na época, eu militava no PSTU, estudava letras na PUC/MG, trabalhava no DCE e continuava militar no movimento estudantil. A partir da relação política e de amizade com Soraya nos prontificamos de articular uma nova organização de gays em Belo Horizonte, pois vários militantes, que tinham

rompido como GURI, estavam querendo militar, mas não tinha outro grupo na cidade. Além disso, queríamos um grupo tivesse um perfil mais de ação direta do que assistencialista:

Lembro que foi no Bar do Edifício Maleta no dia da Banda Mole que a Soraya me apresentou o Darlan, Jesse, Humberto, Jair e falamos da necessidade de formar um grupo de gays que tivesse uma atuação de mobilização na cidade. Após uma atividade do PSTU, era mostra do documentário Parágrafo 175, que retratava os gays que foram presos no campo de concentração nazista, fomos ao Bar Gato Comeu no bairro da floresta tomar uma cerveja e acertar a fundação do grupo. Neste dia se juntou a nós o Mateus Uérlei, que era estudante de biblioteconomia da UFMG e tinha recebido um panfleto da atividade na Parada daquele ano, e Felipe Fernandes, estudantes de biologia da PUC/MG, diretor do DCE e filiado ao PSTU. Em mesa do bar e com algumas cervejas, discutimos sobre o nome do grupo. A primeira sugestão, trazida pelo Darlan era Centro pela Livre Orientação Sexual, mas acrescentamos a palavra luta, pois queríamos construir um grupo dinâmico, de mobilização permanente e reivindicações consistentes, que se diferenciasse dos grupos assistencialistas que já existiam, então ficou Centro de Luta pela Livre Orientação de Minas Gerais-CELLOS/MG. Em seguida, marcamos a data de lançamento oficial do grupo e o Jessé ficou de elaborar a proposta da carta de lançamento e o Humberto, que era artista, fez a logomarca da entidade, era um triângulo rosa, o primeiro símbolo de resistência homossexual, e vermelho, da bandeira de Minas Gerais, um arco-íris e no centro inscrito CELLOS-MG. Daí fomos fazendo reunião, em 9 de março de 2002, na sede do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de BH e Região - SINDESS fizemos o ato de lançamento do CELLOS-MG. Estiveram presentes alguns sindicalistas, o vereador Paulão (PCdoB) e o representante da coordenadoria Municipal de DST-AIDS. A noite teve show de transformistas e drags queens, vinho e alguns salgadinhos patrocinados pelo SINDESS. Na mesa estavam presentes eu, Jessé e Darlan e, ainda, convidamos o Danilo Ramos do Clube Rainbow (Fonseca, 2019)

A origem do CELLOS/MG, como é percebida na citação acima, é no campo da esquerda e conta com acúmulo de experiências de seus principais membros em outros movimentos sociais seja estudantil ou partidário. Além disso, trazem uma experiência de vivência gay de outros grupos e de ambientes específicos de homossexuais, ou seja, a maioria já tinha visibilidade que, certamente, contribuiu para formação de um grupo mais consistente politicamente e com a missão definida. Neste sentido, desde sua concepção o CELLOS/MG contou muito com apoio da Associação Lésbica de Minas (ALÉM), mas seus membros eram somente gays. Nos primeiros meses se reuniam na sede da ALÉM e do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde (SINDESSE), ambas as entidades dirigidas por Soraya Menezes que mais tarde, desenvolveu uma relação mais próxima com a ASSTRAV, durante anos compartilhando as dependências do CRDS.

O CELLOS/MG é uma entidade da sociedade civil que luta pelos direitos e promoção da cidadania da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT, e tem a missão de lutar contra a LGBTFOBIA e quaisquer formas de preconceito, discriminação e violência por orientação sexual ou por identidade gênero. Além disso, o grupo pretendia, na sua formação, ser um coletivo de militantes LGBT que fosse alternativo ao formado de ONG/AIDS, um espaço de formação de novos militantes e de atuação permanente, em que desenvolvesse o protagonismo social e político dos homossexuais.

A ONG foi pioneira em várias ações pró-LGBT em Minas Gerais, especialmente em Belo Horizonte. Em parceria com GAPA/MG, desenvolveram o “Encontro Tudo a Ver”, que consistia em um grupo de convivência e sociabilidade, onde vários assuntos do universo gay eram discutidos, foi um período de crescimento do grupo em número de militantes e na sua maioria era adolescentes e jovens. Além disso, havia o “Vídeo Pipoca”, sessões de filmes com a temática LGBT seguidas de conversa com o público sobre o tema retratado.

A Feijoada da Diversidade é uma atividade tradicional que tem o objetivo de arrecadar recursos financeiros para o grupo, mas também fazer confraternização ampla com parceiros e aliados. A feijoada é uma das ações que mais mobiliza participantes, na edição de 2019 foram vendidos 300 convites e mais de 500 participantes, sendo um dos maiores eventos da comunidade militante LGBT de Belo Horizonte.

O CELLOS tem quatro ações de destaque em sua trajetória. De 31 de outubro a 04 de novembro de 2003, realizou o I Encontro Nacional de Diversidade Sexual (ENUDES), em Belo Horizonte. O I ENUDES teve relevância nacional e contou com universitários e militantes de vários estados brasileiros. O I ENUDES foi tão bem sucedido que se tornou um dos mais importantes encontros de militantes e acadêmicos LGBT estudantil do país.

Desde 2005, o CELLOS assumiu a organização da Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte, reconhecida como uma das mais antigas e entre as 10 maiores do País. Em 2019, aconteceu a 22ª edição da Parada, que teve cerca de 200 mil participantes, é considerada a maior e mais tradicional manifestação de visibilidade e afirmação de direitos da população LGBT de Minas Gerais e conta com apoio do poder público municipal e estadual e uma ampla rede de entidades da sociedade civil.

Além da Parada, desde 2015 a entidade realiza a Jornada pelos Direitos Humanos e Cidadania LGBT de BH. Trata-se de uma atividade que acontece por aproximadamente um mês e que aborda temas

voltados para a população LGBT tais como mostras de filmes, seminários, rodas de conversas, oficinas e cerimônia de premiação, dentre outras. A jornada é uma articulação de várias organizações da sociedade civil, poder público, organização de classe e desempenha o papel de mobilizar e suscitar o debate, geralmente, em torno do tema central da Parada.

Reconhecido pelas suas contribuições à sociedade, o CELLOS/MG foi condecorado com os seguintes títulos de virtude: Título de Honra ao Mérito, em 06 de julho de 2017, Câmara Municipal de Belo Horizonte; Título de virtude em reconhecimento público aos 15 anos de serviço à população LGBT na Capital mineira, 11 de setembro de 2017; Medalha do Mérito Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos, Ministério Público de Minas Gerais. Em 30/10/2018, recebeu do governador Fernando Pimentel (PT) a medalha “Santos Dumont” na categoria ouro, a maior honraria do estado de Minas Gerais.

A entidade atualmente desenvolve ações de mobilização comunitária, formação e de *advocacy* e controle social. Atualmente, tem assento na Comissão Estadual de Combate às Fobias (Segurança Pública), Comitê estadual de saúde integral, Comitê Municipal de Fomento às Parcerias entre Prefeituras e OSC, Programa BH sem homofobia, Conselho Estadual de Direitos Humanos – CONEDH e Comissão Municipal de AÍDS. E no âmbito do movimento social é filiado à Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT e Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

O CELLOS/MG teve uma rápida ascensão devido à dedicação do trabalho de seus membros e pela experiente visão institucional de suas lideranças. Além disso, é reconhecido nacionalmente pelo seu consistente histórico de ativismo. Atualmente está entre os grupos LGBT mais importantes do país. Este reconhecimento se revela em fatos, quando o militante e um dos fundadores, Carlos Magno Fonseca, de 2013 a 2017, tornou-se presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais-ABGLT, a maior entidade LGBT da América Latina.

## **2.5 Institucionalização das pautas LGBT**

No período de 2010 a 2017, em que se consolida o movimento LGBT de Belo Horizonte e surgimento de vários grupos, redes e organizações em defesa dos direitos LGBT, bem como a elaboração e efetivação de ações e políticas públicas pró-LGBT, os militantes Anyky Lima e Carlos Magno, ambos do CELLOS/MG, desempenhamos o papel de interlocutores entre o movimento e

Estado. As grandes conquistas LGBT no executivo ou judiciário, tanto em âmbito nacional ou local, tiveram a participação desses dois militantes.

### 2.5.1 Anyky Lima: uma senhora Travesti

Anyky Lima é a travesti militante que tem grande visibilidade na cena pública em Belo Horizonte. Nascida em 26/9/1955 no Rio de Janeiro, aos 12 anos foi expulsa de casa e começa o processo de sua hormonização clandestina, ou seja, por conta própria e sem acompanhamento médico.



Imagem 13 (Arquivo da Anyky Lima): A militante travesti Anyky Lima na 21ª Parada do Orgulho LGBT de BH.

Ainda na adolescência, mudou-se para Vitória no Espírito Santo e entra para prostituição, um momento considerado por ela como de muita aprendizagem:

Eu não posso dizer que a prostituição e a zona foram ruins para mim. Foi um aprendizado para que eu pudesse sobreviver. Eu vi muita gente morrer muito cedo. Todo mundo fala: todo mundo morre, por que a travesti não pode morrer? Claro. Todo mundo vai ter que morrer. Só que as pessoas trans são

assassinadas com requintes de crueldade. Então, isso faz a gente se sentir triste.<sup>16</sup>

Anyky Lima, no fragmente da entrevista, apresenta duas questões centrais para o movimento de travestis: a prostituição e os assassinatos. Tais questões são pautas constantes de reivindicações do movimento de travestis e transexuais. Anyky sente a necessidade de se organizar em grupos no ano de 2008, após um episódio de abuso policial em que a polícia invadiu sua casa, humilhou Anyky e as meninas que moravam com ela. Em seguida, a presidenta da ASTRAV Porcina D'Alessandro a convida para participar na organização, mas sua participação foi tímida devido aos problemas que a entidade enfrentava. Em seguida entrou para o CELLOS/MG para iniciar um trabalho e logo se tornou uma importante liderança e é eleita presidenta dessa entidade.

Tia Anyky Lima, assim chamada carinhosamente pelas travestis militantes, é atualmente a principal voz do movimento de travestis e transexuais mineiro, principalmente, a partir da sua militância no CELLOS-MG e protagonizou várias ações e construção de política pública para população de travestis e transexuais.

Eu me sinto mais feliz hoje do que quando eu era mais nova. Porque hoje me sinto mais útil. Como se eu fosse um porto-seguro e as pessoas vêm ao meu encontro para saber de alguma coisa. O que eu gostaria era não ver mais os pais jogar os filhos para fora de casa. A minha vida, eu acho que valeu a pena. Eu sobrevivi em uma selva de pedra e ter desviado de todos os perigos, por que as pessoas não sabem o que é a rua. O que essas meninas, que estão nas esquinas, elas passam. Quero que acabe essa estatística que pessoas trans morrem com 30, 20 e 15 anos. Têm meninas morrendo com 13 anos. Que acabe com isso. Eu sou feliz porque vivi. Enquanto eu respirar, enquanto eu tiver um pouquinho de vida, eu vou continuar na luta.<sup>17</sup>

O discurso contra a violência extrema é central na fala da militante, como se observa acima. Além de várias ações que esteve à frente, Anyky Lima faz um balanço positivo de sua atuação na militância pelos direitos e dignidade das travestis e transexuais, destaca a implementação do nome social âmbito do estado de Minas Gerais, o reconhecimento de identidade de gênero pelo STF, decisão que dispensa laudo médico e psicológico para troca de nome<sup>18</sup>, e a criação do ambulatório trans no hospital Eduardo de Menezes em Belo Horizonte, que leva o seu nome.

---

<sup>16</sup> Entrevista com Anyky Lima, realizada em 17/03/2019.

<sup>17</sup> Entrevista com Anyky, realizada em 17/03/2019.

<sup>18</sup> Em 1/03/2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu ser possível a alteração de nome e gênero no assento de registro civil mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo. A decisão ocorreu no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275

Atualmente, a militante está com 64 anos e é a representante da Associação Brasileira de Travestis e Transexuais (ASTRAV), a maior rede de travestis do país, e tem emprestado sua imagem para várias campanhas contra a transfobia, como a do Ministério Público Estadual, Conselho Regional de Psicologia e governo do estado, tem visibilidade local e nacional. No dia 27/11/2018, Anyky Lima participou do programa Amor & Sexo da TV Globo, apresentada como costureira e avó de coração de Gisela, travesti que trabalhava na coordenadoria LGBT do estado MG:

Eu não sou avó, eu sou travesti. O acolhimento é muito importante porque o amor destrói qualquer preconceito, quando se joga pra fora uma filha (expulsa de casa) - estou falando de travestis e transexuais - está jogando à beira da sorte, tá ali na rua e pode morrer a qualquer momento com requinte de crueldade, como está acontecendo até hoje com muitas travestis e mulheres transexuais. E eu falo que um país, que lava as mãos e fecha os olhos, é um país que tem as mãos sujas de sangue, porque a comunidade merece, são seres humanos que merecem viver como qualquer outra pessoa.<sup>19</sup>

No Programa Amor & Sexo da TV Globo, ela denunciou a transfobia que sofre e também sua comunidade, bem como o descaso dos governos por não fazer políticas públicas efetivas para enfrentar a violência extrema que atinge às travestis no país. Anyky é uma travesti com grande expressão em Minas Gerais e constantemente é convidada para palestrar nos eventos em âmbito nacional. Mesmo com a saúde debilitada, continua fazendo ações de apoio a travestis e transexuais, participa em atividades pontuais e é a principal articuladora entre movimento social Trans e o poder público local.

### **2.5.2 Carlos Magno: o porta-voz da luta pela cidadania LGBT de MG**

Nasci em 12/11/1971, em Santarém do Pará, filho de Élvio Fonseca e Eurídice Silva Fonseca (*in memoriam*). Meu pai foi funcionário público, vereador, esportista, presidente do Club de Futebol Fluminense, boêmio e amante de carnaval e samba, idealizador da Seresta das Sextas-feiras e do tradicional Baile de Carnaval dos Quadrados, toda terça-feira gorda de carnaval. Minha mãe foi professora primária, mulher de personalidade forte, sorriso fácil e farto. Ela administrava o ambiente familiar, cuidava da educação, tinha prazer de viajar e fazia muitas festas, adorava ter a casa cheia de familiares e amigos.

Aos 15 anos, Carlos Magno entrou para o Movimento Jovens Cristãos (MOJOC), na catedral da cidade, a Igreja Nossa Senhora da Conceição, como o objetivo de fazer a crisma, que é o momento

---

<sup>19</sup> Participação de Anyky Lima no Programa Amor & Sexo, exibido na Rede Globo sob a apresentação de Fernanda Lima. 19/07/2019.

da confirmação do batismo na igreja católica. Um ano depois, em 1988, mudei pra Belém do Pará a fim de me preparar para o vestibular, estudo o segundo ano no Colégio Ideal. Em Belém, fui morar no Conjunto Médici II, no bairro da Marambaia tem contato com a pastoral da juventude, as Comunidades Eclesiais de Base – CEBS da igreja católica e os núcleos de base do Partido dos Trabalhadores (PT), logo se torna um catequista da Paróquia Jesus Ressuscitado, que era ligada à Teologia da Libertação, que é uma corrente teológica cristã nascida na América Latina que parte da premissa de que o evangelho exige a opção preferencial pelos pobres.

Em 1989, participo da campanha para Lula presidente, eu voto pela primeira vez pra presidente, e tem seu primeiro contato com a militância partidária de esquerda, principalmente, do PT e do grupo interno intitulada Convergência Socialista, que era uma tendência interna do PT e tinha base ideológica no trotskismo. Em 1990, é aprovado em 6º lugar no Curso de Engenharia Química da Universidade Federal do Pará. E um ano depois, já se torna presidente do Centro Acadêmico de Engenharia.



Imagem 14 (Alexandre Z Ashe/ EM/ DA PRESS): Carlos Magno o porta-voz da luta contra intolerância.

Em 1992, participei ativamente do efervescente movimento estudantil da UFPA e das grandes e históricas mobilizações dos estudantes pelo impeachment do então presidente Fernando Collor que ficou conhecido de “Fora COLLOR”, da luta pela carteirinha de meia-passagem estudantil e da

campanha de eleição direta para reitor da UFPA. Entrei para o movimento mudança, movimento de estudantes, professores e servidores da universidade pela eleição direta pra reitor quando entrei em contato com a Frente Única Revolucionária (FUR), que mais tarde iria originar o PSTU, e um setor bastante atuante e radical do movimento estudantil. Estive presente ativamente em várias batalhas históricas como a luta pela meia-passagem estudantil, luta pelo Restaurante Universitário, a Greve dos 100 dias contra a privatização das universidades, Democratização dos meios de comunicação, contra o Provão no Curso de Jornalismo, Reforma do Currículo de Comunicação Social, entre outras.

Em 1996, troquei de curso, pois fui aprovado para o Curso de Comunicação Social – habilitação em jornalismo na UFPA. Nessa época eu já participava no recém-criado Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Nesse mesmo ano, tornei-me presidente do Centro Acadêmico de Comunicação Social (CACO) e iniciei minha atuação no movimento estudantil de comunicação social. Em seguida, tornei-me diretor do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPA, participei do Congresso da União dos Estudantes – UNE em Goiânia e do 46º CONUNE, em Belo Horizonte, neste que nasceu a vontade de mudar para capita mineira, minha relação com essa cidade foi de amor à primeira vista.

Em 2000, depois de formado em jornalismo, mudei finalmente para Belo Horizonte e iniciei o contato mais direto com o movimento LGBT. Essa entrada se deu inicialmente por conta de minha aproximação com Soraya Meneses, na época presidente da ALÉM e Coordenadora da Parada do Orgulho LGBT de BH. Neste ano, participei da minha primeira manifestação pública LGBT, a IV Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte. Desde então, passei a militar no setorial LGBT do PSTU. Foi o início oficial da militância na pauta LGBT:

A minha primeira parada do Orgulho LGBT foi em 2000, ou seja, a III Parada de BH foi algo maravilhoso. Apesar de pouca gente, acredito que tinha em torno de 500 pessoas, mas eu nunca tinha visto e vivenciado uma manifestação pública em defesa do amor homossexual e da liberdade da população LGBT. Eu era militante do PSTU e recém-chegado na capital mineira, no dia a juventude foi convocada a participar da parada, mesmo já assumidamente gay, fiquei um pouco nervoso, confesso. Mas quando cheguei na Praça Sete e vi pessoas dançando, namorando e balançando as bandeiras do arco-íris, fiquei muito emocionado. Participei de todo trajeto balançando uma bandeira do arco-íris. Neste dia, sem dúvida, foi decisivo para eu entrar para o movimento LGBT e lutar pelos meus direitos de homem gay. A primeira a gente nunca esquece, jamais esqueceréi.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Entrevista concedida por mim a D Áudio Visuais , 27/11/2018.

Observa-se que a manifestação pública LGBT cumpre vários objetivos coletivos e individuais, além da visibilidade das pautas de reivindicações da comunidade, ela empodera os indivíduos para viverem sua orientação sexual plenamente e defenderam os seus direitos, tornando-se militantes. Em 2001, uma semana após a parada, em que eu havia ajudado a organizar, juntamente com outros companheiros como Jessé Saturnino, Djair Silva, Darlan Pereira, Humberto Bellilo (eram ex-militantes do grupo GURI), Felipe Fernandes (estudante de biologia e militava no PSTU), Érico Moura (militava no PSTU) e Mateus Uérlei (estudante de biblioteconomia na UFMG), nasceu a ideia, no Bar Gato Comeu, na Avenida do Contorno, bairro Floresta em BH, de criar um grupo especificamente gay. Em 09 de março de 2002, é lançado oficialmente o Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (CELLOS/MG), na sede do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de BH e Região (SINDESS).

Em 2003, o CELLOS-MG decide se institucionalizar e que Darlan Pereira seria o seu primeiro presidente oficial, mas, em seguida Darlan saí do grupo e eu assumo a presidência. Nesse período, era estudante de Letras na PUC/MG e continuava participando do movimento estudantil. Em junho do mesmo ano, no 48º Congresso da UNE em Goiânia, eu e mais um grupo de estudantes LGBT fazem um ato em frente o Ginásio Goiânia Arena, e consegue a aprovar a criação da Secretária GLBT, sigla que o movimento utilizava na época, na estrutura da UNE. Em novembro de 2003, o CELLOS-MG constrói o I Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES) em Belo Horizonte.

Em 2004, O CELLOS-MG se filiou à Associação Brasileira de Lésbica, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT e em 2005, no I Congresso Nacional da ABGLT, realizado em Curitiba-PR, fui eleito Secretário Adjunto da Região Sudeste da ABGLT. Lembro que o diretor Claudio Nascimento, na época era presidente do Grupo Arco-Íris do RJ e diretor da ABGLT, me conheceu no I Fórum Social Mundial em Porta Alegre e me convenceu entrar para a ABGLT, até então tinha resistência e muitas crítica a Associação Nacional. Neste mesmo ano, o CELLOS-MG se tornou o organizador oficial da Parada do Orgulho LGBT de BH e eu fui escolhido para ser coordenador geral da Parada.

Em 2006, no II Congresso Nacional da ABGLT, em Maceió, eu fui eleito Secretário da Região Sudeste numa eleição em que teve duas chapas concorrendo à direção da entidade, esse congresso foi marcado por muitas disputas, tensões e brigas entre os participantes. O número de organizações e militantes de Minas Gerais era expressivo em torno de 25 militantes, fruto de uma articulação do

CELLOS/MG, esteve ainda participando como observadora, a coordenadora de Direitos Humanos de Belo, Andréa Moreira.

Em 2010, o III CONABGLT, no Pará, sou eleito secretário de comunicação da ABGLT. Em 2013, na cidade de Curitiba-PR, fui eleito Presidente da Associação Brasileira de Lésbica, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), a maior associação LGBT da América Latina e Caribe. É a primeira vez que um representante de Minas Gerais é eleito presidente da ABGLT, fruto, certamente, do fortalecimento do movimento LGBT mineiro.

A partir da presidência da ABGLT, fui eleito conselheiro do Conselho Nacional de Combate à Discriminação/LGBT (CNCD/LGBT), na eleição de 2015 para o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) fui o candidato mais votado para ocupar um assento da sociedade civil no CNDH. Tais representações trazem o ineditismo de ser a primeira representação LGBT de Minas Gerais em espaços de controle social em âmbito nacional.

Em 2008, iniciei a experiência de trabalhar na gestão pública, fui convidado para trabalhar no poder público municipal. Neste período foi elaborado o projeto de criação do Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania LGBT de Belo Horizonte. Através de uma seleção pública, tornei-me o primeiro coordenador do recém-criado CRLGBT/BH:

Na época, eu trabalhava na Coordenadoria de Direitos Humanos, como agente de Direitos Humanos. A SEDH lançou um edital de fomento para criação de Centro de Referência LGBT, o secretário Newton Pereira e coordenadora de Direitos Humanos, Andrea Moreira, chamou o movimento para decidir se queríamos apresentar o projeto ou a SMADC apresentaria. Nós decidimos que a Secretaria que deveria apresentar, assim o poder público assumiria um serviço tão essencial para nossa comunidade e, futuramente, se tornar uma política pública e assim a SMADC e SEDH/PR celebraram o convênio para o CRLGBT/BH.<sup>21</sup>

Uma questão que é demonstrada nessa fala é a participação e profissionalização de militantes na gestão pública, a combinação desses dois espaços tornou-se comum em várias partes do país e contou com envolvimento de vários militantes de expressão nacional, o que leva a concluir que as fronteiras entre sociedade civil e Estado estão indefinidas (Lima, 2017). Além disso, a perspectiva de apontar a criação de políticas públicas LGBT já estava no radar do movimento social belorizontino e, portanto o poder público deveria assumir o CR, um equipamento essencial para responder ao problema público do preconceito, discriminação e violência à população LGBT.

---

<sup>21</sup> Entrevista concedida por mim à D Produções, 27/11/2018.

Minha trajetória foi sempre marcada por lutas por direitos LGBT em BH, em MG, no Brasil e em outros países. Aqui, destaco algumas delas:

- Fundação do CELLOS/MG (2002)
- Coordenação da Parada do Orgulho LGBT de BH (2005-2015)
- Coordenação do CRLGBT/BH (2007-2008 e 2010-2012)
- Conselheiros do Conselho Nacional de Combate à Discriminação CNCD/LGBT (2014)
- Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, na primeira gestão Carlos Magno foi o mais votado (2015-2018)
- Comitê Brasileiro dos Defensores de Direitos Humanos (2019)
- Cúpula Social do Mercosul (10 e 12/07/2013, Montevideu – Uruguai)
- 20ª Conferência Internacional de AIDS (20 a 25/07/2014, Melbourne – Austrália)
- Fórum Internacional de Direitos Humanos (25 a 28/11/2014, Marrakesh – Marrocos)
- Projeto TraeTus Cores (14 a 22/11/2014, Madri/Valência – Espanha)
- Missão Organização da Sociedade Civil (OSC) Brasil/Holanda (1 a 7 /07/2015, Amsterdam – Holanda)
- Encontro da Rede GAYLATINA (12 a 16/11/2017, Buenos Aires/Rosário – Argentina)

Na trilha da luta pela garantia dos direitos, efetivação da cidadania e interlocução com o poder público, destaco algumas de minhas participações:

- I Fórum Municipal de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (2007)
- I Conferência Municipal LGBT de BH (2011)
- I e II Conferência Estadual LGBT de MG (2008; 2011)
- I, II e III Conferência Nacional LGBT (2008, 2011, 2016)

No período que estive na presidência da ABGLT, participamos ativamente das ações de *advocacy* junto ao STF para decisão histórica do reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, decisão da suprema corte votou por unanimidade em 5/05/2011. A partir da ação da ABGLT que entrou com o Mandato de Injunção (MI 4733) para que a criminalização da LGBT fosse julgada e aprovada como extensão do crime de racismo. Em 16/6/2019, o STF decide, em sua maioria, que a LGBTFOBIA como tipo penal definido na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989) até que o Congresso Nacional edite lei sobre a matéria.



Imagem15 (Arquivo da ABGLT): Diretores da ABGLT com ministro do STF Ayres Brito - Ação de advocacy pela união entre pessoas do mesmo sexo.

De 2010 a 2017, o movimento LGBT de Minas Gerais contou com a forte atuação do CELLOS/MG e o protagonismo de Anyky Lima e Carlos Magno, que entre outros atores e atrizes, foram os mais que tiveram condições de atuar nas entidades, dialogar com a população LGBT. Eles fizeram incidência, parceria com o poder público e estabeleceram uma rede de articulação entre movimento social, universidades, órgão de classe e poder público.

Os avanços nas conquistas pró-LGBT tanto em âmbito nacional, estadual e municipal contou com a participação efetiva desses atores e atrizes, bem como a forte institucionalidade das organizações LGBT de Minas Gerais, principalmente, o CELLOS/MG, que soube combinar mobilização social, como a Parada do Orgulho e Marcha contra Homofobia, como participar na arena política institucional, como Conferências, Conselho, Comissões, Grupos de Trabalhos e incidência política no legislativo, executivo e judiciário.

### III ESTADO E ATIVISMO: ESTRUTURANDO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LGBT

#### 3.1 Breve história das políticas públicas LGBT

O caminho percorrido das políticas públicas para a população LGBT em Belo Horizonte se iniciou com a política de saúde, principalmente no enfrentamento às DST/AIDS. A Coordenação Municipal de DST/AIDS nos anos 1990 desenvolveu ações de prevenção com foco nos gays, travestis, usuários de drogas e prostitutas, época em que os homossexuais eram considerados grupo de risco. Além disso, a Coordenação Municipal cria o programa “BH de Mãos Dadas contra AIDS” em 2000, um programa de ações de enfrentamento à epidemia. O programa foi resultado de uma ampla participação de representantes de vários movimentos sociais, especialmente, de luta contra AIDS e LGBT.

É na saúde que a ALÉM, ASTRAV, CELLOS/MG e CRS iniciam sua participação e parceria com o poder público local. Além de incorporarem ações de prevenção e distribuição de preservativos em suas atividades, as ONGs começam a apresentar suas demandas e estender o debate para além das questões biomédicas. Neste período, o movimento apresenta a narrativa de que a garantia dos Direitos Humanos e o combate ao preconceito, à discriminação e à violência aos LGBT eram fundamentais para conter a epidemia.

A partir do conceito multidisciplinar de vulnerabilidade, que adotado nos estudos e resposta à epidemia de AIDS, o movimento social LGBT e de luta contra AIDS apresenta um conjunto de reivindicações combinada a doença e para além da questão bio-médica.

O conceito de “vulnerabilidade” designa grupos ou indivíduos fragilizados, do ponto de vista legal e político, na proteção ou garantia de seus direitos de cidadania. Sua aplicação no campo da saúde pública visava ir além da abordagem da prevenção focada na mudança do comportamento individual. Na trajetória dos esforços de combate à epidemia do HIV-Aids, o conceito de “risco” foi central a princípio, levando à formulação das ideias de “grupo de risco” e “comportamento de risco”. A partir do final da década de 1980, ganharam terreno estratégias de prevenção que levaram em conta a dimensão social e política mais ampla da epidemia, convertendo-a numa questão capaz de afetar a coletividade. Assim, passou-se a pensar em termos de menor ou maior vulnerabilidade de indivíduos e coletividades à infecção e adoecimento pelo HIV, distinguindo três níveis interdependentes: o comportamento individual, o contexto social e os programas ou políticas públicas de controle da epidemia. A vulnerabilidade individual é afetada pelo grau de informação e consciência do problema e de acesso aos recursos necessários para adotar

comportamento de proteção. A vulnerabilidade social corresponde a um diagnóstico a partir de indicadores internacionais de desenvolvimento social, que levam em conta gasto com serviços sociais e saúde, acesso a serviço de saúde, mortalidade infantil, situação da mulher, situação das liberdades individuais e direitos de cidadania, a relação entre Produto Nacional Bruto e distribuição de renda, oferta de trabalho e outros benefícios político sociais. A vulnerabilidade programa é a interligação entre a dimensão individual e social, tendo em vista o compromisso do compromisso político com o controle da AIDS, a transformação do compromisso em ação, o incentivo a parcerias entre Estado e sociedade civil e entre áreas de políticas públicas (saúde, educação, trabalho, direitos humanos), bem como uma série de critérios de planejamento, gestão, avaliação e sustentabilidade voltados a perfeição a execução dos trabalhos de prevenção (Baseado em: AYRES, José Ricardo et al. "Vulnerabilidade e prevenção em tempos de Aids". *In*: Barbosa, Regina e PARKER, Richard (orgs). Sexualidade pelo avesso. São Paulo, Ed. 34, 1999). (Simões; Facchini, 2009, p.134)

Em Belo Horizonte, inicia a institucionalização dos espaços de participação democrática no governo seguindo o modelo e orientação nacional. A Comissão Municipal de DST/AIDS, desde a sua criação foi marcado por ser um espaço de interlocução entre o poder público e a sociedade civil, a exemplo do Programa de São Paulo e o Nacional de DST/AIDS.

Para além do campo da saúde, no início dos anos 2000, o movimento adota a estratégia de apresentar projeto de lei que puna atos discriminatório à população LGBT, como forma de acumular força para pressionar o Congresso Nacional para aprovar uma legislação nacional. A primeira lei anti-discriminação em Minas Gerais foi articulada pelo Movimento Gay de Minas (MGM), que tinha à frente o casal Oswaldo Braga e Marcos Trajano, atuavam prioritariamente na cidade de Juiz de Fora. Em 2000, da Lei Municipal nº 9791 de Juiz de Fora, conhecida como "Lei Rosa", que proíbe a discriminação da população LGBT na cidade, uma grande conquista do MGM que teve repercussão nacional e potencializou o movimento apresentar projeto de lei semelhante em várias cidades do país.

Em 29 de Janeiro de 2001, foi aprovada na Câmara Municipal de Belo Horizonte uma lei semelhante à de Juiz de Fora. O projeto de lei, que penaliza discriminação em locais públicos por causa de sua orientação sexual, foi apresentado pelo Grupo GURI ao vereador Leonardo Matos (PV) tendo à frente Itamar Santos. Apesar de ter sido aprovado na Câmara com relativa facilidade, o projeto encontrou dificuldade para ser sancionado pelo prefeito. O então prefeito Célio de Castro (PSB) tinha se referido aos homossexuais como doentes no período de campanha eleitoral, tal declaração teve

uma repercussão negativa que o obrigou a se retratar publicamente, mas se recusou sancionar a “lei Rosa de BH”.



Imagem 16 (Beto Novaes/ Jornal Estado de Minas). Os militantes LGBT de BH (Soraya, Porcina, Danilo e Itamar) na entrevista coletiva para repudiar o veto do prefeito Célio de Castro.

A posição intransigente do então prefeito provocou uma mobilização da militância LGBT local. Soraya Menezes (ALÉM), Porcina D’Alessandro (ASTRAV), Itamar Santos (GURI) e Danilo Ramos (CRS) foram os principais protagonistas de ação política para pressionar o prefeito e denunciá-lo publicamente. A importância desse fato é a grande repercussão, pois o movimento LGBT de BH, que tinha já iniciado uma interlocução com o poder público, neste fato demarcou sua autonomia, independência e pressionou o prefeito para que recuasse sua posição e sancionasse a lei:

Fizemos uma nota pública, uma coletiva para a imprensa no Sindicato dos Jornalistas e fomos para cima do prefeito. Não era possível que o prefeito de

esquerda PSB e o vice Fernando Pimentel (PT) fosse contra a nossa lei contra discriminação. O projeto foi aprovado na Câmara Municipal, uma grande vitória. Agora ser vetado pelo prefeito. Não aceitamos. Na nossa luta tivemos apoio do movimento sindical, vereadores e alguns companheiros e companheiras que estavam no governo próximo ao prefeito. A nossa mobilização foi muito forte, o que fez o prefeito a recuar e a nossa lei ser sancionada.<sup>22</sup>

Carta Aberta à População de Minas (MHM) (2001)

MOVIMENTO HOMOSSEXUAL DE MINAS

(MHM)

ALEM – CLUBE RAINBOW – ASSTRAV – GURI – MGM

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO DE MINAS

Nós, homossexuais de Minas, membros das sociedades não governamentais ALEM (Associação Lésbica de Minas), CLUBE RAINBOW DE SERVIÇOS, ASSTRAV (Associação dos Travestis), GURI (Grupo de Emancipação Homossexual) e MGM (Movimento Gay de Minas), manifestamos publicamente a nossa indignação pelo veto integral do Prefeito Célio de Castro à Lei Municipal 1.672/2000, que impõe penalidade à discriminação por orientação sexual no município de Belo Horizonte.

A alegação de inconstitucionalidade de um projeto aprovado conscientemente, por unanimidade, pelos vereadores da Câmara Municipal não procede. Pareceres de várias autoridades jurídicas do país concordam que esse tipo de Lei é constitucional. Uma vez que é visto como questão tributária e não penal, é perfeitamente cabível, como assim o entendem mais de 80 municípios brasileiros e 5 (cinco) estados. Com uma atitude dessas o Prefeito desmoraliza aquela casa, desconsiderando a opinião dos vereadores e impondo à sua, àqueles que também foram votados e representam a população belorizontina.

Os homossexuais mineiros foram traídos. Os compromissos assumidos conosco pelo então candidato Célio de Castro, durante a campanha eleitoral de 2000, numa tentativa de amenizar os efeitos de suas declarações públicas desastrosas, durante debate na TV, não estão sendo cumpridos.

Os homossexuais de Belo Horizonte ajudaram a eleger o Prefeito Célio de Castro contando como certo o seu respeito às diferenças, seu caráter e seu apoio às ações de defesa e inclusão social dos homossexuais, apalavradas conosco. O veto à Lei 1.672, apresentado pelo Vereador Leonardo Mattos (PV) e aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de BH, demonstra o quanto estes compromissos foram falsos e firmados puramente com objetivos eleitoreiros.

---

<sup>22</sup> Entrevista com Soraya Menezes realizada em 21/07/2019

Diante disso, as organizações homossexuais mineiras manifestam e tornam públicas sua indignação com o governo municipal de nossa capital e alerta aos demais segmentos sobre o perigo que estamos correndo tendo este senhor sem palavra ocupando a principal cadeira de Belo Horizonte.

Sendo assim não aceitamos o veto por ser uma atitude altamente homofóbica, parceira da cumplicidade que faz dezenas de vítimas diariamente em nosso município e no mundo.

Assinam o presente manifesto todos os movimentos homossexuais e aqueles que acreditam na justiça da luta pelo respeito às diferenças.

BELO HORIZONTE, 29 DE JANEIRO DE 2001

ALEM – ASSOCIAÇÃO LÉSBICA DE MINAS Pres. Soraya Menezes

CLUBE RAINBOW DE SERVIÇOS Pres. Danilo R. Oliveira

GURI – GRUPO DE EMANCIPAÇÃO HOMOSSEXUAL Pres. Itamar Santos

MGM – MOVIMENTO GAY DE MINAS Pres. Oswaldo Braga

Após muita pressão social, a lei Nº 8176/01 foi finalmente sancionada pelo prefeito Célio de Castro em 29 de novembro de 2001. Essa lei foi a primeira institucionalização da pauta e começo da construção das políticas públicas pró-LGBT, é um marco, pois no seu artigo 7º previa a criação de órgão específico para receber as denúncias de discriminação aos LGBT, o que se tornou o principal argumento do movimento social ao exigir um equipamento público voltado para a população LGBT:

LEI Nº 8176/01 DE 29 DE JANEIRO DE 2001

(Projeto de Lei nº 1.672/00 - Vereador Leonardo Mattos - PV)

**ESTABELECE PENALIDADE PARA ESTABELECIMENTO QUE DISCRIMINAR PESSOA EM VIRTUDE DE SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Povo do Município de Belo Horizonte, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece penalidade para estabelecimento localizado no Município que discriminar pessoa em virtude de sua orientação sexual.

Art. 2º O Executivo imporá penalidade para o estabelecimento comercial, para o industrial, para entidades, representações, associações, sociedades civis ou de prestação de serviços que, por atos de seus proprietários ou prepostos, discriminarem pessoas em função de sua orientação sexual ou contra elas adotarem atos de coação ou de violência.

Parágrafo Único - Entende-se por discriminação:

I - o constrangimento;

II - a proibição de ingresso ou permanência;

III - o preterimento quando da ocupação e/ou imposição de pagamento de mais de uma unidade, nos casos de hotéis, motéis e similares;

IV - o atendimento diferenciado;

V - a cobrança extra para ingresso ou permanência.

Art. 3º No caso de o infrator ser agente do Poder Público, o descumprimento desta Lei será apurado mediante processo administrativo pelo órgão competente, independentemente das sanções civis e penais cabíveis definidas em normas específicas.

Parágrafo Único - Considera-se infrator desta Lei a pessoa que, direta ou indiretamente, tenha concorrido para o cometimento da infração.

Art. 4º Ao infrator desta Lei que seja agente do Poder Público e que, por ação ou omissão, for responsável por práticas discriminatórias, serão aplicadas as seguintes sanções:

I - suspensão;

II - afastamento definitivo.

Art. 5º O estabelecimento privado que não cumprir o disposto nesta Lei estará sujeito às seguintes sanções:

I - inabilitação para acesso a créditos municipais;

II - multa de 5.000 a 10.000 UFIR (cinco mil a dez mil unidades fiscais de referência), duplicada em caso de reincidência;

III - suspensão de funcionamento por 30 (trinta) dias;

IV - interdição do estabelecimento.

Art. 6º Qualquer cidadão pode comunicar às autoridades as infrações a esta Lei.

Art. 7º O Executivo manterá setor especializado para receber denúncias relacionadas às infrações a esta Lei.

Art. 8º O Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2001

Célio de Castro

Prefeito de Belo Horizonte

O processo de efetivação da pauta e das políticas públicas LGBT perpassou por vários governos, principalmente pelos governos de esquerda na cidade de Belo Horizonte. Neste trabalho, resgato os fatos do final dos anos 90, das décadas de 2000 – 2010 e até 2019. O prefeito de Belo Horizonte Patrus Ananias (PT) criou a Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos (CMDH) em 1993, o primeiro equipamento no âmbito do poder público voltado para as temáticas de Direitos Humanos do país e Helena Greco, uma referência da luta pelos Direitos Humanos, foi a coordenadora da CMDH de 1993 - 1996.

A criação da CMDH, na estrutura da administração pública de Belo Horizonte, é grande relevância, pois serviu de referência para várias temáticas e demandas dos movimentos sociais que já atuavam na capital mineira, como deficientes, mulheres, negros, LGBT. À frente dessa coordenadoria esteve Helena Greco, que foi a primeira vereadora do PT em BH, que já tinha compromisso e familiaridade com a luta LGBT, pois na campanha eleitora de 1982 tinha apoiado a candidatura de Edson Nunes (PT) para deputado federal, a primeira candidatura do Brasil.

Em 2001, na gestão do prefeito Célio de Castro (PSB) e Fernando Pimentel (PT) foi fundada a Secretaria Municipal de Direitos e Cidadania que incorporou a Coordenadoria Municipal dos Direitos Humanos na sua estrutura, Coordenadoria das Mulheres, Juventude, entre outras. É neste período, após atuação do movimento LGBT local, que o governo cede um espaço para ser a referência da temática LGBT, na época nominada de homossexual. No entanto, era um local físico e alguns imobiliários, sem nenhuma institucionalidade. A sala foi chamada de Centro de Referência Homossexual (CRH) e teve a organização e gestão pelos membros do movimento social LGBT, principalmente do Club Rainbow e ASTRAV.

A princípio o CRH foi coordenado pelo militante Danilo Ramos do CRS. O serviço foi voluntário, sem nenhum apoio técnico e totalmente informal. Conforme aponta Soraya Menezes em entrevista, a situação não era a mais adequada:

Devido à nossa pressão, nos deram uma sala com duas mesas, com cadeira, um telefone, um computador sem impressora e uma garrafa de café por dia. Não liberaram nenhum técnico que pudessem fazer o serviço burocrático. O trabalho era totalmente voluntário e precário. E nós, lésbicas da ALÉM, não aceitamos ir para o CRH, apesar de ser um pequeno passo importante para que a prefeitura começasse a assumir a pauta LGBT, principalmente a violência, não era interessante assumir aquele espaço e trabalhar de graça Para o governo. Chegava a ser ridículo e uma afronta para nós, mas demos apoio à existência da sala.<sup>23</sup>

A militante Soraya Menezes denuncia em sua entrevista o descaso e falta de prioridade do governo em relação à pauta LGBT, mesmo esse governo sendo composto por partidos de esquerda e com um histórico em defesa dos homossexuais, como o PT. Mesmo dispondo do entendimento da importância do espaço CRH, as lésbicas não o legitimam no primeiro momento, recusando-se a ocupar a sala, pois, segundo elas, era estabelecer uma relação de subalternização no governo. Por outro lado, ASTRAV e CELLOS/MG aceitaram o convite na perspectiva de ampliar o espaço e inclusão da pauta LGBT na gestão pública.

---

<sup>23</sup> Entrevista com Soraya Menezes realizada em 21/07/2019.

Em 2002, o então coordenador do CRH coloca seu cargo à disposição e o espaço fica inativado após um conflito na direção da ASTRAV, pois houve denúncia de desvio pela então presidente do recurso do projeto financiado pelo Ministério da Saúde. A entidade fecha a sede, a vice-presidenta Walkira La Roche assume a presidência da ASTRAV e juntamente com os membros do CELLOS/MG e o apoio da ALÉM ocupam a sala do CRH. Walkiria La Roche é nomeada a coordenadora do CRH, que passa se chamar Centro de Referência da Diversidade Sexual (CRDS).

A ASTRAV, CELLOS-MG e ALÉM compõem uma coordenação coletiva e em parceria com CMDH iniciam a estruturação de um serviço para população LGBT da capital mineira:

O CRDS começa a fazer um acolhimento e atendimento dos casos de violência e discriminação, nós tivemos uma capacitação da CMDH, que já tinha acúmulo de atendimento às vítimas e violações aos direitos humanos. Mas tudo muito precário, pois ainda estávamos desenhando um fluxo para encaminhar os casos. Além disso, começamos a fazer palestras e oficinas sobre a temática LGBT para os funcionários da SMDC, acredito que foi o nosso serviço mais importante. Foi nesse período que começamos a expandir o debate da questão LGBT para outros campos da secretaria e do poder público. Bem como, apresentar a Parada do Orgulho LGBT de BH, que ainda era muito incipiente, como o nosso maior evento de visibilidade e afirmação de direitos. Começamos a fazer um discurso que o poder público deveria apoiar e ajudar financeiramente nosso evento. A parada era nosso cartão de visita e a utilizava para abrir o canal de interlocução com a gestão.<sup>24</sup>

Na citação acima, percebe-se o início da nova estratégia do movimento local que é adquirir apoio governamental à Parada do Orgulho LGBT de BH. Neste período, o evento ainda era incipiente e contava com apoio financeiro e políticos de alguns poucos sindicatos e das organizações LGBT. A Parada começa ser uma manifestação de afirmação de direitos e apresentada na narrativa militante.

Além de ações no executivo local, a militância começa a realizar incidência no legislativo estadual. As militantes da ALÉM, protagonizadas por Soraya Menezes e Suely Sevilha, entregam uma proposta de lei contra discriminação para o então deputado estadual João Batista (PDT) e através de uma intensa articulação, empenho pessoal do deputado e das entidades do movimento LGBT de Minas Gerais (ALÉM, MGM, CRS, GURI e ASTRAV), em 2002, a Lei 14.170/2002 é aprovada. A Lei estava nos moldes da Lei de Juiz de Fora 9791/00 e Lei de BH 8.176/01, que penaliza a discriminação em locais públicos em âmbito e, ainda, estabelece a criação de equipamento público para receber a denúncia de violência e discriminação às LGBT, ou seja, a criação de um Centro de Referência para a população LGBT, que ficou conhecido por CRGLBTT.

---

<sup>24</sup> Entrevista concedida por mim a Plano D Produções, 27/11/2018.

Em 1998 o Coletivo de Lésbicas do RJ, Neusa das Dores e Elizabeth Couvert, se reuniu com a Associação Lésbica de Minas (Rogéria Cassia, Suely Martins e Soraya Menezes) e escrevemos um projeto de lei baseado no Projeto que já existia no RJ. A tarefa mais difícil foi encontrar um parlamentar que se prontificasse a entrar com o projeto na Assembleia. Em 1999, o então deputado João Batista se interessou e entrou com o projeto nas comissões para ser aprovado na ALMG. Ele se empenhou e articulou com outros deputados e deputados para que nosso projeto fosse aprovado. Procuramos os Movimentos ligados aos Direitos humanos de Minas e pedimos apoio no processo de convencer outros parlamentares no apoio de aprovação do Projeto na Assembleia Legislativa. É importante ressaltar o grande apoio de Oswaldo Braga do Movimento Gay de Juiz de Fora e de Danilo Ramos do Clube Rainbow pela aprovação deste projeto. Lei 14.170 de 15/01/2002 foi aprovada com certa facilidade, pois houve uma boa articulação do deputado João Batista, os deputados opositores saíram e ficaram somente os apoiadores.<sup>25</sup>

O vereador Leonardo Matos (PV) e o deputados estadual João Batista (PDT), ambos cadeirantes e tinham um histórico legislarem em defesa dos direitos humanos e contra a discriminação, certamente a unificação das pautas pelo fim do preconceito e por inclusão foram fundamentais para construir a narrativa pela aprovação das leis anti-discriminatórias. João Batista de Oliveira quando foi o subsecretário de Direitos Humanos de Minas Gerais na sua gestão inaugurou o CRLGBTTT, faleceu em 2009 em decorrência de insuficiência renal e hepática.

Em decorrência da Lei 14.170/02, em 10 de dezembro de 2005, data que se comemora o Dia Internacional dos Direitos Humanos, foi inaugurado o Centro de Referência de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CRLGBTT) e numa decisão da maioria das organizações LGBT de MG foi eleita a Walkiria La Roche para ser a coordenadora desse equipamento público. A presidente da ASTRAV disputou com Danilo Ramos do CRS, que venceu a disputa, tornando-se a primeira transexual a ocupar um cargo de confiança na gestão pública de Minas Gerais. Apesar de poucas ações de impacto e elaboração de políticas públicas, o CRLGBTTT foi importante no pioneirismo no estado e, de forma indireta, potencializou a pauta LGBT na capital mineira.

### **3.2 Da voz das ruas às secretarias estatais**

Na onda das principais organizações LGBT do país, a militância de BH começa também a utilizar as Paradas do Orgulho LGBT como uma importante ferramenta de ação e pressão política na sociedade

---

<sup>25</sup> Entrevista com Soraya Menezes realizada em 21/07/2019

e no Estado. A primeira Parada do Orgulho LGBT aconteceu no Rio de Janeiro em Copacabana em 1995 na ocasião da 17ª Conferência da International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA), que tinha o Grupo Arco-íris/RJ como grupo organizador do evento.

A Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, atualmente considerada a maior do mundo com mais de 2 milhões de participantes, teve sua primeira versão em 1997. Apesar de ter havido uma manifestação em 13/6/1980 contra o delegado José Wilson Richetti, que coordenava a “Operação Limpeza” para tirar travestis e prostitutas da região do centro de São Paulo, segundo MacRae (1990), estima que neste evento estiveram envolvidos entre 500 e 1000 participantes, mas que este número foi aumentando ao longo do trajeto, pois a passeata foi uma manifestação política, mas não tinha o formato estrutura festiva e cultural, que são as marcas das Paradas do Orgulho LGBT principalmente as brasileiras.

Influenciada pelas Paradas ocorridas no Rio e São Paulo, a primeira Parada do Orgulho LGBT aconteceu em 28 de junho 1998, Dia Internacional do Orgulho LGBT, que foi chamada de I Marcha Homossexual de Minas Gerais, teve à frente os grupos ALÉM e GURI. O protagonismo foi da militante lésbica Soraya Menezes (ALÉM), a Parada de BH se diferencia das outras do país, pois no evento da capital mineira as mulheres lésbicas comandaram, tiveram papel de destaque na construção, mobilização e condução política da manifestação.

A minha esposa Suely tinha participado do Congresso da ILGA no RJ e participou da I Parada em Copacabana. Eu fiquei sabendo que foi muito legal e linda, tinha uma bandeira enorme do arco-íris. Em junho de 1997, estava em São Paulo para um encontro partidário e fiquei sabendo que aconteceria a primeira Parada do Orgulho Gay de SP (era como era chamada as paradas naquela época, era: Orgulho gay). Cheguei em BH com a firme decisão que poderíamos realizar aqui em BH uma Parada também. Muitas pessoas tentaram me desanimar da ideia dizendo que: “aqui em BH não vai dar certo” e que “Parada Gay era coisa de Rio e São Paulo e não de BH”. Porém muitas pessoas acreditaram na minha ideia e se dedicaram para que a manifestação acontecesse, como Jessé, Darlan, Humberto e Jair, entre outros. É importante ressaltar a presença do Carlinhos Brasil na primeira Parada e que ajudou muito na mobilização, pois ele era transformista das principais casas GLS de BH. Outro apoio muito importante foi o da militância do PSTU, principalmente os metalúrgicos e as mulheres que participaram nesta primeira Parada. Alguns gays estavam vestidos de Mickey, Minnie, Pato Donald, Pluto, dentre outros, pois tinham receio de sofrer retaliação e discriminação, apesar de serem militantes não tinham visibilidade e não sabiam qual seria reação da população belorizontina. Além deles, alguns gays chegavam e não se aproximavam do local que estava a militância, preferiram ficar no outro lado da Praça Sete em frente ao Cine Brasil. Na hora tinha pouca gente, jovens do movimento estudantil que seguravam as poucas bandeiras do arco-

íris e dois metalúrgicos seguravam uma faixa e tinha frase da música do Caetano: cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é. Alguns militantes queriam desistir de sair pelas ruas e aí chegou o carro-som da CUT, peguei o microfone e comecei a fazer discurso contra o preconceito e violência aos homossexuais e gritei: A Parada vai sair! Por volta de 16h, as pessoas iniciaram a caminhada, cantando e dançando, os hits de Gloria Gaynor e Dannar Summer eram os mais tocados, aliás foram repetidos inúmeras vezes. O pequeno grupo de manifestantes caminhou pela Av. Afonso Pena, subiram à Rua da Bahia e desceram a Espírito Santo e retornaram para Praça Sete. Teve momentos na Parada que eu já estava sem voz, pois não havia ninguém com visibilidade para assumir o microfone, embora estivessem presentes vários militantes sindicais e políticos que poderiam assumir o microfone a decisão era falar somente as lésbicas, gays e travestis. Chegamos por volta das 18h, a emoção tomou conta dos militantes e participantes. Abraços, beijos e choros encerramos aquele momento. O clima era de emoção e dever cumprido, mas algo a mais tinha acontecido. Não era uma simples manifestação em defesa dos homossexuais. Era um ato de ousadia e coragem e dava início a maior manifestação da nossa comunidade em Minas Gerais.<sup>26</sup>

Nessa parte da entrevista, Soraya fala como a primeira manifestação pública em defesa dos LGBT em BH contou com apoio de movimentos sociais e partidos de esquerda (PT, PCdoB e PSTU) em que a maioria dos militantes tinha relação, o que reforça a importância político-partidária do movimento local e as estratégias políticas utilizadas pela organização. É notória, ainda, que nos finais dos anos 90, o preconceito aos homossexuais era latente que obrigou alguns militantes gays participarem fantasiados de personagens do Walt Disney. Além disso, o papel decisivo das lésbicas para realização da Parada, que viria ser a maior manifestação de afirmação de direitos LGBT de Minas Gerais.

A Parada do Orgulho de BH acontece nos anos posteriores e até 3ª edição da Parada não tinha apoio financeiro e político do poder público, as despesas eram custeadas por alguns sindicatos, principalmente o Sindicato da Saúde (SINDESS), no qual Soraya era diretora, SIND-UTE, que era dos professores e a CUT, que forneceu o carro, mas maior parte dos recursos vinha das organizações organizadoras e da militância.

A primeira Parada, apesar de ter na sua estrutura a festa, músicas americanas e apresentação artísticas, teve um forte tom político por denúncia à violência, palavras de ordem pela liberdade e discurso de militantes, formato semelhantes aos utilizados pelas passeatas de outros movimentos sociais e dos partidos de esquerda:

---

<sup>26</sup> Entrevista com Soraya Menezes realizada em 21/07/2019.

A Parada do Orgulho GLBT de Belô e o grupo que a organiza trazem consigo duas especificidades principais que direcionaram nosso recorte de pesquisa. Primeiramente, ao contrário de todas as Paradas que conhecemos, em nossa cidade este evento foi inaugurado e dirigido durante 7 anos por um grupo de Lésbicas (ALEM) que surgiu da relação de uma de suas fundadoras com partidos e sindicatos comprometidos com ideais da extrema esquerda da política brasileira, influenciando toda a militância GLBT em Belo Horizonte, posicionando aliados e adversários. (Marchado, 2007, p. 26)

Em 2001, a Parada começa a estabelecer parceria com Coordenação Municipal de DST/AIDS e inaugurou um apoio institucional do poder público à manifestação:

A Dra. Carmem Manzilli, que a coordenadora da Coordenadoria municipal de DST/AIDS de BH, começou apoiar a Parada. Começamos a distribuir camisinha e folhetos de prevenção na Parada e ganhamos camisetas, lanche para os voluntários e a nossa primeira bandeira do arco-íris de 100 metros. É importante destacar que a nossa bandeira gigante do arco-íris só foi graças ao dinheiro da AIDS. Uma batalha nossa comissão municipal de AIDS e grande apoio da Dra. Carmen.<sup>27</sup>

Apesar da entrada do poder público através da Coordenadoria Municipal de DST/AIDS no apoio da parada, o comando organizador era contra a entrada do apoio financeiro da iniciativa privada, pois a maioria da organização tinha receio que a manifestação tomasse um rumo diferente do que a luta por direitos e tom festivo fosse superior ao de reivindicação:

No início o nosso grande debate era fazer a parada e fizemos. No outro ano, era como melhorar a divulgação e a estrutura, aí pedimos apoio dos sindicatos, parlamentares e partidos políticos, que eram nossos aliados, mas nunca do mercado, era impensável. Tínhamos uma grande desconfiança do mercado e de algumas casas GLS de BH, que, na maioria, queriam somente o nosso dinheiro cor-de-rosa, mas nunca ajudaram o nosso movimento as lutas, sabe? E tínhamos também o “pé-atrás” em relação aos governos, pois poderiam usar o nosso movimento para fins eleitoreiros. Já estávamos vendo isso acontecer com alguns movimentos e a cooptação de algumas lideranças do movimento social e sindical. Queríamos que a nossa parada fosse autônoma e independente.<sup>28</sup>

Soraya Menezes expõem o principal conflito na condução dos primeiros anos da Parada de BH. A divergência entre os membros da organização sobre a entrada do apoio do poder público e do mercado, mesmo como entendimento da necessidade de melhorar a estrutura do evento, que já não mais uma simples passeata, pois já mobilizava uma boa parcela da população LGBT, a tensão de

<sup>27</sup> Entrevista com Soraya Menezes realizada em 21/07/2019

<sup>28</sup> Entrevista com Soraya Menezes realizada em 21/07/2019

aceitar a entrada de recurso público ou/e do mercado marcou a organização dos primeiros anos da manifestação o que ocasionou a separação de alguns grupos da organização.

Em 2002, ainda com o nome da V Marcha do Orgulho Gay de Minas Gerais, comandada pelas organizações ALÈM, GURI, CELLOS/MG, ASTRAV e CRS, a Parada começa a utilizar o trio-elétrico e amplia o número de participantes, cerca de 5 mil manifestantes participaram e adota um novo trajeto. A organização adota uma identidade oficial e um tema que foi “Legal é não ter preconceito”. Além disso, inicia uma divergência no seio da organização sobre a entrada das casas comerciais na organização do evento:

O Clube Rainbow nasceu com objetivo comercial, eles deixavam bem claro isso. Nesse ano, eles entraram forte na organização da V Parada. E ela melhorou muito, é introduzido um trio-elétrico, Djs, mais drags e mobilizou bastante a nossa comunidade, o trajeto mudou também, a concentração continuou na Praça Sete, av. Afonso Pena e subimos a rua da Bahia e finalização na Praça da Liberdade. Foi linda a Parada. No entanto, tivemos que administrar uma grande polêmica sobre a entrada do mercado e os interesses mercadológicos do Clube Rainbow. Na semana da Parada, o Clube Rainbow (CR) fez um seminário na câmara com apoio dos vereadores aliados, em que ele cobrava pela inscrição e dizia que era para ajudar no custeio da V Marcha Gay e o Danilo Ramos, presidente do CR ainda colocava a conta pessoal dele para o dinheiro ser depositado. Nós ficamos loucos quando descobrimos, nada tinha sido definido no comando organizador. Apesar do sucesso da Parada, a tensão foi muito grande e o Clube Rainbow se retira da organização da Parada, ou melhor, nos, praticamente o expulsamos, pois não queríamos desvirtuar os objetivos da Parada.<sup>29</sup>

Em 2003, o CRDS começa a apoiar a realização do evento, pois as reuniões dos membros da organização começam ser feitas no interior da sala do CRDS e conta com participação de membros do poder público. Além disso, a Secretaria de Direitos e Cidadania começa a ajudar na intermediação para o licenciamento da parada, pois a prefeitura adota processo de licenciamento para as manifestações no centro da cidade e a regional centro-sul, uma das regionais da prefeitura de Belo Horizonte, fica responsável para licenciar todos os eventos no centro da cidade, inclusive a Parada.

Nesse ano, há uma linha de financiamento pelo departamento de DST/AIDS do Ministério da Saúde (MS) para apoiar às ações de prevenção para as principais Paradas do Orgulho LGBT do país. As paradas, no entanto, já tinham se tornado a principal ação de visibilidade do movimento LGBT brasileiro e na maioria das capitais já realizava tal evento. A Parada de BH é contemplada com apoio

---

<sup>29</sup> Entrevista com Soraya Menezes realizada em 21/07/2019

financeiro, que o convênio foi celebrado com a ALÉM e Ministério da Saúde através do Departamento Nacional de DST/AIDS. É a primeira vez que o evento de BH recebe o recurso público federal e desenvolve ações de prevenção na Parada.

Em 2004, no primeiro governo do presidente Lula, foi criada a Secretaria Especial Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), o ministro foi o mineiro Nilmário Miranda, e houve o lançamento do Programa Brasil sem homofobia, um marco histórico, pois foi o primeiro programa governamental voltado para combate a homofobia e promoção da cidadania da população LGBT e conta com a participação de várias organizações e militantes LGBT com destaque para a atuação da ABGLT, ANTRA, LBL e ABL entre outras.

O Programa Brasil sem Homofobia era constituído de diferentes ações voltadas para:

- Apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia;
- Capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos;
- Disseminação de informações sobre direitos, de promoção da auto-estima homossexual;
- Incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento

Além disso, na ação 32 do item VIII – Direito à Cultura: construindo uma política de cultura de paz e valores de promoção da diversidade humana, na ação: Apoiar a produção de bens culturais e apoio a eventos de visibilidade massiva de afirmação de orientação sexual e da cultura de paz, neste item definia apoio às Paradas do Orgulho LGBT. O Movimento LGBT de Belo Horizonte apoiou o Programa Brasil sem Homofobia e fez o lançamento na Câmara dos vereadores e divulgou amplamente.

PÁGINA C4

MAGAZINE • GLS

BELO HORIZONTE • SÁBADO • 29 DE MAIO DE 2004

# Gays mineiros apóiam programa governamental

*Entidades de defesa dos homossexuais alertam para o risco de Brasil sem Homofobia ficar apenas no papel*

DANIEL BARBOSA  
REPÓRTER

O Governo Federal lançou esta semana, no último dia 25, o programa Brasil sem Homofobia, que tem como principal objetivo combater a violência contra homossexuais. Na prática, serão criadas comissões encarregadas de adaptar as políticas já existentes em cada ministério com vistas a atender a comunidade gay. Assim, no âmbito do Ministério da Justiça, por exemplo, pretende-se estimular o desenvolvimento de políticas para capacitar e qualificar policiais para lidar com travestis que trabalham nas ruas e combater atos de discriminação e violência cometidos contra essas pessoas.

No Ministério da Saúde, o grupo vai procurar ampliar as ações de combate às doenças sexualmente transmissíveis. Na Educação, a idéia é atuar diretamente sobre os professores para que eles ensinem os alunos a respeitar os direitos dos homossexuais.

As lideranças dos movimentos gays em Minas Gerais naturalmente aplaudiram o lançamento do programa, mas, ao mesmo tempo, temem que ele não seja executado. "Acho que veio numa hora muito certa porque a questão da violência contra homossexuais é realmente grave. Só espero que isso realmente saia do papel, que não seja igual a tantos outros projetos que ficam só no campo da proposição", diz Walkíria La Roche, presidente da Associação dos Travestis de Minas Gerais (Astrave).

"No Brasil, a gente vive a situação de ter muitas leis voltadas para os direitos dos homossexuais que acabam não sendo aplicadas. Na verdade, se não houvesse o preconceito, não precisaria haver leis. Entendemos a importância desse programa Brasil sem Homofobia, mas é preciso que seja realmente executado", diz Soraya Menezes, presidente da Associação de Lésbicas de Minas (Além). Ela considera que as lésbicas também são vítimas da violência tanto quanto ou mais que os homossexuais masculinos.

"Nós, mulheres, já vivemos todo tipo de violência por viver numa sociedade machista e falocrática. Se somamos a isso o fato de sermos lésbicas

PEDRO VILELA



Carlos Magno Fonseca, presidente do Celios, durante reunião na Assembléia

## Grupo GLBTT participa de conferência

LAURA VALENTE  
ESPECIAL PARA O TEMPO

A 2ª Conferência Estadual de Direitos Humanos reuniu representantes de vários segmentos sociais na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, anteontem e ontem. O grupo GLBTT (gays, lésbicas, bisse-

tas, secretária executiva do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (Coned).

De acordo com Carlos de Magno Fonseca, presidente do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (Celios/MG), muitos inte-

Imagem 17 (Pedro Vilela/ Jornal O Tempo): A militância LGBT de BH apoia o Programa Brasil sem Homofobia.

Em 2005, a organização do evento decide participar de um edital de apoio às manifestações massivas de visibilidade LGBT do Ministério da Cultura, linha de financiamento prevista no Programa Brasil Sem Homofobia. A ALÉM decide entregar a coordenação geral da Parada para o CELLOS/MG e se voltar para realização da Caminhada da Visibilidade Lésbica e Bissexual, que acontece um dia antes da Parada. Nesse mesmo ano, a Parada tem financiamento do MS, MINC, Coordenação Municipal de DST-AIDS e SMDH. Além da ABGLT, NPP/UFMG e o Conselho Regional de Psicologia (CRP/04), no entanto a coordenação ainda resiste a entrada de apoio financeiro do mercado, diferentemente das principais paradas do país como a de São Paulo e Rio de Janeiro.

### 3.2.1 A Parada histórica



Imagem 18 (Arquivo do CELLOS/MG): 22ª Parada do Orgulho LGBT de BH – 2019.

A 10ª Parada do Orgulho LGBT de BH merece destaque, pois se diferencia de todas as anteriores por ter resistido ao impedimento da saída pelos órgãos do Estado e, certamente, é inédita no país pela força do movimento e atuação das principais lideranças que enfrentaram os policiais e corpo de bombeiros. Tal fato aconteceu em 22/07/2007 na Praça Sete, entre as ruas São Paulo e Carijó, a realização dos shows e ato político. Logo pela manhã, o corpo dos bombeiros embargou o evento, justificando que os trios elétricos estavam impedidos de sair e apresentaram várias exigências aos organizadores. Não havendo tempo hábil, a parada, portanto, não iria acontecer. Desde cedo houve negociação entre as lideranças do movimento local e nacional, vereadoras, agentes públicos e corpos dos bombeiros e PM a fim de viabilizar a realização do evento:

Nessa Parada eu era o coordenador geral, nós participamos de todas as reuniões para licenciar o evento, em nenhuma foram exigidos um projeto assinado por um engenheiro, brigadistas e ambulâncias UTI Móvel com médicos, havia uma legislação recente que apontava todas essas exigências para o evento de médio e grande portes em espaço aberto. Não sabíamos disso e parece que vários órgãos da Prefeitura também não. Enfim, no dia, já na concentração da Parada, domingo, por volta das 7h da manhã, com todos os trios na concentração, o palco montado, banheiros químicos, etc. O corpo dos bombeiros embargou a parada. A postura de deles era de impedir o evento, estavam irredutíveis. Eles não queriam nem que ligasse o som do palco, então começamos a acionar as autoridades aliadas. Na época, o prefeito era o Fernando Pimentel (PT) e o governador era o Aécio Neves (PSDB). O secretário de Direito e Cidadania Newtinho e a coordenadora municipal de Direitos Humanos Andreia Moreira foram os primeiros a chegar, depois as vereadoras Neila Batista (PT) e Sílvia Helena (PPS). É importante destacar que nesta Parada as principais lideranças do país estavam em BH para participar do seminário LGBT e um evento específico para lésbicas, que antecederam a parada. Estavam em BH: Mariza Fernandes e Irina Bacci (SP), Heliane Hemetério e Neuza das Dores (RJ), Fernanda Benvernut (PB), Clóvis Arante (MT), Claudio Nascimento e Márcio Caetano (RJ), Lili Anderson (ES), Beto de Jesus (SP), Oswaldo Braga e Marcos Trajano (JF) entre outros e outras. Parecia até uma premonição que algo ia acontecer tão especial no movimento LGBT brasileiros...(risos). E aí foram chegando as pessoas e logo a parte da Praça 7 já estava lotada, mas os bombeiros continuavam irredutíveis e com muita pressão e negociação conseguimos liberar o som do palco e aí demos os informes para os participantes do que estava acontecendo. As drags Carlinhos Brasil e Kayete assumiram o comando do palco e iniciaram apresentações artísticas e nós militantes do CELLOS e ALÉM continuamos com as negociações. Eu, Luiz Schalcher pelo CELLOS e Soraya pela ALÉM eram as pessoas que estávamos à frente da negociação. Ao mesmo tempo, uma turma ficou só para articular e viabilizar das exigências dos bombeiros. Por volta das 11h, chega a vereadora Neuzinha Santos (PT), na época era a líder do governo na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Ela chega e diz que estava representando o prefeito e a orientação era para liberar o evento, a vereadora assume as negociações e nós começamos a fazer pressão no corpo de bombeiros, nesse momento a PM entra nas negociações e se coloca também irredutível. E as horas foram passando e nada de liberação, por volta das 14h, o local da concentração já tomado de pessoas, a vereadora Neuzinha me chamou e a Soraya e nos falou que havia uma questão política que tudo já tinha se tentado e a PM e os bombeiros não cediam. Eu e Soraya tivemos uma conversa com Claudio Nascimento, Beto de Jesus e Clóvis Arantes que avaliamos o momento, então decidimos fazer um ato político e denunciar que os órgãos do governo do estado de Minas não estavam deixando a parada sair. Foi nessa hora que subimos no palco e denunciávamos a intransigência da PM e dos bombeiros. E falamos que era culpa do governo do estado, o culpado era o Aécio Neves...(risos). Fizemos um Ato Político lindo, cantamos o hino nacional, demos as mãos, eu e Soraya detonamos, fizemos discurso bem inflamados. Um determinado momento, o militante Fábio do CELLOS, hoje já falecido, me avisou que era para eu descer do palco que a PM estava me

esperando com ordem de prisão. Aí mano, nessa hora o sangue ferveu, fiquei louco. Peguei o microfone e anunciei que se a PM quisesse me prender que me prendesse em cima do palco e aí o povo gritou que não iam me prender. Em seguida, também, nos demos as mãos e foi muito lindo. Eu chorei e vários militantes nacionais e locais vieram me abraçar. E Soraya fez um belo discurso. Em seguida, chega o assessor do governador Aécio Neves, e falou que queria negociar com a gente a Parada. E aí, eu peguei o microfone e anunciei que o assessor do governador tinha chegado e disse que se ele quisesse negociar que negociasse no palco na frente de todo mundo. Foi muito engraçado, porque ele já estava na escada e quando ouviu eu falar desceu imediatamente. Nesse instante fiz uma votação perguntando quem era a favor da parada sair ou quem era contra. Lógico que a totalidade votou a favor da parada sair. Foi lindo ver aquela multidão com os braços levantados, parecia aquelas assembleias dos metalúrgicos dos anos 80. Temos um vídeo que mostra esse momento, toda vez que vejo, me emociono. Foi lindo.<sup>30</sup>

Nessa narrativa, é evidente que os órgãos do Estado não queriam que o evento acontecesse, mesmo que o movimento já tivesse uma parceria com o poder público tanto municipal quanto estadual o apoio à Parada não era consenso, existiram setores do poder público que apoiavam, mas outros que não. Neste período, havia uma intenção política por parte dos governantes de acabar com os eventos massivos no centro da cidade de Belo Horizonte. Em fevereiro desse mesmo ano a Banda Mole, a mais tradicional banda do carnaval da cidade, foi impedida de desfilar. Apesar do apoio institucional de alguns órgãos de governo à parada, havia uma nítida posição da PM e corpo dos bombeiros de dificultar a liberação do evento e impedir que ela acontecesse.



Imagem 19 (Arquivo pessoal): O militante Carlos Magno no ato pela saída da 10ª Parada do Orgulho LGBT/BH.

<sup>30</sup> Entrevista concedida por mim a Plano D Produções, 27/11/2018.

Nesse dia, mais uma vez as mulheres lésbicas de Belo Horizonte fizeram a diferença e protagonizam uma das cenas mais emblemáticas do movimento LGBT brasileiro. Elas saíram na frente de braços dados puxando uma caminhada sem trio-elétrico e gritando palavras de ordem. As lésbicas levam uma multidão rumo à casa do governador e fazem um ato de protesto contra Aécio Neves e a intransigência da PM e dos bombeiros.

Várias paradas foram históricas para mim, a primeira Parada sempre será lembrada de uma forma de resistência e de luta, a segunda de persistência e continuidade de uma luta que transcendia o universo somente de lésbicas, uma luta com reivindicações para além do universo feminino, uma bandeira arco Iris de inclusão de todas as letras e teve como tema “Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”.



Imagem 20 (Arquivo pessoal): A militante Soraya Menezes na luta para liberara 10ª Parada do Orgulho LGBT de BH.

A primeira Parada teve o objetivo de acontecer, a partir da segunda a prioridade era o diálogo com o conjunto da sociedade. A quinta Parada teve um sabor de pioneira nos temas, pela primeira vez uma parada fazia homenagem a uma lésbica feminista pela sua luta e coragem Elizabeth Cauvert – *in*

*memoriam* – militante do Coletivo de Lésbica do Rio de Janeiro. Tínhamos um trio elétrico que tinha uma foto gigante de Elizabeth, desenhada por um gay militante do CELLOS. Mas sem dúvida, a 10ª Parada está na história e gravada na minha memória, sinto orgulho imenso de ter participado e ter sido um dos protagonistas daquele momento:

Lembro quando eu tive a ideia de sairmos na marra sem trio e sem permissão da PM, falei para o Carlos: vamos sair na marra, eles estão nos enrolando, daqui a pouco escurece e não vão deixar a parada sair mesmo. A questão é política! Chamei todas as mulheres e falei que a negociação chegava ao fim, vamos sair na marra e vamos puxar essa multidão no gogo. E assim fizemos, saímos de braços dados, só as mulheres na frente e o povo saiu atrás de nós, saímos pela avenida Afonso Pena, subimos a Bahia e paramos na frente da casa do governador e fizemos um ato de desagravo contra o Aécio Neves. Foi lindo e histórico ver aquela multidão de pessoas, sem carro-som, gritando contra o governador. Nesse ano, sem dúvida foi a maior manifestação contra o governador. O Ato foi tão forte, que assim que chegamos na Praça da Liberdade, todos os trio-elétricos foram liberados, uma vitória. Nunca aconteceu um ato desses no Brasil. BH realizou o ato mais lindo e de luta do movimento LGBT brasileiro e só foi possível porque tinha duas organizações de luta, o CELLOS e ALÉM. E eu e Carlos que eram os babadeiros, acostumados com enfrentamento com a PM, eu no sindicato e ele era do movimento estudantil. Nós dois tínhamos experiência de comandar passeatas e não éramos pelegos, puxa-saco do governo.<sup>31</sup>

A 10ª Parada aconteceu e é lembrada como sendo a Parada de resistência e de luta. A partir da 11ª Parada (2008), esse evento tem ocorrido sem grandes transtornos à cidade e à organização e conta com apoio mais intenso do poder público local. A prefeitura, através de vários órgãos, principalmente SMADC, CMDH, Coordenadoria Municipal de AIDS e Belotur, entram na parada e iniciam um apoio institucional, político e financeiro, o que contribui para que o evento acontecesse sem grandes dificuldades para o licenciamento.

---

<sup>31</sup> Entrevista com Soraya Menezes realizada em 21/07/2019



Imagem 21(Arquivo CELLOS/MG): A Parada do Orgulho LGBT de BH – a maior manifestação de visibilidade e afirmação de direitos de Minas Gerais.

Além disso, a SMADC começou a prever no seu orçamento um recurso destinado para os itens básicos para a realização do evento, como banheiros químicos, gradis, etc. A BELOTUR garantia o palco e som; coordenação de DST/AIDS apoiava com camisas, lanches para os voluntários e materiais de divulgação. Apesar de vários órgãos da prefeitura municipal ajudarem na realização do evento, o governo do Estado não se empenhou, a contribuição se restringia à articulação com a PM e corpo de bombeiros.

Destaca-se, ainda, que ao contrário das paradas dos grandes centros, principalmente a de São Paulo, que o mercado não teve muita penetração. É perceptível que a organização da Parada optou pela utilização do recurso público em vez do mercado. Além disso, o CELLOS manteve e ampliou uma rede de parceiros entre a sociedade civil e sindicatos, órgãos de classe como Conselho Regional de Psicologia e Conselho Regional de Serviço Social, e também com as universidades. E, assim, as Paradas aconteceram sucessivamente com viés fortemente político, considerada uma das mais politizadas do país, autônomas aos governos e resistente à penetração do mercado.

A partir das 20ª Parada em 2017 há um novo formato na organização da parada com entrada de várias marcas comerciais como apoio financeiro ao evento, a Uber, que é uma empresa multinacional americana, prestadora de serviços eletrônicos na área do transporte privado urbano, através de um aplicativo, foi a principal financiador da Parada desse ano. Em 2019, início da gestão do prefeito

Alexandre Kallil (PHS), há maior apoio do poder público e participação mais forte da PBH na organização do evento, principalmente da SMADC, BELOTUR e a recém criada Coordenadoria dos Direitos da População LGBT. É a primeira vez que um prefeito vai à Parada de BH, Alexandre Kallil foi acompanhado de sua esposa Ana Laender e falou para os participantes:

Kalil disse que a parada é uma festa e, como tal, precisa de apoio. “Nós falamos que esta cidade era triste e que tudo que se fazia aqui faltava apoio e coragem. Estamos no século 21, não cabe mais essa bobagem de discriminação e preconceito, isso é fruto da ignorância e da maldade”, afirmou. Kalil disse que o público LGBT é “bacana” e não faz mal a ninguém. “O que faz mal é a corrupção, é o roubo é o que fizeram com este país”, disse.<sup>32</sup>

Depois de 19 anos de evento, pela primeira vez a Parada conta com a presença do prefeito da capital mineira. Na fala o prefeito retrata o entendimento de que a manifestação ganhou grande importância, extrapola a comunidade LGBT e passa a ser um evento consolidado na cidade de Belo Horizonte. Além disso, percebe-se que o discurso do Alexandre Kallil, na parada reflete um diálogo muito próximo com a militância local e, principalmente, com o CELLOS/MG, responsável pela organização, pois ele demarca caráter festivo do evento, mas também a necessidade garantia de direitos, enfrentamento ao preconceito e do apoio do poder público às necessidades da população LGBT.

---

<sup>32</sup> Jornal O tempo. 16/07/2017.



Imagem 22 (Acervo pessoal de Juliana Cipriani): O prefeito Alexandre Kalil discursa para os milhares de presentes da 20ª Parada LGBT do Orgulho LGBT de BH/2017.

Até data de finalização da presente pesquisa, a parada tem crescido em número de participantes a cada ano e melhorou a estrutura da concentração do evento. Segundo o CELLOS/MG, organizador do evento, a Parada de 2017 teve 50 mil participantes, a de 2018 teve 150 mil e a de 2019 contou com a presença de 200 mil participantes. Atualmente, é a maior manifestação de visibilidade e afirmação de direitos da população LGBT de Minas Gerais que acontece há 22 anos consecutivos, também considerada a mais tradicional do estado.

A Parada do Orgulho LGBT de BH é utilizada pelo movimento como a principal narrativa de empoderamento do movimento LGBT local e, ainda, como instrumento para pressionar o poder público para que as principais reivindicações do movimento sejam atendidas. Apesar de contar com inúmeros eventos pró-LGBT em BH, principalmente blocos carnavalescos temáticos, nenhuma manifestação se manteve por tanto tempo. Nas mais de duas décadas de existência, a Parada tem cumprido o papel fundamental na luta por direitos da população LGBT.

### 3.3 Do CRLGBT à Coordenadoria de Políticas LGBT

As principais organizações que compõem o movimento LGBT de BH, principalmente o ALÉM e o CELLOS-MG, conseguiram realizar ações de rua como as Paradas do Orgulho LGBT e Marcha de Visibilidade Lésbica, bem como fazer incidência política no executivo e no legislativo. Ou seja, além de fazer mobilização comunitária, atuaram na perspectiva de construção de políticas públicas e aprovação de leis.

Em 2005, após a reforma administrativa da PBH e acompanhando essa agenda política nacional, foi criada a Lei nº 9.011/05, formalizando a vinculação do CRDS à Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos. É atribuída a esse órgão a competência sobre a questão da diversidade sexual inter-relacionadas à promoção de políticas de direitos humanos. (Lima, 2017, p. 212)

Tal decisão foi importante, pois o CRDS saía da informalidade e a pauta LGBT entrava na estrutura do poder público, mesmo ainda de forma precarizada, pois continuava sem funcionários e orçamentos específicos e a gestão do espaço ainda compartilhado.

Em 2006, a SEDH/PR, baseado nas diretrizes do Programa Brasil sem Homofobia, lançou um edital de financiamento para o fortalecimento aos Centros de Referências com o objetivo de descentralizar os serviços nos estados e municípios. A Secretaria Municipal de Direitos e Cidadania, através da Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos apresentam o projeto para criação do Centro de Referência de Direitos Humanos e Cidadania LGBT de Belo Horizonte.

Numa reunião, o Secretário Newtinho nos chamou para reunião e nos falou do edital do CR. Perguntou se o movimento iria apresentar uma proposta ou se a SMADC poderia apresentar. Nós avaliamos que a Secretaria poderia apresentar o projeto, pois o financiamento era somente de um ano e o poder público poderia assumir depois o serviço e assim avançarmos para consolidação de uma política pública.<sup>33</sup>

Em 2006, a prefeitura de Belo Horizonte e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, por meio do convênio 173/06, criam o Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania GLBT (CRGLBT/BH), que se tornou um equipamento público vinculado à coordenadoria de Direitos Humanos. No dia 28 de junho de 2007, o CRGLBT foi inaugurado com evento político, show de drag queens e coquetel e contou com presença de vários militantes de Belo Horizonte e região metropolitana.

<sup>33</sup> Entrevista concedida por mim a D Produções, 27/11/2018.



Performance durante a inauguração do centro de referência, anteontem, em Belo Horizonte: um dia histórico para o movimento

## BH inaugura no Dia do Orgulho Gay seu centro de referência

SORAYA BELUSI

A comunidade GLBT de Belo Horizonte já tem onde recorrer em casos de discriminação e violência por orientação sexual. Foi inaugurado quinta-feira o Centro de Referência de Direitos Humanos e Cidadania Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros do município, uma reivindicação antiga da militância mineira. Segundo Carlos Magno, que assumiu a presidência do centro de referência, o clima da inauguração foi de emoção entre os mais antigos militantes contra a homofobia no Estado por representar uma conquista histórica do movimento GLBT.

"O centro de referência é fruto

de anos de luta e explicita uma atitude do governo municipal em assumir uma demanda do movimento social. Começamos a ver as nossas reivindicações se concretizando em forma de políticas públicas, cumprindo um papel que, até então, era realizado pelo movimento GLBT", diz Magno, presidente do Centro de Referência pela Livre Orientação Sexual (Cellos).

Embora a capital mineira já tenha um centro de referência estadual, Magno afirma que a atuação do órgão municipal vem cumprir uma importante lacuna. "Vamos trabalhar com atendimento jurídico, psicológico e social em casos de discriminação e violência. Mas

também atuaremos na educação e prevenção à violência, buscaremos estabelecer redes de troca e informação, inclusive com o centro estadual, que não faz atendimentos nesse sentido, mas pode nos encaminhar os casos que recebe", explica. "Outra ação importante será a parceria com a UFMG para a construção de um banco de dados com o qual poderemos verificar o perfil da comunidade GLBT na cidade", completa.

**AGENDA** – CRLGBT (rua Espírito Santo, 505, 11º andar, 3277-4128) funciona de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h.

Imagem 23 (Daniel de Cerqueira/ Jornal O Tempo): Inauguração do Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania LGBT de BH.

A equipe do CRLGBT/BH era composta por um coordenador, um assistente social, um psicólogo, um advogado e três estagiários. Um de cada área específica, todos os membros da equipe foram selecionados a partir de um concorrência através de um edital público, pois esse processo foi uma exigência do movimento local. As organizações se recusaram a indicar pessoas para ocupar alguns dos cargos e, portanto, queriam que o processo fosse público e os escolhidos tivessem os perfis técnicos e políticos.

O Centro de Referência tinha o objetivo de atender às vítimas de discriminação e violência por causa de sua orientação sexual e identidade de gênero. O convênio do CR proporcionou ainda a compra de materiais permanentes como mesas, cadeiras, computadores, impressoras e materiais para escritório. Além disso, havia recurso para manter uma sala específica para os atendimentos interdisciplinares que eram feitos pelos profissionais das três áreas afins.

Além do atendimento, orientação e encaminhamentos dos casos de violências homofóbicas, a equipe do CR realizou capacitações aos servidores públicos locais e sociedade em geral, bem como ações de *Advocacy* (incidência política) no legislativo, executivo e na imprensa. O CRLGBT/BH realizou importantes ações como:

- I Ciclo de Debates do CRGLBT: Construindo Políticas Públicas, nos dias 18/10 a 7/11/2007;
- I Seminário sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero: Educando para a Diferença, organizado pela Secretaria Municipal de Educação e CRGLBT;
- O I Fórum Municipal GLBT em 2007, que serviu de mobilização para a I Conferência Estadual e Nacional GLBT. Neste evento foi apresentado pelo movimento local a necessidade da criação de uma coordenadoria municipal de políticas LGBT, esta foi a principal reivindicação do movimento.

No entanto, a implantação do CRLGBT/BH ocorre no meio de muitos conflitos. Se por um lado havia um consenso entre movimento, gestores e técnicos da importância do serviço, por outro havia divergências na condução dos serviços e nos encaminhamentos das demandas que surgiam.

Apesar de o movimento ter realizado ações de formação aos funcionários sobre a população LGBT, percebíamos que, apesar da implicância, a equipe técnica desconhecia sobre a nossa população. Eu fui selecionado para coordenação, e foi forjado na militância social e desconhecia sobre a dinâmica, ritual e o fluxo do poder público. E os gestores tinham interesse político e estavam a serviço de um governo que tinha na sua base setores homofóbicos e conservadores. Hora avançava e hora recuava. Nesse período o movimento foi a principal porta para o CRLGBT/BH, foram as ONGs, as principais responsáveis de divulgar os serviços, mobilizar a população e encaminhar a maioria dos casos. Eu ficava no meio das tensões, ou seja, tinha momento que era meio do fogo cruzado. Foi o início, tudo foi desenhado, mas acho que foi uma combinação importante. A equipe da CMDH tinha um acúmulo no atendimento às vítimas, o movimento conhecia a comunidade, a

academia também deu suporte teórico e os gestores nos deram apoio político. Nesse período, o CRLGBT/BH foi a cereja do bolo na SMADC.<sup>34</sup>

Outro exemplo claro, também observado, se refere à profissionalização de militantes e ao ativismo de agentes públicos, o que demonstra o quanto que, por vezes, as fronteiras entre sociedade e Estado, entre adversários e apoiadores do movimento LGBT estão hoje indefinidas – o que pode ser comprovada, também, pela diversidade de atores sociais, envolvidos na cena pública. (Lima, 2017, p. 210)

Apesar de o CRLGBT/BH ter desenvolvido várias ações de formação, relatórios técnicos e atendimento, orientação e encaminhamentos das vítimas de violência homofóbica, o convênio previa, no entanto, recurso somente para um ano. Em dezembro de 2008, o contrato de toda equipe foi finalizado e o equipamento fica inativo, somente os atendimentos foram realizados através do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAIC), prioritariamente por telefone e sem a equipe multidisciplinar, órgão da Prefeitura de Belo Horizonte que fazia atendimento para o cidadão em geral.

De dezembro de 2008 a março de 2010, o CRLGBT/BH ficou sem equipe e praticamente sem ações pró-LGBT. A temática LGBT ficava sob responsabilidade da Coordenadoria de Direitos Humanos. Diante dessa fragilidade e retrocesso, o movimento local iniciou um processo de pressão ao governo pela reabertura do CRLGBT.

O CR estava mais de um ano inativo e sem equipe, e aí resolvemos fazer pressão. Um dia eu, Soraya, Anyky Lima, Lili, mais algumas travestis e gays resolvemos invadir o gabinete da Secretaria de Direitos e Cidadania, Silvia Helena. E no início foi bem tenso, falamos que não saímos de lá enquanto ela desse uma solução para o CR. Lembro que eu disse que ia anunciar o número do celular para que toda vítima de homofobia ligasse diretamente a ela. A secretaria se comprometeu reabrir o CR e não demorou o governo lançou um edital para contratar um coordenador e um assistente.<sup>35</sup>

Percebe-se que a tensão entre a sociedade civil e o poder público foi intensa, a frágil política pública era ameaçada de retroceder. As entidades CELLOS/MG e ALÉM atuaram fortemente para que o CR voltasse ao funcionamento. Em 2008, o então candidato a prefeito Márcio Lacerda (PSB) e Roberto de Carvalho (PT) assinaram uma carta compromisso com a pauta LGBT, inclusive, com a reabertura do CR. Houve um encontro com as principais lideranças do movimento, que foi articulado pela militante do movimento negro Denise Pacheco. E após eleição, Márcio Lacerda (PSB) e Roberto de Carvalho (PT) incluem a pauta LGBT no programa de governo.

---

<sup>34</sup> Entrevista concedida por mim a Plano D Produções, 27/11/2018.

<sup>35</sup> Idem.

Em 2009, instituiu-se o Programa BH Metas e Resultados, que teve por objetivo a implantação de um modelo de gestão estratégica voltada para a avaliação permanente das políticas públicas e dos resultados dos programas, projetos e ações nele contemplados. O “Programa BH Metas e Resultados” possuía 12 áreas de resultados para o investimento de recurso humano e financeiro do município (Lima, 2017, p.217).

O CRLGBT foi elencado como uma das ações no mencionado Programa de Governo e passou a integrar o projeto sustentador do Direito de Todos, especificamente na área de resultado Cidade de Todos. Conseqüentemente, o CRLGBT foi integrado ao Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), exercício 2010-2013, da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania (Prefeitura de Belo Horizonte, 2009) (Lima, 2017, p.218).

A partir daí, o CR contou com um recurso destinado ao seu funcionamento e para apoio às ações de visibilidade e afirmação de direito à população LGBT como a Parada do Orgulho LGBT de BH. Em dezembro de 2009, saiu no Diário Oficial do Município o edital para selecionar e contratar um supervisor técnico, advogado e técnico social. Em seguida, o CR, com equipe e estrutura reduzida, volta a funcionar e continuava vinculado à Coordenadoria de Direitos Humanos (CMDH) da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos e Cidadania (SMADC), que estava subordinada à Secretaria de Políticas Sociais da Prefeitura de Belo Horizonte.

Nesse período, o CRLGBT/BH voltou a realizar atendimento e, entre as várias ações que realizou, a que teve destaque foi a realização da I Conferência Municipal LGBT em 9 e 10 de setembro de 2011. A Conferência contou com a presença do prefeito Márcio Lacerda (PSB), o qual realizou o discurso de abertura oficial, foi a primeira vez que um prefeito de Belo Horizonte participava de um evento voltado para a população LGBT. Nos dois dias de atividades teve mais de 300 participantes que aconteceu no prédio da Secretaria Municipal de Educação e teve como tema “Por uma BH livre da pobreza e da discriminação: Promovendo uma cidadania LGBT”.

No segundo mandato do Márcio Lacerda (2013-2016), a escolha da coordenação do CR e equipe técnica deixam de ser via seleção pública e passaram a ser por indicação política, geralmente ligado ao partido do secretário que estava à frente da SMADC. Nesse período uma ação que teve destaque foi a realização da II Conferência Municipal de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, que acontece de 18 a 19 de setembro de 2015 na Faculdade de Medicina, e teve o tema “Pela concretização da Política Pública: reconhecendo direitos enfrentamento a Lesbo-Homo-Bi-Transfobia”.

O governo Márcio Lacerda foi marcado por tensões com os movimentos sociais e pela tentativa de impedir manifestações culturais no centro da cidade. Em contraponto a tal atitude, surgiu o movimento “Praça da Estação”, em que os manifestantes, na maioria jovens e ligados à cultura, iam aos finais de semana à Praça da Estação tomar banho no chafariz central. Os manifestantes iam de biquínis, maiôs, sunga e acessórios usados na praia. Tal movimento potencializou o ressurgimento do carnaval de rua no centro da cidade e também das manifestações pelo “Fora Lacerda”.

No entanto, a Parada do Orgulho LGBT de BH e os serviços do CRLGBT continuaram existindo, mas sem ampliação, precarizados e sem ação de impacto. O prefeito Márcio Lacerda assina o Decreto nº 16.533,30 em dezembro de 2016, que dispõe sobre a inclusão e o uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais e estabelece parâmetros para seu tratamento no âmbito da administração direta e indireta. O ato do prefeito aconteceu no seu último dia de governo, que apesar de importante, não foi comemorado pelo movimento LGBT local.

O prefeito Alexandre Kallil (PHS), eleito em 2016, recebe na sede da prefeitura militantes das organizações do movimento LGBT de BH. A reunião aconteceu nos primeiros 45 dias de governo em 16/02/2017, e contou com a participação do CELLOS/MG, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (ABGLT) e do Instituto Pauline Reichstul (IPR), que entregaram um documento com as principais reivindicações LGBT para cidade.





Imagem 24 (Arquivo do CELLOS/MG): O prefeito Alexandre Kallil (PHS) recebe representantes do movimento LGBT de BH.

No encontro, o prefeito Alexandre Kallil anunciou a criação da Coordenadoria de Política LGBT. No dia 17/02/2017, foi publicado no DOM, o Decreto Nº 16.580, que cria a Coordenadoria de Políticas LGBT, que além de ter o papel de sincronizar as ações para o público LGBT com outros órgãos da administração municipal terá força deliberativa na execução de programas e campanhas. Outra frente de atuação será a supervisão dos atos do Centro de Referência da Diversidade Sexual — órgão voltado ao recebimento de denúncias relacionadas à violência contra a comunidade homossexual.

“Entre nós, isso é uma conquista histórica e uma reivindicação histórica do nosso movimento. Desde 2008, quando tivemos o primeiro Fórum Municipal, a gente já falava da necessidade de uma coordenadoria, pois ela é a formalização de uma política pública para a nossa população”, explica o representante da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Carlos Magno.

Imagem 25 (Amira Hissa/PBH), Prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kallil inaugura nova sede do Centro de Referência LGBT de BH em 19/12/2018.

Enfim a institucionalização das pautas LGBT se consolida no interior da estrutura de poder público municipal de Belo Horizonte. A população LGBT pode contar com Centro de Referência para fazer atendimento às vítimas de violência por causa da sua orientação sexual e identidade de gênero e uma coordenadoria de políticas LGBT com recurso próprio, status político e poder de articular a política LGBT com vários órgãos da prefeitura de Belo Horizonte.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa procurou analisar e registrar a contribuição do movimento social na reivindicação, elaboração e efetivação das Políticas Públicas LGBT na cidade de Belo Horizonte no período de 2007 a 2017. Tal momento refere-se à implantação do Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania LGBT- CRLGBT/BH à criação, através de Decreto nº 16580, da Coordenadoria de Política da População LGBT. Neste sentido nos importa compreender quais as dinâmicas, contradições, tensões, estratégias e lutas utilizadas pelas principais organizações e militantes que impuseram ao Estado, no período de uma década, a institucionalização dos principais pontos da pauta LGBT.

Parti da premissa de que no período em questão foram desenvolvidas experiências, como a criação do Centro de Referência dos Direitos Humanos e Cidadania, atualmente com a nomenclatura de Centro de Referência da População LGBT - CRLGBT/BH - que é um equipamento público ligado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, com a defesa e promoção dos direitos humanos e cidadania LGBT, em que trabalha por meio de ações que visam ao enfrentamento da violência e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero em BH. Além disso, realiza o atendimento psicossocial e jurídico às vítimas LGBT.

Outro marco importante é o Decreto nº 16.580 de 16 de fevereiro de 2017, do prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kallil (PHS) em que cria a Coordenadoria dos Direitos da População LGBT e institucionaliza também o CRLGBT/BH. Tal decreto pode ser considerado a primeira institucionalização da política e do equipamento público voltado à população LGBT na capital mineira, apesar do CRLGBT/BH existir desde 2007, somente em 2017, através do Decreto, que foi institucionalizado.

Além disso, destaquei atuação do movimento social LGBT local, especialmente do CELLOS/MG, a organização LGBT de BH com maior visibilidade, que nos seus 17 anos de existência, responsável pela organização da Parada do Orgulho LGBT de BH, o maior e mais tradicional evento de afirmação de direitos da comunidade LGBT de Minas Gerais. O CELLOS/MG foi o principal

articulador para a criação do Centro de Referenciada População LGBT da Coordenadoria dos Direitos da População LGBT de Belo Horizonte.

No mesma trilha, destaco a ALÉM que foi fundamental na constituição do movimento LGBT mineiro, especialmente na primeira década de 2000, pois foi uma das organizações pioneiras. Tal Associação foi a primeira voltada especificamente para mulheres lésbicas e bissexuais e a se institucionalizar, também coube a ALÉM a realização da primeira Parada do Orgulho LGBT de BH. Além disso, teve importância no cenário nacional realizando ações, seminários, encontros e I Marcha de Visibilidade Lésbica em Minas Gerais e também do país.

Outro destaque foi a Parada do Orgulho LGBT de BH, pois foi eficiente na mobilização comunitária e espaço primordial para potencializar a garantia dos direitos da população LGBT mineira. A Parada de BH é uma das mais antigas do país e cumpriu um papel fundamental no reconhecimento das questões LGBT, como evento massivo e de grande visibilidade mediática, impactou a sociedade, empoderou as organizações LGBT, legitimou os interlocutores e incidiu no Estado para assumir as demandas da população LGBT de Belo Horizonte.

Para alcançar os propósitos desse trabalho, busquei resgatar a trajetória de vários militantes gays, lésbicas e travestis de BH, que atuaram em diferentes períodos, colocando seus corpos, vozes e parte de suas vidas a serviço de construir uma agenda política LGBT, produziram ações de visibilidade e denunciaram as injustiças que atingem a maioria da população LGBT. Apresentei heróis e heroínas anônimos que pela sua capacidade política, ousadia e, sobretudo, coragem conseguiram romper as portas dos guetos e ir pra cena pública, protagonizaram ações políticas criativas e impactantes na sociedade em geral e no Estado.

Melucci (1996) chama de redes submersas, o conjunto de relações necessárias para que subalternidade naturalizadas possam emergir como relação de opressão, produzindo, a partir da formação de identidades coletivas, a passagem para sentimentos de injustiças e conscientização dos direitos sociais e a formação de fronteiras políticas. (Machado, 2007). É neste sentido que as ações políticas, a constituição de grupos, redes e estratégias de visibilidade e lutas políticas ganham grande espaço na pesquisa, pois foram elas que potencializaram as elaborações e efetivação de políticas públicas e ações governamentais pró-LGBT.

Outra questão é a necessidade de registrar a constituição do movimento LGBT belorizontino, pois pouco se tem de produção acadêmica. Apesar de uma emergência de estudo de gênero, direitos sexuais e movimento social LGBT, a priorização do campo são os eixos sul e sudeste, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. A capital e as cidades mineira, que têm movimentos sociais LGBT fortes, têm sido preteridos pelos estudos acadêmicos locais e nacionais, o movimento social LGBT de BH ainda são páginas ausentes da “história oficial LGBT”.

O movimento LGBT de BH tem característica muito particular. Foi um movimento que contou com o protagonismo de mulheres, negras e negros, jovens, gays, lésbicas e travestis de origem popular e não acadêmicos. Uma militância que foi forjada nas lutas sociais e populares, na sua maioria. E que tinham relacionamento com o movimento sindical e um viés ideológico com esquerda radical. Por tudo isso deve ser memorizado, sob o risco do privilégio de narrativas de outros movimentos, mais brancos, acadêmicos e dos centros financeiros e econômicos do país.

É importante evidenciar que a escolha de destacar a atuação das organizações CELLOS/MG e ALÉM e das militantes Soraya Menezes, Anyky Lima e Carlos Magno, porque foram personagens centrais na organização do movimento, construções de ações coletivas e interpelação no Estado. Além disso, é impossível construir ou reconstruir uma narrativa histórica das lutas e conquistas LGBT em Belo Horizonte (2007-2017), sem considerar o papel relevante desses militantes. Este recorte foi feito por considerar que a história que se materializa a partir da memória dos atores e atrizes e narrativas em disputas, e foram priorizados os militantes que ainda estão na cena pública de Belo Horizonte.

Reconheço essa limitação e recomendo que novos estudos sejam produzidos resgatando a história das organizações, principais ações políticas e trajetória dos militantes, principalmente, da capital e do interior do estado mineiro. O Grupo Movimento Gay de Minas/MGM em Juiz de Fora, CELLOS de Contagem, Movimento Gay de Betim/MGB, Movimento Gays da Região das Vertentes/MGS de São João Del Rei, Grupo SHAMA de Uberlândia, Movimento Gay e Simpatizante (MGS) de Ipatinga são alguns exemplos de forte atuação política de poucos registros históricos e acadêmicos.

Neste sentido, esse trabalho tem tanto o valor científico quanto político, que pode ser uma pesquisa acadêmica e também instrumento militante, pois possibilitará, através de informações aqui descritas, perceber os erros e aceitos, as divergências e os consensos, tensões e diálogos, e as principais estratégias políticas utilizadas pelo movimento local. Esse conjunto de informações pode ser usado

como referências, ou ainda orientações que podem ser adequadas para determinado momento no futuro.

Por tudo exposto, não pretendo me apresentar como neutro, mas como um pesquisador engajado em seu objeto de estudo. Em 2020, completo 20 anos ininterrupta de militância LGBT, de participação nas principais ações políticas e conquistas pró-LGBT, tanto em âmbito nacional, estadual quanto municipal. Durante duas décadas, a minha trajetória na militância, passagem pela gestão pública e represente nos espaços de controle social possibilitou ser porta-voz de reivindicação coletiva. Todos esses anos foram de construção de saberes e diálogos com gestores e autoridades públicas, que me obriga a reconhecer pesquisador como parte de dados e fonte privilegiada das informações apresentada neste trabalho.

Além disso, as entrevistas, conversas informais, fatos vividos, informações dos bastidores das organizações, estratégias políticas do movimento só puderam ser reveladas nessa pesquisa pelo comprometimento ético e político e, fundamentalmente, a partir de uma relação de confiança entre pesquisador e o movimento LGBT de Belo Horizonte.

O ponto central desse trabalho é apontar as evidências de que existe uma política pública para a população LGBT de Belo Horizonte, as quais só foram possíveis devido uma atuação consequente do movimento social LGBT local. A criação da Coordenadoria dos Direitos da População LGBT, da institucionalização do Centro de Referência da População LGBT, como orçamento, sede própria e na área central da cidade, equipe de funcionários composta técnicos efetivos em que buscam articular a temática dos direitos da população LGBT com outras áreas do poder público, como saúde, educação, cultura, assistência social, entre outras.

Mas nem tudo são cores no caminho desse arco-íris. A Política Pública LGBT de BH apresenta várias fragilidades evidentes, que destoam do projeto inicial reivindicado há anos pela militância LGBT belorizontina. Apresento abaixo alguns dilemas que o poder público local ainda precisa se debruçar para efetivar uma política pública forte, eficaz e de impacto social, são eles:

- A Coordenadoria ainda é uma política pública de governo, no caso do governo Alexandre Kallil (PHS) e precisa se transformar em uma política de Estado, pois qualquer mudança no perfil do governo, a exemplo a ascensão de um setor mais

conservador impactará, certamente, na política LGBT de BH; é preciso debater mecanismos mais eficientes que garantam essa institucionalização;

- Os cargos da direção da política LGBT e dos serviços são de confiança política, ligado ao grupo político do secretário ou prefeito. A direção não é formada por técnicos nem acadêmicos e alguns casos, não tem trajetória com movimento social LGBT, o que, às vezes, adota posição de interesse do seu grupo político e não da população LGBT e ausência de seleção pública e transparência nos critérios para ocupação dos cargos. Possibilidade de nomeação de pessoas com pouca afinidade com a agenda de direitos LGBT;
- Não há espaço de participação democrático institucionalizado LGBT como um conselho, fórum, comissões, etc. Esta ausência, que é opção da gestão, acarreta na ausência o controle social por parte do movimento social e da sociedade em geral, acarretando numa gestão com pouca democracia e transparência;
- Ausência de Programa de Políticas Públicas Transversal, mesmo que haja tentativas importantes como ações LGBT na educação, saúde, cultura e assistência social, a transversalidade ainda não é uma realidade;
- Influência de conservadores e fundamentalistas religiosos, principalmente evangélicos e católicos dentro do governo. Um exemplo disso, foi a retirada da palavra gênero do Plano Municipal de Educação após pressão desses setores e a retirada da peça de teatro, que retratava a nossa senhora interpretada por uma travesti, da virada cultura de BH/2019.

O movimento social LGBT de BH tem sido o principal agente na interpelação no governo para construir o ciclo da política pública (Secchi, 2012). Pode-se afirmar que a militância é a responsável, sobremaneira, por potencializar agenda LGBT e exigir resposta dos governos, no entanto, a conjuntura atual, as novas dinâmicas de organizações e ações coletivas apresentam novos desafios que o uso a apresentar alguns:

- A utilização prioritária de estratégia de *advocacy*, incidência política que se caracteriza pela negociação e não por confronto, pode tornar o movimento local assimilacionista e burocrático;
- Resistir a cooptação das principais lideranças e organizações por parte do governo, o movimento tem que se manter autônomo e independente

- Resistir à apropriação do governo das manifestações tradicionais do movimento como a Parada, marchas etc. Desde 2017, com a ida do prefeito à Parada do Orgulho LGBT de BH, a prefeitura tem tido mais espaço nos meios de comunicação do que os organizadores da manifestação.
- A atual diversidade do movimento LGBT local, com inúmeras formas de organizações como coletivos, redes, setoriais partidários, igrejas inclusivas, grupo de mães, grupo de pesquisas nas universidades, blocos LGBT, etc. Mas não há nenhuma conexão entre sim. Não há em Belo Horizonte um espaço de encontro entre as diferentes organizações da cidade e que impossibilita de unificar as lutas e reivindicações;
- Falta de empatia com a luta de travestis e homens e mulheres transexuais nas organizações mais antigas. Isso tem ocasionado a invisibilização dessa população e a hegemonia dos homens gays (brancos) nos espaços de direção e poder.

A política pública LGBT de BH, mesmo com limitações, fragilidade, é uma realidade. Daqui para frente é preciso um monitoramento e avaliação para verificar se o serviço, o equipamento público e a política LGBT estejam causando impacto social tão necessário para a população. O movimento LGBT belorizontino é uma força viva e pulsante, é um dos mais dinâmicos do país, seus militantes têm conquistado cada vez mais legitimidade política e institucional.

É preciso apontar que Brasil vive um momento complexo, os nossos inimigos estão no poder central. O presidente Jair Bolsonaro eleito em 2018, que construiu sua carreira política com discurso de ódio à população LGBT, machista, racista e oposição aos Direitos Humanos, no seu primeiro ano de governo é marcado por retrocesso e desmonte as políticas sociais, Direitos Humanos e das políticas LGBT. Além disso, há um sentimento de pânico moral em setores da sociedade, censura de livros, exposição de artes e filmes, por tratarem de sexualidade, gênero e LGBT se tornaram recorrentes. Tal contexto exigirá novas invenções, estratégias e ações políticas de resistência do movimento, pois não perspectiva de avanços em âmbito nacional.

Neste sentido, esse trabalho é uma necessidade que nasceu das lutas e pedidos frequentes dos e das militantes. Ele, certamente, não está completo e não se encerra aqui, mas é um bom ponto de partida para narrar a história que a “história” não conta.

**BIBLIOGRAFIA**

AGUIÃO, S. **Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeito de direitos no Brasil contemporâneo**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

AGUIÃO, S. “Quais políticas, quais sujeitos? Sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil (2003 - 2015)”. **Cadernos Pagu** (51), 2017.

AVRITZER, L. **Sociedade civil e participação no Brasil democrático**. Experiências nacionais de participação social. Belo Horizonte: Cortez, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORRILLO, D. **Homofobia e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CARRARA, S; SIMÕES, J. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 65-100, 2007.

DINIZ, D; OLIVEIRA, R. **Notícias de homophobia no Brasil**. Brasília: Letras Livre, 2014.

DRAIBE, S M.; RIESCO, M. “Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina: Um novo desenvolvimentismo em gestação?” **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, N° 27, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a09v13n27.pdf>.

DYE, T D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall, 1984.

EASTONE, D. **A Framework for Political Analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1965.

ESPING-ANDERSEN, G. “As três economias políticas do WelfareState”. **Lua Nova**, n° 24, 1991. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n24/a06n24.pdf>.

FACCHINI, R. “Conexões, processos políticos e movimentos sociais: uma reflexão teórico-metodológica a partir do movimento LGBT”. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n. 28, 2012.

FACCHINI, R. “Entre compassos e descompassos: um olhar para o ‘campo’ e para a ‘arena’ do movimento LGBT brasileiro”. **Revista Bagoas**, Natal, n. 4, p. 131-158, 2009.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. “De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro”. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 54-81, 2009.

FRASER, N. “De la redistribución al reconocimiento? Dilemas em torno a La justicia em uma época ‘postsocialista’”. In: FRASER, N. **Reflexiones críticas desde la posición postsocilaistas**. Siglo Del Hombre Editores Universidades de Los Andes, Facultad de Derecho, 1997.

Froemming, C.; Bacci, I. “As princesas fora do lugar: notícias de violência contra travestis. **Notícias da homofobia no Brasil**, Brasília, p.121-140, 2014.

FRY, P.; MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GOHN, M. da G. **Teoria dos Movimentos Sociais - paradigma clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47, p. 333-361, maio-ago. 2011.

GREEN, J. N. “Mais amor e mais tesão: história da homossexualidade no Brasil”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 149-166, 2000.

GREEN, J. N. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Unesp, 2000.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland: Meridian Books, 1936/1958.

LIMA, A. M. **Política sexual; os direitos humanos LGBT entre o universal e o particular**. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2017.

LINDBLOM, C. E. “The Science of Muddling Through”, **Public Administration Review** 19: 78-88. 1959.

MACRAE, E. “Em defesa do gueto”. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 53-60, abr. 1983.

MACRAE, E. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MACRAE, Edward. “Os respeitáveis militantes e as bichas loucas”. In: EULÁLIO, A. et al. **Caminhos cruzados: linguagem, antropologia e ciências naturais**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 99-111.

MACHADO, F. V.; PRADO, M. A. M. **Preconceito contra Homossexualidade: Hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

MACHADO, F. V. **Muito além do Arco-íris. A constituição de identidades coletivas entre sociedade civil e o Estado**. Belo Horizonte, 2007.

MEAD, L. M. “Public Policy: Vision, Potential, Limits”, **Policy Currents**, Fevereiro: 1-4, 1995.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo. Hucitec, 2007.

PETERS, B. G. “Review: Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability by R. W. Rhodes”, **Public Administration** 76: 408-509. 1998.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PETERS, B. G. **The Politics of Bureaucracy**. White Plains: Longman Publishers. 1995.

QUINALHA, R. H. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese de doutorado. USP, 2017.

REIS, T., org. Manual de Comunicação LGBTI+. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018

SECCHI, L. **Política Pública: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SIMÕES, J. A.; FACHINI, R. **Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, C. “Políticas Públicas: uma revisão da literatura”. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. São Paulo: Objetiva, 2018.

TRINDADE, J. R. “Atores/Autores: Histórias de vida e produção acadêmica dos escritores da homossexualidade no Brasil”. **Cadernos de Campo: Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP**, São Paulo, v. 11, n. 10, p. 63-77, 2002.

TRINDADE, J. R. **De dores e de amores: (re) construções da homossexualidade paulistana**. São Paulo: Annablume, 2018.